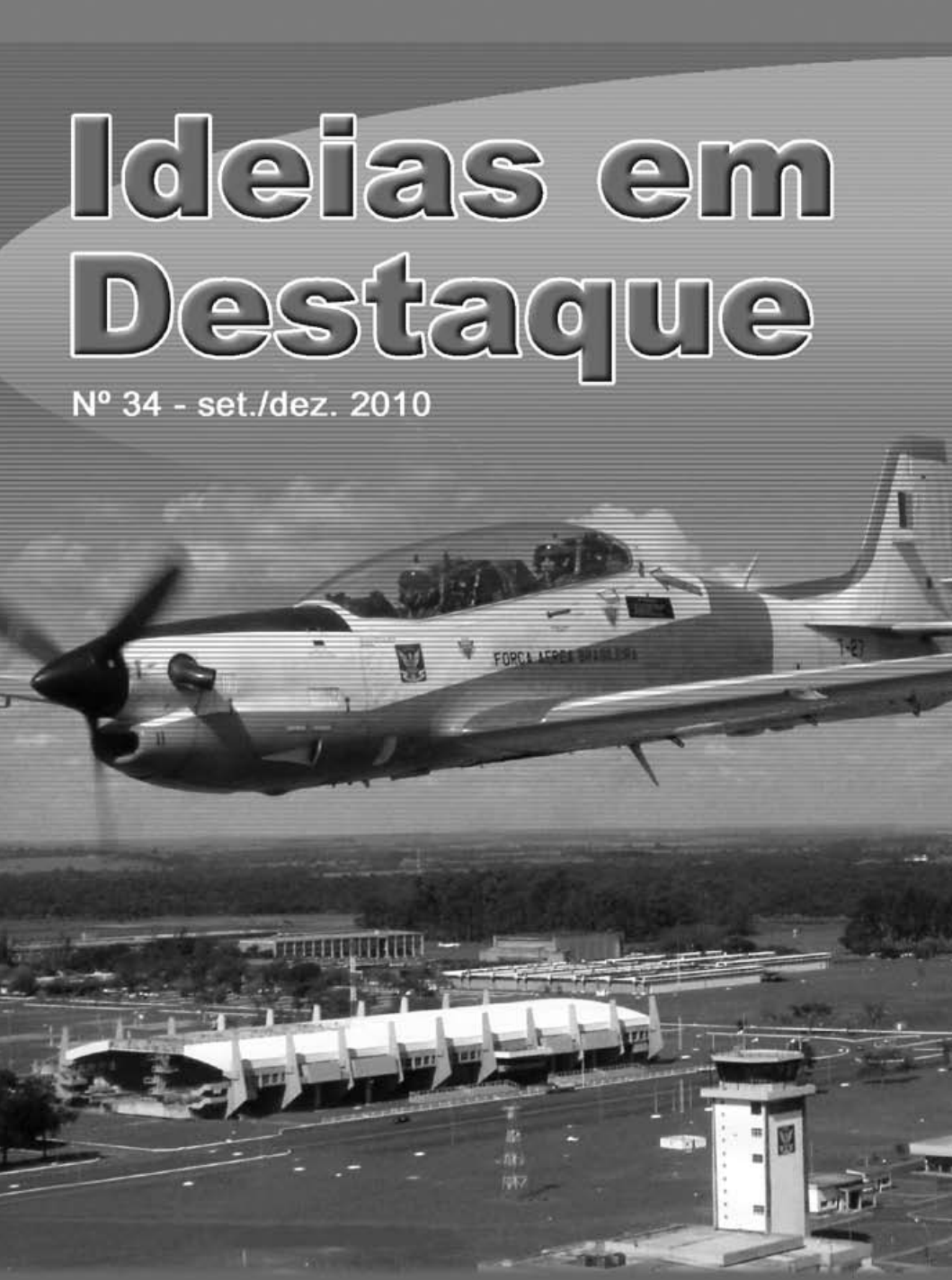
Ideias em Destaque

Nº 34 - set./dez. 2010



Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Edição
Vice-Direção

Editor Responsável
Manuel Cambeses Júnior

Projeto Gráfico
Wânia Branco Viana
Jailson Carlos Fernandes Alvim
Mauricio Barbosa Cavalcanti Filho
Tiago de Oliveira e Souza
Victor Henrique Pires Papini

Revisão de Textos
Lídia Albuquerque

Nossa Capa
Fotografia do T-27 sobrevoando a AFA

Fotografia da Capa
Seção Foto - AFA

Impressão
Ingrafoto

Os artigos publicados nesta revista são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento do editor de "Ideias em Destaque" e da Direção do INCAER.

É permitida a reprodução, total ou parcial, dos artigos aqui publicados, desde que, obrigatoriamente, seja citada a fonte.

Ficha Catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Ideias em Destaque / Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.
v. – Quadrimestral.

ISSN 2175 0904

1. Aeronáutica – Periódico (Brasil). I. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. II. INCAER.

CDU 354.73 (05) (81)

APRESENTAÇÃO

É com imenso júbilo que trazemos à lume a edição de número 34 da revista "Ideias em Destaque", uma publicação quadrimestral do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER).

Neste número, concernente ao terceiro quadrimestre do ano em curso, apresentamos vinte e oito artigos da lavra de conceituados articulistas, versando sobre assuntos variados, contemplando uma miríade de temas de natureza estratégica, Geopolítica, Aviação, Economia, Assuntos Internacionais, Defesa Nacional, Segurança Regional, Saúde, Diplomacia, Ufologia, Poder Aéreo, ademais de enfocar instigantes traços biográficos de ilustres personalidades da historiografia aeronáutica mundial.

Acreditamos que a multiplicidade de assuntos abordados tornam a nossa publicação bastante atraente e de agradável leitura. Destarte, esperamos poder continuar contemplando os nossos leitores com trabalhos que abarquem a ampla gama de temas de alta relevância histórico-cultural e de real interesse de nossa querida e fraterna Família Aeronáutica.

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos nossos prestimosos colaboradores, autores dos textos que compõem esta edição, esperando poder continuar desfrutando da espontânea colaboração com a nossa prestigiosa publicação.

Faz-se mister destacar que continuamos receptivos àqueles que desejarem colaborar com a nossa revista, nos remetendo artigos que sejam de real interesse de nosso público-alvo, e, ademais, que se coadunem e estejam em sintonia com a linha editorial adotada pelo INCAER.

Que a leitura desta publicação lhes seja enriquecedora, prazerosa e gratificante, é o nosso ardente desejo.

Tenente-Brigadeiro-do-Ar R1 Paulo Roberto Cardoso Vilarinho
Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Ideias em Destaque

Nº 34
set./dez. 2010

Sumário

1. Giulio Douhet: pioneiro, profeta e teórico do poder aéreo ainda atual 9
Mauro Barbosa Siqueira

2. Alcance Espacial Geoestratégico e o Poder Militar do Brasil 37
Carlos Alberto Pinto Silva

3. Um projeto de potência para o Brasil do século XXI 41
Eduardo Italo Pesce

4. "Mensagem ao jovem oficial" 44
Lauro Ney Menezes

5. O BRIC e o FICS 59
Cristovam Buarque

6. O processo de desmontagem dos Estados 61
Manuel Cambeses Júnior

7. A energia nuclear e a soberania nacional 64
Samuel Pinheiro Guimarães

8. Ensinando o ódio 68
Demétrio Magnoli

9. Visão Estratégica 71
Marcos Coimbra

10. Utilização do Sistema de Telessaúde no Comando da Aeronáutica - uma necessidade 74
Gilmar Ribeiro Muniz

11. Estratégia Nacional de Defesa... É mesmo? 94
Paulo Cesar Castro

12. Lessalle e os Direitos Humanos 101
Paulo Nathanael Pereira de Souza

13. Considerações Geopolíticas sobre a Península da Coreia 103
Marcelo Hecksher

14. O Douglas B-18 "Bolo" na Força Aérea Brasileira 114
Aparecido Camazano Alamino

15. Quem teme o crescimento? 122
Paulo Nogueira Batista Júnior

16. A Nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos 124
Gustavo Augusto Trompowski Heck

17. Ufologia: onde se oculta o Poder Nacional 126
Antonio Celente Videira

18. Uma abordagem sobre a Mobilização Nacional 143
Elias Nicolau Buhamra Simões

19. Os sistemas de Segurança Regional no Atlântico Sul:
da Guerra Fria ao período atual 151
Eli Alves Penha

20. Pseudopotência 166
Luiz Eduardo Rocha Paiva

21. A liberdade de ter a bomba 170
Daniel Aarão Reis

22. Pierre Henri Clostermann 173
Lauro Ney Menezes

23. O Atlântico Sul no contexto sul-americano de Segurança e Defesa 177
Eduardo Italo Pesce

24. Centro de Formação de Pilotos Militares 180
Clovis de Athayde Bohrer

25. A percepção brasileira do Mundo 188
Marcos Henrique Camillo Côrtes

26. Passagem de direção do Instituto Histórico-Cultural
da Aeronáutica 201
Juniti Saito

Giulio Douhet: pioneiro, profeta e teórico do poder aéreo ainda atual

Mauro Barbosa Siqueira

Introdução

Os países que forem apanhados despreparados para a guerra perceberão, quando esta eclodir, que não só será demasiado tarde para se prepararem, mas que nem sequer poderão captar o seu sentido.

Giulio Douhet

Segundo assegura Murillo Santos[*], antes de novembro de 1911 "pouquíssimas pessoas enxergavam o aeroplano como um instrumento bélico propriamente dito"[1]. O autor da obra "*Evolução do Poder Aéreo*" percebe o advento do avião, no início do século XX, como um inédito engenho bélico, que foi agregado ao demais poderes militares quando "durante o conflito ítalo-turco, na Líbia, nove aviões italianos, em operações bélicas, haviam despejado granadas de dois quilos sobre tropas turcas"[2]. Somado à participação em manobras e em exercícios na Alemanha, na França e na Grã-Bretanha, pode-se frisar que "o avião foi empregado, em missões de bombardeio e reconhecimento, pela primeira vez, em 1911, [...]"[3].

---

[*] *O Tenente-Brigadeiro-do-Ar Murillo Santos foi instrutor da ECEMAR e Comandante da EAOAR.*

[1] *SANTOS, Murillo. Evolução do poder aéreo. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1989, p. 24.*

[2] *Ibid.*

[3] *SANTOS, op. cit., p. 24.*

Essa inicial (e primeira) experiência operacional permitiu que os primeiros estrategistas colhessem ensinamentos e verificassem algumas lacunas. Em primeiro lugar, constatou-se ser muito reduzido o número de aviões envolvidos, o que, tendo em conta a taxa de indisponibilidade, baixava o índice de eficiência da arma aérea.

O Nascimento da Arma Aérea e a Primeira Geração de Teóricos do Poder Aéreo

Por outro lado, o treinamento dos pilotos e o material aeronáutico necessário ao desenrolar das operações aéreas, como, por exemplo, os mapas, não eram em quantidade suficiente. A supracitada Guerra Ítalo-Turca conscientizou os italianos, principalmente a análise dos aspectos negativos desse conflito armado, para a imprescindibilidade do reconhecimento aéreo, para a necessidade de tornar o bombardeio mais preciso, para as limitações em equipamento e para os perigos do tiro terra-ar. A guerra em Tripoli veio mostrar as potencialidades do poder aéreo, mas demonstrou, igualmente, que as suas capacidades no momento não aconselhavam o seu empenho em operações independentes.

Além dos resultados obtidos, dos esforços desenvolvidos e até de alguns êxitos alcançados, poucas pessoas vislumbraram o avião numa esfera de interesse militar. Na realidade, a "Era da Aviação" tinha sido inaugurada há bem poucos anos e as capacidades operacionais evidenciadas pelas aeronaves, em geral, levaram a encarar o seu emprego de uma forma limitada. Em 1914, o avião militar "não excedia os cento e vinte quilômetros por hora, tendo um reduzido raio de ação e um teto de utilização máximo de três mil metros"[4]. Essas restrições não tardariam em mudar.

Todo esse ambiente potencialmente limitativo não se constituiu em óbice ao desenvolvimento do poder aéreo, gerando "assimetrias", que teriam repercussões no início do Primeiro Conflito Mundial e que se concretizariam, de pleno, no Segundo.

No eclodir da Primeira Guerra, potências como a Alemanha, a França e a Inglaterra dispunham de apreciáveis contingentes de

[4] *SANTOS, 1989, p. 24.*

"Aerostação" (Balonismo, em geral, empregado para o reconhecimento) e de Aviação Militar, de uma estrutura em estado embrionário e de alguma experiência em exercícios e manobras.

O emprego da arma aérea teve reflexos palpáveis na manobra das forças de superfície logo nas primeiras semanas do conflito, como na Batalha do Marne, por meio do reconhecimento em profundidade. Esse fato contribuiu, sobretudo, para que o raciocínio de emprego da força, até então essencialmente intuitivo ou apoiado em hipóteses decorrentes de exercícios de lógica, passasse a ser apoiado em informações mais rigorosas sobre as movimentações das forças inimigas.

A partir de 1915, com a estabilidade da frente, as missões atribuídas à aviação francesa foram, essencialmente, o reconhecimento, a regulagem do tiro de artilharia (ainda incipiente) e algumas missões de bombardeio estratégico a instalações industriais na Alemanha.

A oposição aérea inimiga era praticamente inexistente. Então, as missões eram desempenhadas, inicialmente, com liberdade de ação. Porém, os alemães verificaram ser imprescindível negar o uso do espaço aéreo ao antagonista, sob pena de se agravar, de modo irreversível, o desequilíbrio de forças que principiava.

Os aviões desarmados de 1914 começaram a ter dificuldade em atuar, primeiro pelos ataques com "tiros de pistola ou rifles"[5], depois pela metralhadora manuseada pelo atirador. Foram várias as soluções apresentadas no tocante à instalação de uma arma para autodefesa. Em 1915, Anthony Fokker aperfeiçoou um sistema de tiro hélico-sincrono que permitiu aos alemães obter e manter uma situação aérea favorável e imprescindível ao emprego com sucesso do poder aéreo.

"Em 1914, a Alemanha Imperial era a mais poderosa em termos de aviação militar"[6]. Não obstante a vantagem alemã, os britânicos conquistaram o "controle do ar", entre 1914 e 1918, não apenas devido aos novos aviões, mas porque optaram pela ofensiva estratégica, combatendo e subjugando o inimigo no ar.

Quanto aos franceses, a sua opção recaiu igualmente numa postura ofensiva, cujo objetivo era a destruição sistemática dos aviões alemães.

---

[5] *SANTOS, 1989, p. 25.*

[6] *Ibidem.*

Essa ação era complementada por um bombardeamento além das linhas inimigas. Essa ofensiva estratégica foi proposta por Trenchard e permitiu aos aliados readquirirem a superioridade aérea. Originou-se uma reviravolta na conquista do *domínio do ar*, que teve influência na redução do ânimo alemão. No entanto, não impediu que, "a partir de 1915, os alemães obtivessem novamente uma situação aérea favorável"[7]. Os aliados responderam com "novos aviões, como o Dolphin e o Camel"[8], readquirindo novamente a superioridade aérea que nunca mais viriam a perder.

À medida que a guerra decorria, os antagonistas cada vez mais sentiam a necessidade de negar mutuamente o uso do espaço aéreo. Essa ação nem sempre era bem sucedida, em virtude do avanço tecnológico e a técnica utilizada.

Como consequência, verificou-se um aperfeiçoamento significativo das técnicas de combate, com a substituição do emprego de aviões isolados por formações de dimensão variável, com inovações tecnológicas relativas ao armamento, que se tornou item decisivo no emprego eficaz do avião de combate.

Pode-se afirmar que o general italiano Giulio Douhet foi o primeiro *profeta*, apologista, teórico e estrategista do poder aéreo. Todavia, ele não estava sozinho na apologia ao emprego do poder aéreo.

Àquela época, mais um teórico italiano do Poder Aéreo, Nino Salvaneshi, preconizou o bombardeio estratégico como um meio de pôr fim à mortandade extrema na guerra.

Outros homens, como o norte-americano Mitchell e o britânico Trenchard, contemporâneos do italiano, partilharam de suas ideias no essencial, desenvolvendo, porém, linhas de pensamento um pouco diferenciadas. Surgiram outros proeminentes pensadores do poder aéreo como John Slessor, Arthur Tedder, e Seversky, que foi um seguidor do pensamento de Mitchell e, em parte, de Douhet.

As ideias de Douhet influenciaram na formação e desenvolvimento do Poder Aéreo de vários países, especialmente da Grã-Bretanha e dos EUA.

---

[7] *SANTOS, op. cit., p. 26.*

[8] *Ibid., p. 25.*

As concepções teóricas dos precursores do poder aéreo, Giulio Douhet e Sir Hugh Trenchard, demonstravam a preocupação precípua com o "*Domínio do Ar*" [9].

Esse mote do Marechal-do-Ar Trenchard desvenda que ele conferia a devida seriedade à aquisição e à custosa sustentação da inicial condição aérea vantajosa, semelhante àquela concepção teórica de Douhet, antes que o inimigo a obtivesse.

No entanto, cabe um ponto crucial com relação às ideias de Trenchard[10]:

> *As teses do Marechal-do-Ar da RAF revelam a importância atribuída à obtenção e à manutenção de uma situação aérea favorável. Entretanto, um ponto é importante reter e enfatizar: Trenchard foi, em 1917, o único dos pensadores da primeira geração que considerou, abertamente, a cooperação do poder aéreo com os poderes terrestre e naval.*

Ao contrário de Giulio Douhet, Trenchard reputava importantíssima a "cooperação" do poder aéreo com os demais poderes militares (terrestre e naval).

No entanto, essa cooperação, segundo Trenchard[11]:

> *Deveria ser estudada na forma e no conteúdo, sem paixões sectárias, mas com pragmatismo, ressalvando a necessidade de um comando e controle centralizado dos meios, maximizando a flexibilidade que lhes está subjacente, evitando o seu desvio para tarefas sem significado. Apesar de enfatizar a filosofia de cooperação, ele não deixa qualquer margem para dúvidas quando defende que os recursos aéreos devem estar agrupados num ramo independente sob a alçada do Ministro da Defesa.*

---

[9] *Por analogia, o termo designa, hoje, a superioridade aérea prevista na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira. As doutrinas da Força Aérea Norte-americana apresentam o termo air supremacy (supremacia aérea). Em oposição às ideias dessas doutrinas e aos axiomas de Trenchard, Douhet, Mitchell e de Seversky, há um artigo intitulado: "Nem sempre é imprescindível lutar pela superioridade aérea", de autoria do Comodoro (Reformado) José C. D'Odorico, Força Aérea Argentina, que foi publicado na Air & Space Power Journal, em Português, terceiro trimestre 2005.*

[10] *TRENCHARD, Hugh Montague. As três mensagens ("papers") de Trenchard. Trad.: Eurípedes Coelho de Magalhães, João Vieira de Sousa e Álvaro Luiz de Souza Gomes. Ideias em destaque. Rio de Janeiro: INCAER, n. 2, p. 7-56, ago. 1989, p. 51-52.*

[11] *Ibidem, passim.*

Na precursora geração de pensadores, o primeiro Marechal-do-Ar da *Royal Air Force*, Hugh Trenchard, então General-de-Divisão, comandante do Corpo Real Aéreo, aceitou aquelas ideias avançadas à época e influenciou o desenvolvimento da primeira Força Aérea independente do mundo: a Força Aérea Britânica.

O *Air Marshall Sir* Hugh Montague Trenchard comandou unidades aéreas na I Guerra Mundial. Defendia com ardor o lema de que "o ar é único e indivisível".

Em 1919, foi chamado por Churchill, então Ministro da Guerra e do Ar, para organizar a Força Aérea. Por dez anos, consolidou sua reputação de "Pai" da RAF. Retirou-se em 1929. Durante sua vida, viu confirmado o seu pensamento. A obra de Trenchard foi traduzida mais em atos do que em documentos escritos. As suas teses exerceram influência sobre Mitchell, tendo sido construídas com base nas experiências vividas no decorrer da Primeira Grande Guerra.

Em seus *papers*, Trenchard[12] desenvolveu um inovador pensamento à época com base em quatro princípios que deveriam reger o uso do poder aéreo:

> *Obter e manter o domínio do ar é o objetivo, exigindo que se lute continuamente por ele; As forças de bombardeamento estratégico devem ser empregadas na destruição dos meios de produção inimigos e linhas de comunicação; Manter o esforço de combate na frente, através de um fluxo contínuo de abastecimentos, evitando que o inimigo o interrompa; e Evitar que o inimigo mantenha o esforço de combate, desencadeando ações que impeçam o normal fluxo de abastecimentos para os seus exércitos, marinhas e forças aéreas.*

As teses de Trenchard deixam transparecer a importância que atribuía à obtenção e à manutenção de uma situação aérea favorável.

Na Segunda Guerra Mundial, teve oportunidade de observar de perto os acontecimentos e meditar sobre eles. É um dos poucos, senão, o único pensador do Poder Aéreo que teve a oportunidade de viver duas Guerras Mundiais, em situações que lhe deram perspectivas

---

[12] *TRENCHARD, Hugh Montague. Air power: three papers. Londres: Directorate of Staff Studies, Air Ministry, 1946, passim.*

mais adequadas e amplas para uma avaliação realista do Poder Aéreo. Nesse sentido, escreveu os seus famosos *Three Papers*, divulgados pelo Ministério do Ar da Grã-Bretanha em 1946. Eles contêm pensamentos que nortearam as Forças Aéreas de todo o Mundo; e até hoje são de grande valia para os chamados pensadores do Poder Aéreo.

A priori, Trenchard foi quem influenciou Mitchell[13]. Em 1915, William Mitchell ingressou na seção de aviação do Serviço de Comunicações. Ele serviu como aviador nas forças expedicionárias americanas, tendo-se celebrizado na "liderança de combates aéreos e em formações de até duzentos aviões para bombardeio em massa de objetivos inimigos"[14]. Em 1918, comandou, como General-de-Brigada, a Força Aérea Franco-Americana de quase 1.500 aviões, a maior concentração de poder aéreo até então organizada.. Após a guerra, regressou aos EUA e, na qualidade de subchefe da Aviação, passou a defender a organização de uma Força Aérea Americana independente e o controle de um poder aéreo unificado.

Para provar que a Marinha de Guerra já não apresentava mais condições para constituir a primeira linha de defesa do país, Mitchell[15], "em julho de 1921, realizou demonstrações de bombardeio aéreo a obsoletas belonaves". O poder aéreo demonstrou sua capacidade "ao conseguir 'botar a pique', em pouco mais de vinte e um minutos, o *Ostfriesland*, um antigo couraçado alemão". O teste concorreu para o futuro emprego do porta-aviões na organização das forças navais.

Convencido de que os chefes militares dos EUA não davam o devido apreço à força aérea, passou a criticar as Secretarias de Marinha e do Exército. Acusou-as de incompetência, negligência criminosa e quase pérfida administração da Defesa Nacional. Condenado por insubordinação, foi suspenso do posto e do serviço por cinco anos. Em 1926, demitiu-se do Exército dedicando os restantes anos da sua vida à divulgação de trabalhos como escritor e ensaísta. O general Mitchell foi autor de nove livros, além de ter publicado cerca de cem artigos sobre aviação.

---

[13] *HURLEY, Alfred F.. Billy Mitchell: crusader for air power. Indiana University Press: Bloomington, 1975, p. 25-26. Cf. WEIGLEY, op. cit., p. 225.*

[14] *Ibid., p. 34.*

[15] *WEIGLEY, Russell Frank. The american way of war: a history of United States military strategy and policy. New York: Macmillan, 1977, p. 228.*

Mitchell não foi um verdadeiro teórico da estratégia aérea como o foi Douhet. O norte-americano foi, sem dúvida, um grande tático que, com sua experiência e dedicação, muito concorreu para o reconhecimento do avião militar. As linhas que expressam o pensamento teórico de Mitchell[16] podem, em síntese, resumirem-se:

> *O avião tem capacidade para atingir qualquer ponto do globo, visto que a morfologia das terras e dos mares não constitui a isso obstáculo maior. Em caso de guerra, qualquer lugar estará indiferenciadamente exposto, dado que todo o objetivo visto do ar é possível de ser atacado. O poder aéreo deve ser empregado em ações ofensivas, com a finalidade de destruir os centros de produção inimigos. A única defesa eficaz contra um avião é outro avião. Não é possível ter mais do que um terço dos recursos aéreos simultaneamente no ar e mesmo para tal é necessário um grau de prontidão elevado. Só assim será possível obter uma vitória rápida. É necessário centralizar os esforços, evitando duplicação de tarefas e custos acrescidos. É assim premente a criação de um ramo que congregue todos os meios aéreos. Nem todas as Nações têm capacidade para criar uma Força Aérea eficiente. São necessárias uma moral nacional elevada e uma capacidade industrial adequada. O trabalho de uma Força Aérea é no ar. Por isso, é necessária uma familiarização com o meio em que se projeta a força sob pena de uma subavaliação das suas potencialidades. A força atacante deve ser composta por aviões de caça e bombardeiros na proporção de dois para um. Cada vez mais a forma de fazer a guerra sofrerá a influência do poder aéreo. Nenhuma nação pode denominar-se grande a menos que seu poder aéreo esteja apropriadamente organizado e provido para isso.*

Apesar das grandes afinidades no pensamento de Mitchell e Douhet, uma enorme diferença de temperamento caracterizava os dois homens. Mitchell comportava-se de uma forma apaixonada e compulsiva, enquanto Douhet optava por uma postura mais acadêmica, transmitindo a imagem de um estudioso em busca de uma argumentação válida para a sua teoria.

---

[16] *MITCHELL, Willliam. Winged defense: the development and possibilities of modern air power, economic and military. New York: Dover Publications,Inc., 1988, passim. A primeira edição refere-se à obra intitulada: Winged Defense: The Development and Possibilities of Modern Air Power. Economic and Military, 1925. G.P. Putnam and Sons, Nova York, EUA.*

As divergências entre ambos não se resumiram à postura adotada, abrangendo os campos do desenvolvimento e do emprego do poder aéreo, notadamente no tocante à colaboração com as forças de superfície e ao emprego do *avião universal*. Mitchell era favorável ao emprego do avião em apoio às forças de superfície, contrariamente a Douhet, que o recusava liminarmente. Por outro lado, a ideia *douhetiana* do cruzador de batalha não agradava a Mitchell, o qual defendia a existência de aviões de caça com a missão de escoltar os bombardeiros.

Como pontos em comum entre Mitchell e Douhet, tem-se que ambos defendiam o bombardeamento de alvos vitais com o objetivo de desarticular o aparelho produtivo do inimigo, afirmando que a guerra aérea contribuiria para um desfecho rápido do conflito.

Referente à seleção de alvos (*targeting* ou *target science*), há autores que afirmam ter sido Douhet o primeiro teórico do poder aéreo a ter demonstrado preocupação com esse processo minucioso de selecionar alvos, a fim de obter eficácia no emprego da arma aérea.

As ideias de Douhet, em "O Domínio do Ar", refletem essa preocupação precípua com uma criteriosa identificação e seleção de alvos: "a escolha de alvos inimigos é a mais delicada operação da guerra aérea." As palavras proferidas por Giulio Douhet, em 1921, foram muito bem complementadas pelo Coronel John Warden III da USAF, cerca de setenta anos depois: "a chave do poder aéreo é a seleção de alvos e a chave da seleção de alvos é a inteligência.".

Em termos de *Targeting*, 'Billy' Mitchell advogava como os "centros vitais" do inimigo a rede das indústrias de sustentação da guerra (*Industrial Web*). Esse teórico salientava que esses seriam os mais importantes alvos a identificar e atacar, a fim de que se angariasse a maior eficácia no emprego do poder aéreo. Mitchell enxergava que o Poder Aéreo deveria ser empregado, em ações ofensivas, com a finalidade de destruir os centros de produção industrial inimigos. Especialmente, que o "centro vital" mais valoroso a atacar (afetar, neutralizar, destruir) deveria ser o parque industrial afeto, diretamente, ao esforço de guerra do país oponente. Mitchell defendia, à semelhança da Estratégia do Poder Aéreo preconizada pela *Air Corps Tactical School* dos Estados Unidos, que a infraestrutura industrial de um país deveria

ser o alvo apropriado à arma aérea. Esse teórico influenciou, deveras, os instrutores americanos dessa Escola, os quais recomendavam bombardear a indústria do adversário para destruir a capacidade de sustentação do inimigo na guerra.

Após ter adquirido importante experiência com Trenchard, Mitchell se apercebeu que o poder aéreo representava uma nova forma de fazer a guerra, com uma filosofia, uma estratégia e táticas e uma doutrina próprias. Consolidou as suas ideias sobre a unidade de comando, bem como sobre a necessidade da Força Aérea ter um estatuto igual ao do Exército e da Marinha de Guerra.

De fato, a experiência das guerras corroborou o avião como poderosa arma de guerra. A frente contínua e fortificada, defendida por poderosos fogos de artilharia e de armas automáticas, define o aspecto estratégico mais característico da Primeira Grande Guerra. A ruptura da frente estabilizada só é possível mediante a realização de violentas ações frontais contando com o máximo em apoio de fogo. A inevitável lentidão do ataque permite ao defensor tamponar a brecha, aberta com tanto sacrifício de vidas, e restabelecer a frente, impedindo qualquer decisão na batalha. Por falta de meios para tamponar os bolsões abertos pelas ofensivas dos aliados, a Alemanha foi, inexoravelmente, derrotada em 1918. A França permaneceu naquela estratégia defensiva, pois, vitoriosa e esgotada, vislumbrou que poderia prover a própria segurança com economia de meios, em homens e em materiais de guerra.

Os alemães se prepararam para uma guerra rápida e decisiva que permitisse aniquilar o adversário antes que esse pudesse estabilizar a frente de batalha.

A concepção de Douhet sobre um Poder Aéreo capaz de destruir com bombardeios maciços o potencial de guerra do adversário, e, consequentemente, alcançar uma vitória rápida e decisiva, teve grande influência na organização das forças aéreas dos aliados, basicamente, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

Todavia, a França, ao entrar na guerra, em 1939, possuía apenas uns poucos bombardeiros e alguns aviões de caça eficazes. Embora o avião já fosse empregado como elemento auxiliar das forças

terrestres, os franceses não dispunham ainda de aparelhos de assalto em voo picado nem de transportes de tropas.

A Inglaterra já possuía uma aviação estratégica de bombardeiros, mas não contava com aviões capacitados à cooperação com as unidades terrestres. Os Estados Unidos tinham-se concentrado na produção de bombardeiros para missões diurnas com evidente desinteresse pelos aviões de caça. As "fortalezas-voadoras" dos EUA aproximavam-se do protótipo do avião ideal de combate de Giulio Douhet.

Nem todas as teorias de Douhet[17] foram confirmadas pelos fatos da Guerra. Nas operações terrestres, não houve preponderância da defensiva e muito menos foram observadas frentes estáticas fortificadas. Embora o bombardeio estratégico, exceto o bombardeio com armas atômicas, tenha encerrado largo emprego e evidenciado uma importância estratégica, os resultados práticos apresentados nem sempre estiveram à altura do esforço impendido.

Por exemplo, o moral da população civil não foi muito afetado e a atuação sobre a economia do adversário não impediu o prosseguimento da luta[18]. Se os aliados não tivessem cometido, por inexperiência, sérios enganos na escolha dos objetivos, na seleção dos pontos reais a visar, na potência das bombas e, sobretudo, na não utilização inicial de escolta de caças para o bombardeio durante o dia, o bombardeio estratégico à Alemanha teria tido importância bem mais decisiva. A ação de bombardeio estratégico que teve influência mais direta no sucesso das forças terrestres aliadas foi a destruição da *Luftwaffe*. Os grandes e inequívocos sucessos do poder aéreo, na Segunda Guerra Mundial, devem ser atribuídos à aviação militar tática, em terra e no mar, e não ao bombardeio estratégico.

---

[17] *BRODIE, Bernard. Strategy in the missile age. Princeton: Princeton University Press, 1967, p. 105. "O assalto aéreo norte-americano sobre o Japão aproximou-se, em certos aspectos, para a confirmação da posição de Douhet [...] bombardeio estratégico custou altos dividendos militares".*

[18] *A Batalha da Inglaterra ilustra a afirmação, pois a RAF conseguiu impedir a invasão alemã à Ilha.*

No período entre as guerras, a tática e a estratégia sofreram modificações. Havia apologistas da guerra defensiva, como André Maginot*, e da guerra de movimento (da ofensiva ou de manobra), cujos principais pensadores foram John Frederick Charleston Fuller e Sir Basil Henry Liddell Hart*. Ambos não foram propriamente teóricos do poder aéreo, mas visualizaram o valor do avião militar associado ao blindado. Eram britânicos, mas influenciaram o pensamento militar germânico, na Segunda Guerra, quanto à implantação de uma "Guerra Relâmpago" ou **Blitzkrieg**[19], que envolvia aviões com valor similar (senão maior) ao dos blindados e da infantaria motorizada.

As ideias de Fuller e de Liddell Hart foram premissas para se estabelecer a estrutura teórica da equipe ar-terra em conflitos com blindados. A tática de *Blitzkrieg* aludia às ideias desses dois estrategistas britânicos e envolvia aeronaves num nível de importância idêntica ao dos carros de combate e da infantaria motorizada. O *Blitzkrieg* foi empregado pela Alemanha, eficazmente, do início da Segunda Guerra até a consecução da Operação Barbarossa.

---

* *André Maginot (1877 a 1932) foi um soldado e membro do parlamento francês, mais conhecido por ter idealizado a Linha Maginot. Foi assim que se desenvolveu um sentimento de segurança com a linha Maginot, onde cada francês estava convencido de que estava protegido de toda agressão alemã. Era preciso ser ingênuo para imaginar que a linha pudesse resistir a um ataque violento e localizado, apoiado pela artilharia pesada e pela aviação moderna. Sem contar com a tática alemã do Blitzkrieg e de contornamento da linha pelas Ardenas. No pior dos casos, a linha poderia conter um ataque surpresa frontal durante o tempo necessário à França para organizar uma mobilização geral. A linha Maginot não evitou a derrota da França no início da II Guerra Mundial em 1940.*

* *Sir Basil Henry Liddell Hart (1895–1970), historiador, teórico e estrategista terrestre. Influenciou o pensamento alemão. Escreveu Paris ou Futuro da Guerra, onde há ideias inovadoras sobre poder aéreo: "o avião nos permite saltar sobre o exército que protege o governo inimigo, assim como sua indústria e seu povo, para atacar diretamente e imediatamente a sede da vontade e da política adversárias" Cf. AMBROSE, Stephen E. Azul sem fim. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, p. 96.*

[19] *A tática do Blitzkrieg era nomeada, também, de doutrina ou de estratégia de Blitzkrieg. Para detalhes, veja-se GILBERT, Adrian. Enciclopédia das guerras: conflitos mundiais através dos tempos. São Paulo, M. Books do Brasil, 2005. Nessa obra, o autor afirma que Blitzkrieg é, em Alemão, um termo do gênero masculino.*

O uso eficaz dependia substancialmente de ataques aéreos coordenados – na realidade, liderando a batalha. Utilizavam-se as aeronaves, portanto, de um modo que Mitchell e que Trenchard corroborariam, mas que Douhet e que Seversky teriam considerado ineficiente.

Giulio Douhet: o precursor das teorias do poder aéreo

Só num sentido muito limitado é possível se falar com precisão literal das teorias relativas ao poder aéreo.

Edward Warner

Assim começa o ensaio de Edward Warner[20], publicado pela primeira vez em 1943, "Douhet, Mitchell, Seversky: Theories of Air Warfare", cujo amplo uso nas escolas militares tem-lhe outorgado significado especial. As concepções teóricas de expoentes dos poderes naval, como Mahan e Corbett, e terrestre, como Mackinder e Haushofer, foram expostas aos dirigentes políticos das suas respectivas épocas para apresentar a visão estratégica dos seus idealizadores.

À semelhança do que aconteceu com os poderes terrestre e naval, o aparecimento da arma aérea gerou o desenvolvimento de teorias de emprego de um recurso, à época, recente e inusitado, o qual possuía características próprias.

Citando Michael Eliot Howard[21], "foi do conceito de poder marítimo que se desenvolveu todo pensamento sobre poder aéreo". Os pensadores pioneiros do poder aéreo "assumiram, impensadamente e sem qualquer crítica, muitas ideias que haviam sido desenvolvidas por pensadores do poder marítimo; algumas eram boas, algumas eram más". Deveras, Howard fez uma analogia pertinente e lógica.

---

[20] *WARNER, Edward. Douhet, Mitchell, Seversky: Theories of Air Warfare. In: EARLE, Edward Mead. Makers of modern strategy: military thought from Machiavelli to Hitler. Princeton: Princeton University Press, 1973. 2nd printing. Nesta pesquisa, não se tem como objetivo julgar e, até mesmo, proferir juízo de valor acerca da existência de teorias do poder aéreo ou se não as há. O fulcro do artigo é fomentar o debate acerca de Douhet.*

[21] *HOWARD, Michael Eliot. O conceito de poder aéreo: uma avaliação histórica. Airpower Journal. Alabama, p. 59-69, 4. trim. 1996, p. 60. Edição brasileira. O ensaio escrito para a Airpower Journal foi traduzido da publicação de inverno, ano de1995, da Air Power History, revista publicadas pela Air Force Historical Society.*

A partir do voo de Alberto Santos Dumont, em 1906, e da travessia do Canal da Mancha, em 1909, desenvolveram-se correntes de pensamento que tiveram como precursor um general italiano, Giulio Douhet, homem com uma formação terrestre, mas senhor de uma capacidade de análise notável e que cedo se apercebeu das grandes potencialidades das máquinas voadoras. Pela primeira vez na História Militar, Douhet reuniu estudos que serviram de base à primeira teoria sobre o poder aéreo e alavancaram a influência da arma aérea no contexto da guerra.

Douhet originou essa análise, do emprego do avião como uma revolucionária arma de combate, inicialmente no apoio à artilharia e em missões de observação e, posteriormente, em missões de reconhecimento, de bombardeio e de caça.

Durante a Primeira Grande Guerra, o primeiro apologista do poder aéreo, General Giulio Douhet, pronunciou severa crítica ao Estado-Maior Italiano devido aos métodos utilizados na condução das operações, foi processado e julgado por um tribunal de guerra que o condenou a um ano de prisão e o transferiu para a reserva. A séria derrota italiana de Caporeto justificou, plenamente, a crítica de Douhet e permitiu a sua reversão ao serviço ativo como Chefe do Departamento de Aviação.

Dois acontecimentos da Primeira Grande Guerra podem ter impressionado Douhet. O longo período de estabilização na Frente Ocidental, que gerou um impasse na Guerra de Trincheiras, e a capacidade quase sem limites da nova arma que acabava de se afirmar no campo da luta – o avião.

Ao prepararem as forças armadas do seu país para a guerra, chefes militares têm superestimado o seu poder de ataque e subestimado a capacidade de defesa do adversário, inclusive da população civil e de potenciais países aliados. Quando os poderes dos antagonistas se equivalem é quase impossível uma decisão rápida. Mesmo que o agressor se beneficie do princípio da surpresa ou realize uma agressão brutal, contando com a máxima potência das armas.

Durante a ofensiva de 1914 na frente ocidental, os alemães chegaram às portas de Paris e quase decidiram a guerra. Àquela época, a capital francesa sofreu seus primeiros bombardeios levados a efeito por aviões e dirigíveis.

Seguiu-se a célebre "corrida para o mar" com a consequente estabilização numa frente ininterrupta que se estendeu da fronteira suíça ao litoral belga do mar do Norte. A frente de mais de setecentos quilômetros transformou-se num conjunto contínuo de fortificações, que anulou a capacidade ofensiva dos dois adversários.

Com justiça, Douhet[22] é considerado, nos dias de hoje, o primeiro filósofo, o precursor e o "profeta" do Poder Aéreo. Ele desfruta, a esse respeito, de uma ascendência comparável à de Alfredo Thayer Mahan, no campo do Poder Naval.

Conforme Edward Warner[23] esboçou, a teoria de guerra de Douhet, sobre o valor do poder aéreo, desmembrava-se em alguns pontos-chave:

> *A guerra moderna não permite qualquer distinção entre combatentes e não-combatentes; as ofensivas bem-sucedidas por força de superfície não são mais exequíveis; as vantagens de velocidade e altura na arena tridimensional da guerra aérea inviabilizaram as medidas defensivas contra uma estratégia aérea ofensiva; portanto, a nação deverá estar sempre preparada para desencadear bombardeios maciços contra centros populacionais, governamentais e industriais inimigos – atacar primeiro e atacar duro para aniquilar o moral do inimigo civil deixando o governo adversário sem outra opção a não ser propor a paz; para isso obter, é requisito primordial constituir uma Força Aérea independente, dotada de aeronaves de bombardeio de longo alcance, mantidas em permanente estado de prontidão.*

---

[22] *MEILINGER, Phillip S.. Airmen and air theory: a review of the sources. Maxwell Air Force Base: Air University Press, 1997, p. 103; Q.v., MEILINGER, Phillip S.. Giulio Douhet and the origins of airpower theory. In: _____. The paths of heaven: the evolution of airpower theory. Maxwell Air Force Base: Air University Press, 2004, p. 1; Vid. METS, David R.. The air campaign: John Warden and the classical theorists. Maxwell Air Force Base: Air University Press, 1999, p. 11-18; Cf. MacISAAC, David. Vozes do azul: teóricos do poder aéreo. In: PARET, Peter. (Ed.). Construtores da moderna estratégia: de Maquiavel à era nuclear. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003. t. 2, p. 221.*

[23] *WARNER, 1973, p. 313.*

Em 1921, Douhet[24] já afiançava com visão estratégica: "Atualmente nós temos plena consciência da importância do domínio do mar. Muito em breve não será menos importante conquistar o domínio do ar. Combater-se-á por ele".

Aplicando os princípios fundamentais da guerra, Douhet (1988), procurou determinar de que forma ela deveria ser conduzida, tendo concluído que, no século XX, ela seria uma Guerra Total, cabendo ao poder aéreo uma tarefa fundamental – aumentar a profundidade do campo de batalha, estendendo-o a todo o território e tornando-o assim vulnerável em qualquer ponto.

No emprego do poder aéreo, Douhet (1988) considerava, essencialmente, dois tipos de fatores – os técnicos e os de emprego. Nessa última categoria, englobava a velocidade, o teto de utilização, o raio de ação e a carga de armamento útil, associando esse último aspecto à capacidade de destruição, defendendo a construção de um aparelho apto a desempenhar, simultaneamente, operações de combate e ações de bombardeamento – o "avião de batalha" ou "cruzador aéreo"[25].

O pensador italiano defendia que o avião agiria além do alcance das armas de superfície e em qualquer ponto, maximizando o ponto de aplicação da força, causando grau de incerteza e diminuindo a liberdade de ação do antagonista. Para Douhet[26], "conquistar o domínio do ar é vencer, e ser batido no ar é ser vencido e obrigado a aceitar todas as condições que ao inimigo aprouver impor".

Segundo Douhet (1988), conquistar o "domínio do ar" seria, portanto, uma questão de Defesa Nacional. Para ele, significava destruir o poder aéreo inimigo, tão perto da sua origem quanto possível. Na opinião do General italiano, esse esforço implicava uma força aérea independente, em cujo aprestamento a Nação se deveria empenhar, pondo à disposição todos os recursos de ordem material e humana.

---

[24] DOUHET, Giulio. La guerre de l'air. Paris: Journal "Les Ailes", 1932, p. 60, (la maîtrise de l'air).

[25] Segundo o pensamento de Douhet, o avião de batalha deveria ter um grande raio de ação, velocidade elevada e proteção que lhe permitisse sobreviver em cenários muito desfavoráveis. Deveria estar preparado para o combate aéreo e para ações anti-superfície.

[26] DOUHET, 1932, p. 60. Il Dominio dell'Aria, o original em italiano, foi escrito em 1921.

Por conseguinte, essa premissa era a ideia basilar do pensar douhetiano.

Constituíam-se, basicamente, em pontos cruciais expressos por Douhet[27]:

> *Os aviões representam um instrumento ofensivo de incomparável poder e, contra os quais, nenhuma defesa eficaz pode ser prevista. O moral da população civil pode ser abalado por meio de bombardeios aéreos dos diferentes adensamentos humanos. Com o emprego do avião militar, o combate não ficava mais limitado ao campo de batalha, pois a ação aérea poderia ser executada muito além do alcance das armas de fogo terrestres e navais. Uma frente fortificada não protegia mais o interior do país; o avião poderia atuar na retaguarda da linha de combate, sem necessidade de rompimento do front. Por estarem diretamente ameaçadas, todas as criaturas passariam, portanto, a ser combatentes, e o moral da população inimiga, por sua vulnerabilidade, deveria constituir o primeiro objetivo. O avião pode deslocar-se em todas as direções – com mobilidade e com velocidade superiores às de qualquer outro meio militar – e ameaça, igualmente, toda a superfície limitada pela circunferência de raio igual ao raio de ação da aeronave. [...] as forças aéreas ameaçam igualmente todo o território dentro do seu raio de ação e podem, partindo de pontos diferentes, agir em massa sobre um ponto escolhido.*

Os pontos fundamentais da "Teoria Douhetiana" são calcados nas grandes possibilidades ofensivas da aviação e no impacto que os ataques aéreos causariam sobre a população civil, que se localizasse distante das frentes de batalha.

Essas inerentes possibilidades do avião militar conduziram ao emprego em massa da arma aérea contra órgãos vitais situados na retaguarda do inimigo. O bombardeio estratégico constitui-se em um exemplo disso, visto que visava à destruição de determinados recursos econômicos, políticos, tecnológicos e, ocasionalmente, à eliminação da vontade de resistir do oponente (fator psicossocial), a fim de tornar inteiramente impossível a manutenção da luta.

---

[27] *DOUHET, Giulio. O domínio do ar. Rio de Janeiro: Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1988, passim.*

Douhet[28] visualizou essas intrínsecas características da arma aérea e fixou algumas premissas básicas que deram suporte à nova forma de combate pelo emprego das aeronaves militares. Essas ideias fundamentais se resumem em:

> *A garantia de adequada defesa nacional é assegurada, em caso de guerra, pela possibilidade de conquistar o domínio do ar (antes do inimigo obtê-la). Os objetivos principais dos ataques aéreos não serão os estritamente militares, mas as instalações industriais e os centros populacionais localizados bem distantes da faixa de contato das forças de superfície. A destruição da força aérea inimiga será buscada, não através do contato no ar, mas, e principalmente, pela destruição das instalações de terra, dos campos de pouso e das fábricas supridoras de material aeronáutico. O papel das forças de superfície será defensivo, apenas destinado a sustentar uma frente de batalha, impedindo o avanço das tropas congêneres adversas; em particular, a ação contra as comunicações, indústrias e o estabelecimento de uma força aérea, enquanto se desenvolver a ação ofensiva pelo ar, com o objetivo de paralisar a capacidade do inimigo de manter seus exércitos e desgastar o moral da população. No intento de obter economia de forças para o esforço total, o uso de aviões especiais de caça para a defesa contra a aviação adversa de bombardeio deve ser evitado. O equipamento básico deve ser o avião de combate, apto para bombardeios e, ao mesmo tempo, elemento defensivo, ou, o que possa, alternadamente, ser usado nas missões de combate.*

Para ele, se a nação dominasse o ar, a luta se apresentaria muito vantajosa, pois tornaria cegos o Exército e a Marinha do inimigo e ficaria em condições de fornecer os "olhos" com os quais seu próprio Exército e Marinha poderiam ver muito longe. Além disso, a força aérea da nação estaria em condições de desencadear ataques que, embora não chegassem a quebrar completamente a resistência do adversário, poderiam causar graves prejuízos à sua "máquina" de guerra.

Mesmo que fosse atendida apenas a primeira das condições, o emprego de uma força aérea teria influência preponderante na decisão de uma guerra.

Na visão de Douhet, não fazia sentido manter as denominadas aviações auxiliares, considerando-as inúteis, supérfluas e até mesmo prejudiciais.

---

[28] *DOUHET, 1988, passim.*

Considerava igualmente dispensáveis a defesa aérea local e tudo o que se relacionasse com a guerra antiaérea. Defendia a utilização de meios de destruição que simultaneamente revelassem uma capacidade tóxica, incendiária e explosiva.

Assim, a bomba atômica iria realizar em *mega-escala* a ideia de Douhet. Esse fato se concretizou no sopro demolidor e na altíssima temperatura, mais do que incendiária, na letalidade e persistência das radiações, dificultando as ações de socorro. De fato, Douhet não esqueceu a aviação civil – considerou a uso desse tipo como complemento à aviação militar, pressupondo, no entanto, algumas medidas. Todavia, Douhet não estava sozinho na apologia ao emprego do poder aéreo.

Outros "advogados", como Mitchell e Trenchard, contemporâneos de Douhet, partilharam as suas ideias no essencial, desenvolvendo, porém, linhas de pensamento um pouco diferenciadas em relação às do General italiano.

O vantajoso emprego militar do avião na Primeira Guerra Mundial permitiu que Douhet e outros clássicos teóricos do poder aéreo formulassem impressões que serviram de alicerce às atuais doutrinas de emprego das forças aéreas do mundo.

Para o General italiano, os acontecimentos da guerra testemunharam uma nítida preponderância da defensiva no combate terrestre. Pela concepção teórica Douhetiana, admitia-se que as forças terrestres, quando suficientemente abrigadas, poderiam proteger o país contra a agressão de um adversário terrestre mais poderoso. Todavia, no embate aéreo, a ofensiva, além de ser a forma mais poderosa de luta, também é a única forma válida de combate. Além disso, as forças aéreas são particularmente aptas para a ofensiva, pois deixam o adversário, até o último momento, na incerteza da sua intenção e não lhe concedem tempo hábil para levar reforços ao ponto atacado.

Sob esse prisma, Douhet[29] profetizou: "O aeroplano, abrindo um novo campo de ação, o campo aéreo, estava destinado a levar a humanidade a lutar também no ar, porque, onde quer que dois homens se encontrem, a luta torna-se inevitável".

---

[29] *DOUHET, 1932, p. 61.*

Fundamentado nessas ideias, Douhet firmou um primeiro princípio. Seria o de resistir em terra, a fim de se concentrar no ar. Isto é, os recursos militares da nação devem ser concentrados no poder aéreo e todo seu potencial no ar deve ser concentrado obrigatoriamente na constituição de uma força aérea independente, ao invés de dispersar-se em forças aéreas do Exército e da Marinha. Com o emprego do avião militar, o combate não ficou limitado ao campo de batalha. A ação aérea pôde ser executada muito além do alcance das armas de fogo terrestres e navais.

Uma frente fortificada não protegia mais o interior do seu país; o avião pode atuar à retaguarda da linha de combate sem necessidade de rompimento do *front*.

Todas as criaturas terão que ser combatentes por estarem diretamente ameaçadas e o moral da população inimiga, por sua vulnerabilidade, deve constituir o primeiro objetivo. O avião pode se deslocar em todas as direções com uma mobilidade e velocidade superiores às de qualquer outro meio militar.

Um avião situado num ponto "A" ameaça igualmente toda a superfície limitada por circunferência de raio igual ao raio de ação desse avião. Aviões espalhados pela superfície do mesmo círculo podem, em dado momento, concentrar-se no ponto "A".

Por conseguinte, as forças aéreas ameaçam igualmente todo o território que esteja dentro do raio de ação de vetores aéreos e podem, partindo de pontos diferentes, agir em massa sobre um ponto específico previamente escolhido.

Essas possibilidades do avião militar conduziram ao emprego, em massa, de aeronaves contra órgãos vitais do inimigo situados à retaguarda – pelo bombardeio estratégico – que visava à destruição de determinados recursos econômicos e, ocasionalmente, à eliminação da vontade de resistir, o que poderia tornar inteiramente inviável a manutenção da luta. Alcançar esse escopo estratégico sem destruir a parte da indústria indispensável à manutenção da guerra, seria ineficaz.

Após a Primeira Guerra, o bombardeio estratégico adquiriu importância e se conceituou o Poder Aéreo como "a Força que leva a efeito o que se tornou conhecido como bombardeio estratégico"[30].

---

[30] *MASON, 1985, p. 2.*

A nova forma de agressão passou a ser estudada como um novo método de guerra que justificaria o estabelecimento de uma doutrina de operações, inteiramente independente das doutrinas pertinentes às operações em superfície, e relativa a uma nova forma de Poder: o Aéreo.

Para Douhet, a superfície da Terra representaria, em relação ao oceano atmosférico, o papel que o litoral desempenha em relação ao mar. As condições são de todo semelhantes. A proteção da superfície terrestre contra os ataques aéreos não ficaria assegurada com canhões e aviões de defesa, mas só poderia ser estabelecida se o inimigo fosse impedido de voar pela conquista do "Domínio do Ar". Para conquistar o domínio do ar seria necessário privar o inimigo de todos os seus meios de voo, destruindo-os, seja nas fábricas onde são produzidos, seja nas bases onde se abrigam, sejam no ar onde se deslocam. Como essa destruição no ar ou no território inimigo só pode ser confiada aos meios aéreos, então, Douhet conclui que o *Domínio do Ar* só pode ser assegurado por uma força aérea adequada e preparada à ameaça, em potencial ou iminente, que se deve redarguir.

Por outro lado, as forças aéreas do inimigo devem ser destruídas onde mais facilmente puderem ser encontradas e onde forem mais vulneráveis. Só pela destruição das forças aéreas inimigas é possível evitar o ataque dessas forças e assegurar o domínio do ar, que passou a constituir um dos princípios essenciais de emprego do Poder Aéreo. Para Douhet, uma força aérea apta à conquista do domínio do ar, que era a premissa basilar do pensamento teórico douhetiano, deveria ter organização e emprego independentes das forças de terra e de mar.

O avião militar foi empregado, na Primeira Guerra, em proveito das forças de superfície com ênfase. Todavia, os primeiros teóricos do poder aéreo consideraram essas missões secundárias. A execução implicava uma evidente subordinação tática às forças de superfície e esse emprego não apresentava resultados considerados decisivos como os do bombardeio estratégico. Na Segunda Guerra, os advogados do poder aéreo teorizaram que, ao invés do emprego restrito na Guerra de 1914-1918, a aeronave poderia atingir os centros de gravidade do inimigo.

Coadunando-se com Douhet, Brodie[31] afirma do advento da arma nuclear: "as pessoas falam de explosivos atômicos como a mais portentosa invenção militar 'desde a pólvora' [...] à época das primeiras armas atômicas, poucas pessoas ficaram serenas ou indiferentes".

Ademais, ressalte-se que a arma aérea potencializou os efeitos dos artefatos nucleares até o aparecimento dos mísseis balísticos de longo alcance. Essa combinação pareceu, no pensar de Brodie e de outros teóricos, corroborar o bombardeio massivo de cidades e de civis postulado por Douhet para se afetar o moral (e o psicossocial) e levar uma nação a capitular.

Caso as armas nucleares fossem empregadas nas guerras limitadas, as ações de interdição e os bombardeios estratégicos constituiriam, precipuamente, as missões preponderantes do Poder Aéreo e esse poderia ter angariado ação decisiva em um conflito armado desse tipo. Nesse caso, haveria a possibilidade de transformar a guerra limitada num conflito armado ilimitado, global ou, pior ainda, na clausewitziana guerra "ideal ou absoluta".

A obra de Brodie torna-se receptáculo de teorias. Na prática como foram realmente conduzidas as guerras desde o início da Era Nuclear? Essas guerras, até o presente milênio, não foram puramente atômicas, mas sim limitadas e o bombardeio de Londres, durante a Batalha da Inglaterra, refuta essa premissa do ataque indiscriminado e ilimitado.

Para Clodfelter[32], "sem objetivos negativos a refrear a potência militar Americana, Eisenhower poderia devastar a Coreia do Norte e a Manchúria. Armas nucleares deveriam destruir populações em adição a alvos militares". Clodfelter[33] assevera que ambas as guerras, "Segunda Mundial e Coreia revelaram que a decisão política Americana influenciou a efetividade do poder aéreo como um instrumento político".

---

[31] *BRODIE, Bernard. Strategy in the missile age. Princeton: Princeton University Press, 1967, p. 147.*

[32] *CLODFELTER, Mark. The limits of airpower: the american bombing of North Vietnam. New York: The Free Press, 1989, p. 37.*

[33] *Ibidem.*

Relevou-se o pensar douhetiano e clausewitziano quanto ao uso político da guerra. Clodfelter[34] escreveu que os comandantes aéreos americanos do conflito vietnamita "confiaram na experiência para orientar o planejamento no Vietnã. Ao modelarem a ofensiva contra o Vietnã do Norte, voltaram-se ao que parecia ser a lição do bombardeio estratégico da Segunda Guerra Mundial".

Ademais, Clodfelter[35] acrescentou com críticas às limitações impostas ao poder aéreo:

> *Embora menos óbvias do que as restrições políticas, entre as limitações militares à efetividade da Rolling Thunder, destaca-se a doutrina do bombardeio estratégico da Força Aérea. Resultado das instruções na Air Corps Tactical School, da experiência da Segunda Guerra Mundial e do planejamento no pós-guerra, essa doutrina enfatizava a destruição da capacidade de combate do inimigo mediante ataques a seus centros econômicos vitais [...] A ênfase na indústria origina-se de diversos fatores: Os principais beligerantes da Segunda Guerra Mundial se haviam valido extensamente de seu poderio industrial para travar a guerra.*

Outra crítica de Clodfelter reside no fato de que apesar de os planejadores militares aéreos dos EUA "perceberam que o Vietnã tinha uma base industrial muito pequena", os comandantes "planejaram uma campanha para desmantelar a capacidade industrial do Vietnã do Norte". Tanto Douhet quanto Mitchell realçaram o valor da *Industrial Web Theory*.

Concordar com as críticas de Clodfelter e explicitar o modo pelo qual os generais da USAF aplicaram a experiência da Segunda Guerra a campanhas da Guerra do Vietnã, como a Operação *Rolling Thunder*, constitui-se num empreendimento intelectual complexo. As operações aéreas nessas duas guerras envolveram inimigos, metas políticas e tecnologias diferentes, mas pode-se presumir que a experiência da Guerra Mundial pode ter influenciado, sobremaneira, as ideias dos oficiais de alta patente no transcurso da Guerra do Vietnã.

---

[34] *Ibid., p. 73.*

[35] *Ibidem, p. 125-126.*

Parafraseando Clausewitz, as operações aéreas militares poderão ter, no futuro, mais "fricção" e apresentar uma "névoa" mais densa do que na época do general prussiano veio a teorizar a guerra. Então, as Forças Aéreas do mundo precisam ajustar seu caráter institucional e suas estruturas para acolherem os novos desafios aguardados, que irão requerer competência administrativa, coragem com prudência e planejamento estratégico. Na medida em que sólidas teorias podem se fortalecer com fatos vindouros, cabe atenção à teoria douhetiana.

Influência de Douhet no pensar de teóricos do poder aéreo e a guerra aérea do futuro

O poder aéreo é forma extraordinariamente sedutora de força militar, pois parece oferecer prazer sem compromisso.

Eliot Cohen

"O Domínio do ar é o fator determinante da vitória." Este excerto da obra *O domínio do ar* foi uma assertiva proferida pelo General Italiano Giulio Douhet e se constitui na premissa maior dos argumentos desse pioneiro, profeta e teórico do poder aéreo.

Ao ter sido o precursor a advogar o valor da *Target Science* na esfera do Poder Aéreo, Douhet demonstrou muita preocupação com um processo minucioso de selecionar alvos, dos quais salientava que seria o parque industrial do país inimigo (afetar a expressão econômica do PN – Poder Nacional – do oponente racional): "para alcançar o propósito estratégico da guerra, bastaria destruir a parte da indústria indispensável à manutenção de guerra do inimigo."; e o mais importante de todos os alvos para esse teórico: "atacar primeiro e atacar duro para aniquilar o moral do inimigo civil, deixando o governo adversário sem outra opção a não ser propor a paz" (desestabilizar a expressão psicossocial do PN do opositor, ou seja a vontade de lutar do inimigo e o apoio da população civil e da opinião pública em geral). Este tipo de bombardeio estratégico às grandes cidades do país inimigo forçaria o Poder Político instituído a capitular sem hesitação. Se somarmos, nessa fórmula, mais uma variável – os Generais e suas Forças Armadas – Giulio Douhet demonstra ser muito clausewitziano em seu argumento, pois une os três elementos da "Trindade Extraordinária".

No campo do poder militar, surgiram pensadores, no século XX, após Douhet escrever *O domínio do ar*, que repensaram o poder aéreo conforme as premissas desse visionário advogado da arma aérea. Outros trouxeram novas visões acerca dessa arma e suas aplicações.

Após quase setenta anos, o Coronel estadunidense Jonh Warden III elaborou a "Teoria dos Cinco Anéis", que foi aplicada, na prática, na primeira Guerra do Golfo de 1990. O Doutor David Mets assevera, em *The air campaign: John Warden and the classical theorists*, que Warden se apropriou de ideias de Douhet para compilar a "Teoria dos Cinco Anéis".

Douhet cogitava que o efeito moral do bombardeio estratégico sobre a população civil afetaria a vontade de líderes persistirem na batalha. Outro oficial norte-americano, John Boyd, idealizou a "Teoria do Ciclo OODA" focada no comando e controle do oponente. Para Boyd, o "observar-orientar-decidir-agir" parte da premissa que condensar o tempo, chegar com rapidez aos locais, antes do inimigo, e tomar decisões eficazes são elementos decisivos na guerra, em face do desgaste psicológico e mental que inflige ao adversário e no seu moral.

No futuro, qual será o emprego mais eficaz e eficiente do poder aéreo?

Como advogados da arma aérea, tanto John Warden III quanto o cientista político norte-americano Robert Pape realçam a importância de pensar-se, sempre, estrategicamente. A respeito do apropriado emprego do poder aéreo, com a máxima eficácia da arma aérea, na busca incessante do atingimento de um estado final desejado e dos propósitos da guerra, os quais, para Clausewitz, são sempre os fins políticos, Pape afiança ser o uso operacional, por intermédio de operações conjuntas. Por sua vez, Warden postula constituir-se no emprego coercitivo, que visa à paralisia estratégica do oponente pela *guerra em paralelo*. Pape e Warden fundamentaram-se nas concepções teóricas de Douhet para formular suas ideias.

Na obra *Battlefield of the future*, há o capítulo *The Revolution in Military Affairs* de Jeffrey McKitrick *et al*, os quais projetam que a guerra aérea do (no) futuro apresentará, entre outras inovações, o necessário "ataque de precisão à longa distância", que se parece com a ideia douhetiana de bombardeio estratégico às regiões mais remotas fora da Itália à sua época.

Demonstra-se, portanto, que as concepções de Douhet estão mais atuais do que nunca.

Levado à Corte Marcial, o General Mitchell arguiu, com palavras bombásticas e pensamentos inovadores à época, que nenhuma nação pode "denominar-se grande a menos que seu poder aéreo esteja apropriadamente organizado e provido para isso, porque o poder aéreo [...] não dominará apenas a parte terrestre, mas a naval também.".

Com efeito, essa visão prospectiva de "Billy" se coaduna com as proféticas palavras de Douhet, o qual teve a capacidade de decifrar, em termos similares, o emblemático enigma de se preparar, estrategicamente, uma moderna força aérea para ameaças vindouras. Por uma visão prospectiva traçava os céus do futuro: "a vitória sorri [sic] está reservada àqueles que se antecipam aos novos desenvolvimentos na natureza da guerra e não àqueles que se adaptam a estes desenvolvimentos depois que ocorrem.".

Referências

ARMITAGE, Sir Michael; MASON, "Tony" R. A. *Air power in the nuclear age, 1945-84*. London, The Macmillan Press, 1985.

BRODIE, Bernard. *Strategy in the missile age*. Princeton: Princeton University Press, 1967.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Tradução Maria Teresa Ramos; preparação do original Maurício Balthazar Leal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *On War*. Peter Paret e Michael Howard. (Ed.). 8 ed. New York: Princeton University Press, 1984.

CLODFELTER, Mark. *The limits of airpower*: the American bombing of North Vietnam. New York: The Free Press, 1989.

DOUHET, Giulio. *La guerre de l'air*. Paris: Journal "Les Ailes", 1932.

_____. *O domínio do ar*. Rio de Janeiro: Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1988.

HALLION, Richard P. *Storm over Iraq*: air power and the Gulf War. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

HOWARD, Eliot Michael. O conceito de poder aéreo: uma avaliação histórica. *Airpower Journal*, Alabama, p. 59-69, 4. trim. 1996. Edição brasileira.

HURLEY, Alfred F.. *Billy Mitchell*: crusader for air power. Indiana University Press: Bloomington, 1975.

MacISAAC, David. Vozes do azul: teóricos do poder aéreo. In: PARET, Peter. (Ed.). *Construtores da moderna estratégia*: de Maquiavel à era nuclear. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. t. 2, p. 211-242.

MASON, "Tony" R. A.. *The aerospace revolution. Role revision & technology*: an overview. London-Washington: Brassey's Air Power, 1998.

MEILINGER, Phillip. *Airmen and air theory*: a review of the sources. Maxwell Air Force Base: Air University Press, 1997.

_____. (Ed.). *The paths of heaven*: the evolution of airpower theory. Maxwell Air Force Base: Air University Press, 2004.

METS, David. *The air campaign*: John Warden and the classical theorists. Maxwell Air Force Base: Air University Press, 1999.

MITCHELL, Willliam. *Winged defense*: the development and possibilities of modern air power, economic and military. New York: Dover Publications, Inc., 1988.

PAPE, Robert A. *Bombing to win*: air power and coercion in war. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

_____. The true worth of air power. *Foreign_Affairs*, New York, Mar/Apr 2004.Vol.83, Iss. 2; pg. 116.

SANTOS, Murillo. *Evolução do poder aéreo*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1989.

SCHNEIDER, Barry R; GRINTER, Lawrence E. *Battlefield of the future*: 21 st century warfare issues. Maxwell Air Force Base: Air University Press, 1998.

SEVERSKY, Alexander de. *Air power*: key to survival. New York: Simon & Schuster, 1950.

_____. *Victory through air power*. New York: Garden City Publishing Co., Inc., 1943.

SIQUEIRA, Mauro B. *A evolução do poder aéreo do Campo de Bagatelle à Faixa de Gaza*: cem anos da história de pessoas, ideias e máquinas que transformaram o século do voo. Pará de Minas: Editora Virtualbooks, 2009.

TRENCHARD, Hugh Montague. As três mensagens ("papers") de Trenchard. Trad.: Eurípedes Coelho de Magalhães, João Vieira de Sousa e Álvaro Luiz de Souza Gomes. *Ideias em destaque*. Rio de Janeiro: INCAER, n. 2, p. 7-56, ago. 1989.

_____. *Air power*: three papers. Londres: Directorate of Staff Studies, Air Ministry, 1946.

WARDEN III, John A. O inimigo como sistema. *Airpower Journal*, Alabama, p. 44-59, 3. trim., 1995. Edição brasileira.

_____. *The air campaign*: planning for combat. New York: Pergamon-Brassey's, 1989.

WARNER, Edward. Douhet, Mitchell, Seversky: Theories of Air Warfare. In: EARLE, Edward Mead. *Makers of modern strategy*: military thought from Machiavelli to Hitler. Princeton: Princeton University Press, 1973.

O autor é Tenente-Coronel Aviador da FAB, Mestre em Ciência Política e Doutorando da Universidade Federal Fluminense no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Atualmente, é Adjunto ao Chefe do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea (UNIFA).

Alcance Espacial Geoestratégico e o Poder Militar do Brasil

Carlos Alberto Pinto Silva

A experiência histórica mostra quanto maior o **alcance espacial geopolítico, geoeconômico e geoestratégico** de um Estado, mais poderoso deve se apresentar o seu braço armado.

O Brasil se mostra indeciso ao tentar participar da cena política internacional como novo ator global, parece não saber o que quer e, mesmo impelido por seu potencial, não manifesta uma vontade política continuada de exercer o Poder de acordo com seu **alcance espacial geoestratégico e a sua estatura política e econômica.**

O Brasil, como Potência Regional, é líder e protagonista inconteste na America Latina. Na política e na economia já atingiu uma influencia global. Há necessidade, portanto, de não perder oportunidades, antecipando e avaliando os acontecimentos, e fugindo da rotina antiamericana e terceiro mundista adotada por países, administrados por uma esquerda retrógrada, da América do Sul e Central, o que pode levar o governo a perder o senso de julgamento e não ser capaz de entender a importância e a prioridade nas tomadas de decisão, visando à conquista de objetivos que representem os interesses vitais do Estado Brasileiro.

A oportunidade para o Brasil assumir suas responsabilidades de Média Potência, ou Superpotência Emergente do Século XXI, vem acompanhada de desafios políticos, econômicos e, principalmente, de defesa, e esses desafios aumentam de forma surpreendente, como nos mostraram a Conferência de Copenhague sobre Mudanças Climáticas e a catástrofe no Haiti, e nos assinalam as Questões Ecológicas e as necessidades de água potável no mundo atual.

O **rastro espacial geoestratégico, geopolítico e geoeconômico** deixado pelo Brasil passa por uma grande transformação, o País precisa de recursos, mercados, energia, oportunidades, ideias e informações de todo o globo, e não apenas de seus vizinhos da América do Sul.

É a combinação dessas necessidades e a relevância das relações políticas com demais atores globais é que definirá o **alcance espacial geoestratégico** do Brasil.

Um ponto fundamental para o Brasil está na manutenção da hegemonia na América Latina, na sua capacidade de exercer poder no seu entorno e assumir, sem arrogância ou prepotência, seu papel de ator global, sem esperar a conjuntura, mas moldando a conjuntura de maneira que ela seja favorável aos interesses nacionais, e não permitir que se configure alguma coisa que o ameace Política, Econômica, ou Militarmente.

O Brasil, portanto, no campo político e econômico já exerce com relevância seu poder coordenador num espaço maior que o continente que lhe serve de base territorial, sua força coordenadora tem dimensão mundial, falta, porém, capacidade ao Poder Militar para respaldar as decisões do Estado brasileiro como ator global.

A política das nações no Século XXI deverá fundamentar-se prioritariamente em uma estratégia de desenvolvimento (expressões, econômica, científico-tecnológico, psicossocial) e na justiça social, como meio legítimo de conquistar os objetivos nacionais, contudo, o Poder Militar de um Estado é função biunívoca das outras quatro expressões do Poder Nacional, vive para elas e na sua direta dependência, e deve estar sempre em condições de ser empregado para a conquista dos objetivos nacionais.

A Defesa de um país se tornou, portanto, um assunto de grande interesse econômico e social, e um problema político dos mais graves, envolvendo a vontade dos homens, dos povos e a capacidade do Estado de exercer o poder, inclusive o militar, para obter o sucesso.

As fronteiras físicas e geográficas entre Estados se tornaram inócuas considerando que os novos paradigmas do poder não tem materialidade, não são tangíveis.

O Estado deve agir sobre múltiplas vontades, dispõe de múltiplas forças e deve lhes ordenar ações múltiplas. Ele deverá sintetizar, dentro do possível, a sua estratégia nacional (Desenvolvimento e Defesa) em diretrizes, que nortearão a coordenação das expressões do seu Poder Nacional, velando para que os efeitos se somem nas suas diversas modalidades de emprego, considerando ser o poder nacional indivisível.

Os estados continuam sendo a única garantia de defesa dos seus cidadãos e quando falham a sua legitimidade é afetada e surgem ciclos de violência. As Forcas Armadas do no Século XXI deverão, também, ser instrumentos políticos com objetivo de controlar e evitar a violência organizada no território dos seus Estados e capazes de apoiar esse controle auxiliando nações amigas.

A atual conjuntura política, econômica e de defesa, o rastro geoestratégico, geopolítico e geoeconômico deixado pelo Brasil, fez crescer o seu **alcance espacial geoestratégico**, trazendo ao Estado Brasileiro a necessidade de exercer poder nas seguintes áreas: **América do Sul; África Atlântica, do Marrocos a Cidade do Cabo na África do Sul; Caribe; América Central; o Oceano Atlântico do Trópico de Câncer para o Sul; e a Antártida.**

Os planejamentos da Defesa devem acompanhar no tempo a evolução política, econômica e social do País, de maneira a manter o poderio militar nacional no horizonte curto compatível com o status de Ator Global, atingido pelo Brasil na cena internacional.

Considerando que o status alcançado por um Estado no sistema internacional se baseia em seus índices nos diversos campos do poder, **a capacidade bélica constitui peça fundamental na construção do "espaço geopolítico, geoeconômica, e geoestratégico" do Brasil.**

Nesse contexto, faz-se necessário a apresentação dos seguintes questionamentos:

Qual a percepção da política nacional no que se refere ao atual posicionamento do Poder Militar do Brasil no âmbito internacional?

Onde está o Poder Militar do País hoje? Qual a prioridade estabelecida? O Brasil já se considera a potência regional sul-americana? O Brasil pretende ser reconhecido como potência regional não apenas no âmbito da América do Sul, mas atingindo os níveis alcançados pelas demais potências regionais mundiais? O País deseja prosseguir sua evolução e se firmar como média potência ou como uma superpotência emergente?

Está o Poder Militar brasileiro, hoje, adequadamente ajustado a estatura política e econômica e ao alcance espacial geoestratégico do Brasil?

Quais os prazos visualizados pelo Poder Político nacional para que o Poder Militar alcance os patamares desejados?

Dessas considerações e constatações evidencia-se que a oportunidade de o Brasil atuar como um Ator Global, desafio imposto à nação pelo seu desenvolvimento, não pode submeter-se ao atraso do planejamento de longo prazo, devido à falta de visão, ambição e vontade de seus líderes políticos, **sendo, consequentemente, necessário ajustar já, no curto prazo, o seu Poder Militar à sua estatura política e econômica e ao seu alcance espacial geoestratégico.**

O autor é General-de-Exército, ex-comandante de Operações Terrestres, do Comando Militar do Sul, e do Comando Militar do Oeste.

Um projeto de potência para o Brasil do século XXI

Eduardo Italo Pesce

Desde a Independência, o Brasil formulou pelo menos três projetos de potência, no Império (1850-70) assim como na República (1930-45 e 1964-85). Nenhum daqueles projetos chegou a se concretizar plenamente e, ao final do Século XX, o país permanecia na condição de Estado periférico. Entretanto, a retomada do crescimento econômico, após cerca de três décadas de semi-estagnação, pode abrir uma nova "janela de oportunidade" para o Brasil no Século XXI.

Um projeto de potência pressupõe fortalecimento da expressão militar. A dotação orçamentária do Ministério da Defesa para 2010 é de R$ 60,72 bilhões, dos quais R$ 42,68 bilhões (70,3%) correspondem à despesa com pessoal e encargos sociais, R$ 7,18 bilhões (11,8%) a outras despesas correntes e R$ 9,02 bilhões (14,9%) a investimentos. Mas apesar do aumento verificado, em relação ao exercício anterior, não há garantia de que este orçamento seja executado integralmente.

Em 2009, o orçamento autorizado da Defesa foi de R$ 55,29 bilhões. Contudo, o valor total pago, até 31 de março de 2010, era de R$ 51,08 bilhões (92,4% daquela dotação orçamentária). Em 2008, o percentual executado do orçamento do Ministério da Defesa foi de 84,8%. Tal percentual foi de 90,5% em 2007, de 89,8% em 2006 e de 87,9% em 2005. Este padrão vem se repetindo há anos no Brasil, uma vez que o Orçamento da União não é impositivo, mas apenas autorizativo.

A realidade orçamentária pode inviabilizar o reaparelhamento das Forças Armadas. Em dissertação de mestrado defendida na UFRJ no final de 2009, o pesquisador Vitélio Brustolin observou que o orçamento anual de defesa do Brasil vem se caracterizando por uma "path-dependency" (dependência da trajetória). No período coberto pelo trabalho (1995-2008), a média das despesas primárias com a Defesa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do país foi de 1,59%.

Os valores mais elevados (1,79% em 1995) da série apresentam-se no início do período estudado. A efetivação da Estratégia Nacional de Defesa (END), segundo o atual ministro da Defesa, consumiria cerca de 0,7% do PIB anual, durante duas décadas. Isso elevaria o percentual dos gastos com defesa do Brasil para cerca de 2,29% - o que jamais ocorreu, durante o período pesquisado. O histórico de tais gastos não autoriza a previsão de uma mudança de paradigma, em futuro previsível.

O perfil excessivamente modesto do orçamento da Defesa torna extremamente difícil investir na modernização e na capacitação das Forças Armadas brasileiras, empregando recursos orçamentários. Para tal, torna-se necessário lançar mão de recursos extra-orçamentários (tais como empréstimos e financiamentos provenientes do exterior), sendo posteriormente incluídas nos orçamentos anuais as parcelas para amortização e pagamento de juros.

A viabilização dos investimentos previstos na END e nos documentos decorrentes desta demandará um volume elevado de recursos. A garantia do fluxo de tais recursos, durante o período de vigência daquela estratégia (que abrangerá os próximos cinco mandatos presidenciais), é uma questão que necessita ser considerada com objetividade. Os recursos financeiros são a chave, para evitar que o Brasil, mais uma vez, formule um projeto de potência que não venha a se concretizar.

É possível que a campanha para a eleição presidencial em 2010 seja marcada por uma indesejável polarização entre os discursos ideológicos neoliberal e de esquerda. Em contrapartida, as políticas externa e de defesa poderão vir a se constituir em tema para os debates eleitorais. Tudo isto tendo como pano de fundo a progressiva recuperação da economia mundial, após a crise de 2008-2009, e a melhor posição da economia brasileira, em comparação com o ocorrido em outras crises do passado.

No dia 3 de abril, começou o prazo de seis meses antes das eleições de novembro, durante o qual a assinatura de contratos de fornecimento para o governo, em princípio, não será permitida. Em consequência, novas encomendas de material para as Forças Armadas só deverão ocorrer depois de 3 de abril de 2011. Isto pode afetar o cronograma do Programa F-X2, assim como os de outros programas de obtenção de equipamentos das três forças singulares.

A visível tendência de aumento da projeção internacional do Brasil (que independe da concretização de sua aspiração a um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas) indica a necessidade de investir na ampliação da capacidade operativa das Forças Armadas brasileiras. Durante o Século XX, o País esteve relativamente distante dos focos de tensão mundial, dando pouca atenção à sua defesa contra ameaças de origem externa.

A atual fraqueza militar do Brasil não se coaduna com a intenção declarada de sua política externa, de atuar na mediação ou estabilização de crises internacionais. Tal postura ambígua poderá deixar o país na "linha de tiro", colocando-o sob o foco de pressões e ameaças externas com as quais não está habituado a conviver. Devido ao longo tempo de maturação dos investimentos em defesa nacional, estes deverão levar em conta o esperado aumento das necessidades do setor.

O Brasil ainda possui uma economia em crescimento e não completou a transição rumo a uma economia madura. Apesar do desempenho positivo do PIB até 2008 e da esperada retomada do crescimento em 2010, a maior parte das exportações brasileiras ainda é constituída por produtos primários ou "commodities". O País só terá uma economia verdadeiramente desenvolvida quando dispuser de tecnologia própria e puder contar com uma população escolarizada e capacitada.

O autor é especialista em Relações Internacionais e colaborador permanente do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval (Cepe/EGN).

“Mensagem ao jovem oficial”

Lauro Ney Menezes

Meu jovem companheiro,

Com certeza, um dos grandes defeitos conceptuais dos modernos sistemas de educação e ensino é o de ignorar o **HOMEM**, enquanto desenvolve uma determinada técnica ou dissemina um novo conhecimento. O processo segue seu ritmo inexorável enquanto a individualidade é ignorada; a entidade humana é marginalizada, no grande afã da busca pelos resultados materiais ou técnicos.

Provavelmente, esse defeito será o causador, ou a raiz, do muito das frustrações e angústias das ordens econômica e social implantadas no mundo de hoje: a desumanização impera.

Como Oficiais e Líderes da almejada Força Aérea dos anos futuros, cabe e cumpre aprender a viver como Cidadão, de um mundo que deve ser humano e humanizado.

A conduta que lhes proponho, pois, se baseia na RESPONSABILIDADE. Responsabilidade geradora de Liderança. E a liderança que entendo não significa a busca de prestígio ou de honrarias, pois a tônica básica da liderança é **servir com responsabilidade**.

A responsabilidade, que advém da liderança, é um pesado fardo e, normalmente, perigoso de sustentar para aqueles que para tal não estão preparados. Exige sacrifícios, prudência. Coloca o serviço acima dos interesses pessoais e, frequentemente, acima da satisfação individual.

O programa de formação e desenvolvimento de Oficiais, em curso na nossa Força Aérea, se baseia na ideia - no ideal - de que a liderança provém do fato de que de nada valeria formar bons pilotos, bons combatentes, bons profissionais se, na essência, não formarmos bons homens, bons cidadãos. E, se no seu peito não pulsar um coração de bravo.

A expectativa, em um programa como esse, é produzir homens capazes e maduros independentemente de sua idade cronológica, pois a maturidade é a lealdade aos princípios, à perseverança nos objetivos e à indispensável confiabilidade.

O homem maduro compreendendo, assume as metas fixadas. Arrazoa, e por isso enfrenta os sacrifícios pessoais indispensáveis para chegar ao fim escolhido: ele é consistente em seus pensamentos, persistente em suas ações e fiel ao seu ideário.

Além disso, a maturidade permite que, mesmo reconhecendo que os caminhos da vida nunca são fáceis e entendendo que terá que enfrentar desenganos, deve existir algo superior no que apoiar-se: e é a existência de uma **força íntima** que o levará às suas metas, independentemente da satisfação pessoal momentânea. A maturidade permite, ainda, reconhecer que não há nenhuma glória na deserção dos ideais.

O homem amadurecido deve possuir padrões de julgamento objetivos e realistas, capazes de neutralizar as mutações das emoções do dia-a-dia. Reconhecer que a estrela-guia para sua jornada na vida é, de certa forma, imóvel nos céus, firme e segura, capaz de referendar permanentemente sua proa.

Em suma, um homem maduro é aquele convencido de que é fundamental desenvolver primeiramente seus dotes de espírito em benefício de sua estabilidade e segurança, e também daqueles que dependerem de sua palavra de Comando e Liderança: sua tropa.

A vida não pode ser e nem deve ser compartimentada ou segmentada. O período acadêmico não representa mais do que uma pequena fração de vida. A vida, na realidade, é um permanente processo de aprimoramento e o momento presente, nada representará se não for usado para o desenvolvimento de potencialidades.

Cada um de nós é diferenciado dos outros. Somos distintos entre nós. Somos indivíduos. A Divina Providência nos premiou com benesses e talentos; e não o fez de forma igualitária. Através de nossas qualidades, ela espera que cada um sirva. Nós podermos servir: devemos servir. Servir aos nossos deveres para com Deus, para com a Pátria, para com a Família. E para com a carreira que escolhemos livremente.

A Força Aérea vem medindo talentos, qualidades, potencialidades: todos as possuem para seguir a carreira de soldados-do-ar. Todos estão preparados para servir, aplicando ao máximo sua capacidade física, mental e emocional. Mas, cumpre aprimorá-las permanentemente, para construir o **melhor-homem** destinado a guarnecer a **melhor** Força Aérea!

Isto está sob o nosso controle, pois, ao ser humano foram dadas duas capacidades, que o diferenciam dos outros habitantes do planeta: o uso do intelecto e da vontade. Em suma, o poder para determinar nossas ações.

O mundo está dividido entre aqueles que administram a inteligência e os que a usam. O homem que direciona sua vida por atos intelectuais, e não por impulsos emocionais, se apresenta perante aos outros e, principalmente, para aqueles que lideram, como um guia seguro e firme.

A vontade, livremente usada, associada ao emprego das faculdades intelectuais é que permitirá conduzir os atos independentes dos apetites e emoções.

Os controles do intelecto e da vontade serão, e deverão ser enfatizados durante toda a carreira, de forma que daí surjam melhores líderes para melhores dias. A mente e a vontade são instrumentos de precisão que, além de serem mantidos em estado de permanente prontidão, devem ser estimulados e exercitados para produzir cada vez mais, melhores decisões. A Força Aérea assim o fará, e caberá a cada um participar positivamente no processo de aprimoramento que lhes será imposto.

A vida é uma excelente escola para a formação do caráter do homem. É através do dia-a-dia que o nosso caráter, como futuros líderes, será plasmado. Se as escolhas e decisões forem tomadas com base na Justiça, no descomprometimento, na prudência e na humildade fiquemos certos de que há um bom caminho à frente. Caso contrário, a única forma para compensar, corrigir e retomar a caminhada é substituir os maus por bons hábitos. É sabido que qualquer hábito pode ser mudado: apenas demanda tempo. E o homem, por princípio e imitação divina, é bom.

Se a meta é tê-los como futuros líderes de uma Força Aérea moderna, é fundamental perseverar no desenvolvimento das virtudes que assegurarão estabilidade e certeza, não só para cada um individualmente, mas como para a Força Aérea como um todo.

Para tanto, a natureza nos dotou de **inteligência** para enfrentar os desafios do dia-a-dia, **vontade** para determinar livremente a decisão a tomar; talentos e habilidades para serem usados através da vida de forma a torná-la completa e perfeita.

Se fixados os objetivos para a vida e assumido o destino de servir e, ainda, aceita a liberdade para aplicar as habilidades, não há como fugir da responsabilidade de estabelecer "aquilo que almejamos para nossa existência".

Zelosamente, analisemos e escolhamos o caminho; após, o sigamos com prudência e perseverança de forma que a desejada **liderança** desabroche e floresça e se torne algo de positivo para nosso benefício, dos nossos subordinados e da Força Aérea; e que ao final de tudo nos dê felicidade e satisfação. E a sensação de **missão cumprida!**

A Caça

A Caça, por definição, é uma arma de elite. Confiando a Pilotos superselecionados aviões de preço quase incalculável, concebidos por engenheiros de gênio e executados por conscienciosos e esmerados especialistas, criou-se um instrumento de extraordinária eficácia, mas também de extrema delicadeza. Instrumento afiado como navalha, que precisa ser utilizado por mãos ao mesmo tempo firmes e sensíveis. Se usado como faca de açougueiro, não se deve espantar em vê-lo embotado.

Ten Gen ADOLF GALLAND
Comandante - Chefe da Caça Alemã (1939-1945).

O ESPÍRITO DE CAÇA: toda sua razão de ser...

Analisando e vivendo por tão longo tempo a Estrutura e a Organização da AVIAÇÃO DE CAÇA e seus Membros Componentes, não temo em concluir que qualquer agrupamento de homens em torno de um mesmo ideal exige tradições, praxes, técnicas de arrazoado específicas, formas características de comunicação, de entendimento e, além disso, deontologia própria. E tudo gira em torno da ENTIDADE que somos e da UNICIDADE que temos.

Essas ENTIDADES e UNICIDADE são, na realidade, a parte primeira do ESPÍRITO DE CORPO. Do mesmo modo que não existe patriotismo sem identidade nacional, não é possível criar a adesão emotiva entre os elementos de qualquer segmento social se esse grupo não for tido e entendido, por ele próprio, como uma realidade distinta das outras e, portanto, merecedora de sacrifícios pessoais.

Na busca da sustentação do ESPÍRITO DE CAÇA, o primeiro passo a ser dado é reforçar permanentemente a identidade desse grupo social e criar, nos elementos que o compõem, não só o conhecimento como o reconhecimento dessa IDENTIDADE, assim como a convicção de que ela merece - de alguma forma - a dedicação pessoal, o respeito e a apreciação. Sustentando a UNICIDADE imprescindível.

Ou seja, ter o: **ORGULHO DE PERTENCER À CAÇA**

O Piloto De Caça

O **Piloto-de-Caça** tem certas características que lhes dão uma identidade individual distinta. O **Piloto-de-Caça** ideal se dedica inteiramente a tudo que faz: tem sempre uma atitude mental positiva; mostra entusiasmo e, com ele, contagia os que o cercam; acredita que sua tarefa deva ser realizada acertadamente e de uma só vez, na primeira tentativa. Dedica-se profundamente a ser o melhor em tudo o que faz. E espera que todos ajam da mesma forma.

O **Piloto-de-Caça** procura ser um perito em sua especialidade, sempre buscando novos conhecimentos e novas experiências. Dedica-se a alargar sua cultura profissional, não se conformando em permanecer em domínio intelectual estreito. Tem uma profunda confiança em si mesmo e orgulho de tudo que realiza. Trabalha muito, mas desfruta bastante; sempre um competidor em ambas as atividades. Quando se defronta com um problema, sempre apresenta uma solução: jamais se omite. Embora raciocine de forma individualista, jamais deixa de buscar aconselhamento daqueles que podem conduzi-lo à resposta correta da questão.

O **PILOTO DE CAÇA** representa o mais puro dos combatentes individuais, Mestre e Navegador de um dos mais perfeitos e complexos produtos da moderna era industrial-militar.

O Homem-de-Armas de hoje é, cada vez mais, conduzido para se tornar um técnico, um engenheiro subordinado as conquistas tecnológicas e à mecanização da moderna guerra aérea. Mas a ciência não deve se tornar um fim, em si só. Somente um espírito ofensivo, abrigado em um coração destemido, trará sucesso a qualquer avião de Caça do mundo, independentemente de quanto desenvolvido seja.

Ser Profissional
"Vademecum Do Piloto De Caça"

"SER PROFISSIONAL" é, sem dúvida, uma questão **de meios**; mas é, também e principalmente, uma questão de **estado de espírito**. E, se não sabemos exatamente o que isso é, seguramente sabemos o **que isso não é**.

"SER PROFISSIONAL" não é, certamente, culpar aqueles que nos antecederam, mas sim tirar lições de suas experiências, para aplicá-las com sucesso. Para isso, é necessário que sejamos humildes nas críticas e tenhamos honestidade intelectual para reconhecer sua obra.

"SER PROFISSIONAL" não é, certamente, trabalhar em função do material ideal, que seria desejável possuir, mas sim, tirar o máximo proveito daquele material, que já temos. Para isso, é necessário reconhecer que isso requer vontade, planejamento, paciência e, sobretudo, trabalho.

"SER PROFISSIONAL" não é viver, dizendo que "o sistema-de-armas que temos já não é operacional". Mas sim refletir, racionalmente, sobre as reais possibilidades que tem, admitindo que nem todas as experiências são possíveis. Para isso, é necessário que conheçamos essas limitações e compreendamos porque elas existem, e daí partamos para o combate...

"SER PROFISSIONAL" não é ressaltar os erros de uma organização que parece "pesada e inadequada", mas aprender a conhecer sua tarefa para descobrir seus méritos. Para isso, é necessário que tenhamos coragem moral para estarmos abertos e não rejeitarmos, *a priori*, as reformulações, modernizações e reestruturações.

"SER PROFISSIONAL", enfim, não é fazer "não importa o quê, não importa como, não importa quando", crendo que somos os melhores. Infalíveis.

É, talvez, e tão simplesmente, **não** admitirmos a mediocridade conosco e á nossa volta, sabendo que, no nosso trabalho, certamente, os outros não saberão tolerá-la.

Para os jovens pilotos, defino:

Juventude

A Juventude não é um período da vida, a Juventude é um estado de espírito, um efeito da vontade, uma qualidade da imaginação, uma intensidade emotiva, uma vitória do valor sobre a timidez, do gosto pela aventura sobre o amor ao conforto.

JOVEM é o que desafia os acontecimentos e encontra alegria no jogo da vida, as provas o galvanizam, os fracassos o tornam mais forte, as vitórias o fazem melhor.

Serás tão JOVEM como tua fé. Tão velho como tuas dúvidas, tão JOVEM como a confiança que tenhas em ti, tão velho como tuas desesperanças e mais velho ainda quanto o teu abatimento.

Alguém não se torna velho por haver vivido um certo número de anos, torna-se velho por haver desertado dos ideais: os anos enrugam a pele, mas a renúncia a um ideal enruga a alma.

As preocupações, as dúvidas, os temores e as desesperanças são os inimigos que lentamente nos fazem vergar para o chão e nos convertem em pó, antes da morte.

Permanecerás JOVEM tanto quanto permaneceres generoso, tanto quanto sentires o entusiasmo de dares alguma coisa de ti: pensamentos, palavras, amor; tanto quanto o fato de dar, de ter a impressão de receber e, por conseguinte, de estar sempre devendo e desejando mais.

Permanecerás JOVEM enquanto fores receptivo a tudo quanto é belo, bom e grandioso, podendo desfrutar das coisas da natureza, do homem e do infinito.

Se um dia, qualquer que for a tua idade, teu coração for mordido pelo pessimismo, torturado pelo egoísmo, roído pelo cinismo, se passares a dizer "antigamente era bem melhor", ou "estou velho demais para isso". Então sim, que Deus tenha piedade de tua alma de velho.

Para os antigos pilotos, defino:

Ser Idoso e Ser Velho

IDOSO é quem tem muita idade, velho é quem perdeu a jovialidade. A idade causa a degenerescência das células; a velhice, a degenerescência do espírito.

Você é IDOSO quando se pergunta se vale à pena, você é velho quando, sem pensar, responde que não. Você é IDOSO quando sonha; você é velho quando apenas dorme. Você é IDOSO quando ainda aprende; você é velho quando já nem ensina. Você é IDOSO quando se exercita; você é velho quando apenas descansa.

Você é IDOSO quando ainda sente amor, você é velho quando só sente ciúmes. Você é IDOSO quando o dia de hoje é o primeiro do resto de sua vida; você é velho quando todos os dias parecem o último da longa jornada. Você é IDOSO quando seu calendário tem amanhãs; você é velho quando ele só tem ontens.

O IDOSO se renova a cada dia que começa; o velho se acaba a cada noite que termina, pois enquanto o IDOSO tem seus olhos postos no horizonte, de onde o sol desponta e ilumina a esperança, o velho tem sua miopia voltada para as sombras do passado. O IDOSO tem planos, o velho tem saudades. O IDOSO curte o que lhe resta da vida; o velho sofre o que o aproxima da morte. O IDOSO leva uma vida ativa, plena de projetos e preenche de esperança. Para ele, o tempo passa rápido, mas a velhice nunca chega. Para o velho suas horas se arrastam destituídas de sentido. As rugas do IDOSO são bonitas, porque foram marcadas pelo sorriso; as rugas do velho são feias, porque foram vincadas pela amargura.

Em suma, IDOSO e velho podem ter a mesma idade no cartório, mas têm idades diferentes no coração.

Que você, IDOSO, viva uma longa vida, mas nunca fique velho.

PERGAMINHO DO SABER

DO VELHO PILOTO DE CAÇA E INSTRUTOR
Aos que nos seguem...

Hoje centuplicarei meu valor.

Um campo de barro, tocado pelo gênio do Homem, torna-se um castelo. Um ciprus, tocado pelo mesmo Gênio, torna-se um santuário.

A lã tosquiada da ovelha, tocada pelo gênio do homem, torna-se vestuário para um Rei.

Se é possível ao barro, à madeira e à lã terem seu valor centuplicado, multiplicado pelo homem, não posso eu fazer o mesmo com o barro que leva meu nome?

- Como Piloto de Caça e Instrutor

Hoje centuplicarei meu valor.

Sou comparável ao grão de trigo que enfrenta um de três futuros. O trigo pode ser ensacado e armazenado num depósito até servir de alimento ao suíno. Ou pode virar farinha para fazer o pão. Ou pode ser lançado à terra e crescer até que sua espiga dourada divida-se e produza, de um, milhares de grãos.

- Como Piloto de Caça e Instrutor

Hoje centuplicarei meu valor.

Sou como o vento quente que conduz o grão à natureza, o mesmo vento que levará minha voz aos que me darão ouvidos, e minhas palavras anunciarão meus objetivos. Uma vez pronunciadas, não ousarei recordá-las para que não percam a força de expressão. Serei meu próprio profeta e, embora todos possam rir de minhas alocuções, eles ouvirão meus desígnios, conhecerão meus sonhos; e assim, não haverá saída para mim até que minhas palavras se tornem sonhos realizados.

- Como Piloto de Caça e Instrutor

Hoje centuplicarei meu valor

Não cometerei o terrível crime de aspirar a pouco.
Executarei o trabalho que o fracasso não executará.
Sempre deixarei o meu desígnio exceder à minha compreensão.
Sempre elevarei meus objetivos tão logo os atinja.
Sempre me esforçarei para fazer a próxima hora, melhor do que a hora presente.
Sempre anunciarei meus objetivos ao mundo.
Contudo, jamais proclamarei minhas realizações. Deixarei, ao contrário, que o mundo se aproxime de mim com louvores e que possa ter a sabedoria de recebê-los com humildade.

- Como Piloto de Caça e Instrutor

Hoje centuplicarei meu valor

Hoje e sempre, centuplicaremos nosso valor.
Um grão de trigo quando centuplicado produzirá centenas de talos.
CENTUPLIQUE-OS dez vezes e eles alimentarão todas as cidades da Terra. Não sou eu, e não somos nós, mais do que um grão de trigo?
HOJE CENTUPLICAREMOS NOSSO VALOR.
E, feito isso, **repetiremos** a façanha e a **repetiremos** de novo e haverá espanto e estupefação diante de nossa grandeza, assim que as palavras deste pergaminho do saber forem feitas para **sempre cumprir**.

ASSIM FALARÁ O PILOTO DE CAÇA
e o INSTRUTOR **ETERNO**.

MENSAGEM FINAL

DOIS MARCOS NA CARREIRA

Não sabemos desde quando és um enamorado da nossa carreira. Mas assumistes um compromisso definitivo: estás ligado à CAÇA para sempre, e para sempre estarás marcado por essa paixão.

Viverás das alegrias do companheirismo, das paisagens e das fisionomias que o desenrolar da vida profissional semeará em ti, e que o tempo transformará em saudades, eternamente sentidas. Viverás do teu ideal, no mais amplo sentido.

Nós, que já percorremos o grandioso caminho que recentemente iniciastes, queremos que penses sobre os aspectos de dois marcos que encontrarás: o INÍCIO e o TRANSCURSO da tua carreira. Eles forjarão o FINAL de tua vivência.

I. No Início

Cada geração deseja ser nova, original. Sente que tem que dizer algo ainda não enunciado ou contradizer o que já foi dito. A tua geração está subindo ao palco do desempenho na vida em uma época

de muitas mudanças, muita agitação. E não é fácil ser original. Muitas pessoas porfiam em ser e se consideram originais justamente porque são irrealistas. Assim, há os que, sem saber descobrem, amiúde, o que já fora descoberto, inventam o que já fora inventado e experimentam o que já fora experimentado.

Estás bem preparado: a CAÇA assim o fez.

És alguém que encontrou seu destino, que pode ter nos lábios só palavras de certeza e nos olhos a expressão serena dos que caminham para objetivos bem definidos.

Não terás somente o dedo enérgico que aponta erros ou insuficiências.

Terás, principalmente, o dedo sábio que aponta rumos, pois teus olhos estão bem abertos para as perspectivas que antevês: o desenvolvimento do Brasil e as possibilidades da Força Aérea nos anos 2000.

Um futuro dourado, portanto, está à tua espera.

II- No Transcurso

Embora seja adequado para o Oficial, ser ambicioso e voltar suas vistas para o alto, há perigo de que a ambição se torne o motivo predominante de sua vida. A ambição desenfreada pode transformar o homem num ser desprezível, bajulador, oportunista, que busca posições que o merecimento não lhe daria.

O homem desse tipo é reconhecido, sem demora, pelos que com ele convivem, e não conseguirá nada duradouro entre as coisas que a vida e a profissão proporcionam. Pior ainda: não as consegue para si, e toma-as dos que as merecem.

Além disso, o superambicioso, quando falha em seus objetivos, transforma essa frustração em rancor contra os outros, contra os companheiros mais capazes ou até contra toda a Corporação. Isso significa a constante destruição de sua felicidade pessoal e a dos que lhe estão próximos.

Por isso, queremos aconselhar-te:

"Luta para te elevares em nossa Corporação. Mas assegura-te de que a ascensão é conseguida, unicamente, através da autêntica proficiência,

do trabalho árduo e do mérito. Se procurares desenvolver as qualidades, teus progressos na carreira serão mais regulares e mais garantidos do que se fossem guiados pela ambição desmedida. E se as realizações ficarem aquém dos desejos, não tenhas, ao menos, algo por que te censures. Que te seja suficiente seres lembrado pelos colegas como homem que viveu, vibrou e trabalhou sempre pelo bem da Pátria da CAÇA e da Força Aérea.

Se, além disso, desfrutares o privilégio de um lar feliz e com filhos, não te serás negado, quando a velhice e o fim chegarem, um sentimento tranquilo de completa realização".

III- Ao Final

Ao finalizares a carreira, e tendo-a vivido conforme normas de probidade e dignidade, terás então plena certeza do valor da disciplina consciente, da perseverança na conquista dos objetivos, da lealdade inquestionável, do indispensável respeito aos outros para podermos ser respeitados. E da imprescindível obrigação de honrar o passado, para ter direito ao futuro.

Estarás, ainda, seguro de te haver sido demonstrado que o verdadeiro profissional-das-armas é aquele que nada teme.

Nem mesmo uma nova ideia.

Fiques certo ainda de que aprenderás que não se envelhece por haver vivido mais, mas sim por haver desertado dos ideais. O passar dos anos enruga a pele, mas a renúncia a um ideal encanece a alma. E, dessa forma, descobrirás velhos entre os jovens, porque jovem é aquele que desafia os acontecimentos, rompe a barreira da acomodação e encontra alegria no jogo da vida: as provas o galvanizam, os fracassos o robustecem e as vitórias o apuram...

Ficarás convencido, portanto, que seremos tão jovens quanto a nossa fé e tão velhos quanto nossas dúvidas. Tão jovens quanto a nossa confiança e tão velhos quanto nossas desesperanças. E mais idosos ainda, quanto nosso abatimento frente à luta.

Algum dia, deixarás à carreira reafirmando a tua inquebrantável crença de que na alma do autêntico militar não devem prosperar a cobiça e o delírio de promover-se; nem a omissão, a covardia, a maledicência;

sequer a inércia, o comodismo. Muito menos a ostentação, a vaidade, a prepotência e o compadrio. Por que a Força Aérea a que servimos é forte pelas virtudes de magnanimidade, de solidariedade e, principalmente, de pureza de princípios.

Teu compromisso foi o juramento feito de bem-servir à Nação Brasileira com o máximo de eficiência, na paz e na guerra, permanecendo inarredavelmente fiel à tua consciência e aos desígnios constitucionais e certo de que nada vale um combatente sofisticadamente armado se, dentro dele, não pulsar um coração de bravo e de cidadão devoto e convicto.

Acreditarás, ainda mais firmemente, que a Sociedade Brasileira sempre esperará de ti (e de todos os homens da Força Aérea) valor, vontade, constância, respeito mútuo e o estrito cumprimento das leis e o cultivo dos deveres e virtudes militares. Que são os princípios básicos para que seja levado avante o teu compromisso de honra, e para que preponderem a frutifiquem o espírito criador e renovador, o dinamismo e a ousadia sã, o entusiasmo e a fraternidade, elementos basilares de uma Força Aérea engajada com o futuro, já avistado.

Emocionado, deixarás um dia o serviço ativo sob o efeito de múltiplos sentimentos que, naquela hora, habitarão tua alma. Sentirás, certamente:

- **saudade** de cada momento vivido e cada companheiro encontrado, em todos os anos de serviço em que, antes de mais nada, conhecestes melhor a ti mesmo e, um pouco mais, os homens;

- **orgulho,** por haveres recebido todas as belas tarefas que a CAÇA pode entregar a um Piloto, em todos os estágios da carreira;

- **esperança,** por haveres te certificado de que a CAÇA é fundamentalmente composta de homens-de-bem, de mente aberta e saudável, coração puro e alma límpida, capazes de, em conjunto, superar as mazelas humanas e as da própria Corporação.

Que abomina o arbítrio, a usurpação de competência, a manipulação dos Regulamentos e dos homens, a politicagem na caserna e o sectarismo partidário trajando nosso uniforme;

- **confiança**, no exuberante potencial instalado nos homens da CAÇA, e que os torna capazes de conduzir a Força Aérea ao lugar de destaque que lhe cabe, e sempre caberá, no panorama militar da Nação, afastando-a dos rumos e dos homens que a usam como instrumento de seus interesses pessoais...

- **de fé,** em que, mercê de seus homens de bem, da idealística descomprometida, do indispensável senso de profissionalismo e do tão desejado retorno aos misteres puramente militares, a CAÇA de nossos sonhos venha a se tornar cada vez mais, uma **realidade inquestionável**. É eterna...

E, então e agora, com os pensamentos voltados para a Pátria e com a Força Aérea no coração, dirás no momento da partida (como nós o dissemos), com certeza e orgulho incontido e justificado:

MISSÃO CUMPRIDA!

Aos Pilotos de Caça da Força Aérea dos anos 2000.

ORAÇÃO DE UM VELHO COMANDANTE

Senhor! Dá-me companheiros que sejam bastante fortes
para saber quanto são fracos, e corajosos bastante
para enfrentar a si mesmos, quando tiverem medo.
Companheiros que sejam altivos e inflexíveis, na derrota inevitável,
mas humildes e mansos na vitória.
Dá-me companheiros, cujo esterno não esteja
onde devia estar à espinha dorsal.
Companheiros que se conheçam e saibam
que conhecer a si mesmo, é a pedra angular do saber.
Guia-os, eu te suplico, não pelo caminho fácil do conforto,
mas sob a pressão e o aguilhão das dificuldades e dos obstáculos.
Que aprendam a manterem-se eretos na tempestade;
e a ter compaixão dos malogrados.
Companheiros que saibam dominar-se,
antes de procurar dominar os outros.

Companheiros que aprendam a rir,
mas que não desaprendam chorar.
Companheiros que tenham olhos para o futuro, mas
que nunca esqueçam o passado...
E, depois que lhes tiveres concedido todas estas coisas,
dá-lhes compreensão bastante para que sejam sempre
homens sérios, sem contudo se levarem demasiado a sério.
Dá-lhe, humildade, Senhor, para que possam ter sempre em mente,
a simplicidade da verdadeira grandeza,
a tolerância da verdadeira sabedoria,
a humildade da verdadeira força.
Então, eu, VELHO COMANDANTE ousarei murmurar:

NÃO VIVI EM VÃO!

O autor é Major-Brigadeiro-do-Ar; ex-presidente da INFRAERO e da TASA. Atualmente, é presidente da Associação Brasileira de Pilotos de Caça.

O BRIC e o FICS

Cristovam Buarque

O mundo do século XXI está cheio de siglas que representam grupos de países. O grupo mais recente, formado por Brasil, Rússia, Índia e China, é chamado de BRIC.

O que unifica esses quatro países são suas dimensões demográficas e territoriais - entre as maiores do mundo - e o fato de suas economias terem crescido nas últimas décadas, tornando-os nações emergentes no mercado mundial.

O PIB do BRIC equivale a US$ 16 trilhões, 23,51% do produto bruto global; suas exportações somam cerca de US$ 2 trilhões, 13,03% do total das exportações mundiais. Participações surpreendentes, se comparadas à situação desses países há até poucas décadas. Num mundo sem a polarização militar anterior à queda do Muro de Berlim e sem hegemonia política, esses países unidos formam um importante centro de poder. Por isso, a recente reunião do BRIC, em Brasília, foi um fato importante para o mundo, e chamou a atenção da imprensa internacional.

Outro grupo - nem criado nem batizado - pode ter mais futuro do que o BRIC. Trata-se do grupo Finlândia, Irlanda, Coreia do Sul e Suécia, que podemos chamar de FICS. O que caracteriza esses países é o fato de deterem o principal capital do futuro: o conhecimento.

Se os países do BRIC têm altas taxas de produção, consumo e participação no comércio internacional, os países do FICS fazem parte da elite educacional do mundo. A comparação entre os dados educacionais do BRIC e do FICS mostra a diferença entre eles.

Enquanto os países do FICS ficam entre o 1oe 22olugares, os países do BRIC estão entre a 34ae a 52aposições, na avaliação da educação feita pela OCDE (Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA) em 57 países, analisando o desempenho em leitura, matemática e ciências. Enquanto no FICS as taxas de conclusão do ensino médio ficam entre 62% e 91%, no BRIC ficam entre 15% e 57% da população.

Todos os países do FICS têm 100% de sua população adulta alfabetizada, mas no BRIC - com exceção da Rússia, que também atinge 100% - as taxas variam de 94% a 66%.

Os países do FICS têm posição modesta na produção global, apenas 2,97% do PIB mundial, mas participam com 5,41% do total das exportações.

Graças à boa educação de base, os FICS produzem e exportam cada vez mais bens com alto conteúdo científico e tecnológico, enquanto os BRICs exportam principalmente bens agrícolas e minerais, produtos da indústria têxtil e mecânica com baixo teor de beneficiamento, produtos esgotáveis, como petróleo e gás, ou mesmo simples bugigangas.

A realidade mostra as vantagens do FICS sobre o BRIC: a renda per capita dos primeiros é 4,9 vezes maior que a dos últimos. O índice de Gini (quanto mais próximo de 1, pior a distribuição de renda) do BRIC varia de 0,550 (este, o pior índice, é do Brasil) a 0,370; ao passo que no FICS fica entre 0,250 e 0,343. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento) no FICS varia de 0,937 a 0,965; enquanto no BRIC varia de 0,612 a 0,817. Os países do FICS também levam vantagem na estabilidade social e política, na proteção ao meio ambiente, na ética da política e na paz das ruas. Mesmo em momentos de crise financeira, que pode ocorrer na Irlanda, a recuperação será possivelmente mais rápida.

Mas é sobretudo o indicador de futuro que coloca esses países em condições superiores. O FICS tem território insignificante, pequena população, consumo e produção baixos, reduzida participação no comércio internacional.

Mas em uma economia cada vez mais baseada no valor do conhecimento, o futuro será muito mais brilhante para o FICS, se comparado com o atraso educacional do BRIC.

Daqueles, Coreia e Irlanda iniciaram suas revoluções há poucas décadas.

A situação educacional deles não era melhor do que a brasileira há até poucos anos. Mas eles mostraram que era possível. Pena que seja tão difícil convencer os brasileiros a imaginarem nosso país com educação de qualidade para todos. É por isso que ficamos comemorando o BRIC, ignorando a vantagem discreta do FICS.

O autor é Senador da República

O processo de desmontagem dos Estados

Manuel Cambeses Júnior

O século XIX viu o surgimento dos últimos grandes Estados. Nesse século não somente Alemanha e Itália fizeram seus aparecimentos no cenário mundial, mas, também, os Estados Unidos puderam realizar seu destino manifesto, transformando-se em um grande Estado continental. O século XX, entretanto, conseguiu evidenciar as máximas expressões de estadolatria, com o aparecimento do fascismo e do comunismo, e, também, de importantes Estados surgidos do desmembramento dos impérios coloniais. Acrescente-se que durante os cinqUenta anos que durou a Guerra Fria, o mundo girou em torno de um sistema de relações interestatais centrado em dois grandes Estados. A última década daquele século, entretanto, transformou-se na era do ocaso dos Estados.

Em nenhum momento da evolução histórica da humanidade os Estados encontraram-se em tal condição de desprestígio. O novo Direito Internacional aponta para concepções tais como: direito de ingerência, tutelas supra-nacionais, direitos humanitários e soberanias limitadas; todos os quais coincidem no desconhecimento da primazia estatal dentro da ordem internacional. Por outro lado, o fenômeno da globalização vai carcomendo implacavelmente as funções dos Estados e as identidades sobre as quais estes se assentam, ao mesmo tempo em que o fenômeno étnico e os fundamentalismos vão escavando suas bases de sustentação. Observa-se que o poder que anteriormente os Estados detinham, atualmente tende a fluir em três direções distintas: para cima, orientado aos organismos supranacionais e coletivos; para os lados, em direção às organizações não governamentais e, finalmente, para baixo, dirigido a regiões cada vez mais autônomas.

Particularmente chamativo é o duplo processo de desmontagem que se opera sobre o Estado, desde as instâncias da globalização e do fundamentalismo. Sob o influxo da globalização, os Estados vão se desfazendo de boa parte das funções que os caracterizavam, adentrando

em processos de privatização e abandono de serviços públicos. Cada vez menos, os Estados se distinguem das corporações privadas e, cada vez mais, vão se regendo pelas mesmas normas de competitividade.

Os cidadãos, crescentemente desassistidos e ansiosos, observam como ao seu redor tudo passa a reger-se pelas exigências e pela ética do capital privado. A inevitável erosão da lealdade do cidadão para com o Estado vê-se reforçada com o desgaste da identidade nacional que a globalização traz em seu bojo. É o resultado inevitável da homogeneização planetária. De alguma maneira, o fenômeno globalizador vai pressionando, de cima para baixo, o Estado, através de uma intensa ação asfixiante. A única resistência capaz de interpor-se a essa ação devastadora e implacável é representada pelos núcleos de identidades subsistentes, ou seja, os fundamentalismos e os etnicismos desatados, que conspiram sistematicamente contra os Estados, destruindo seus alicerces.

Paradoxalmente, a crise do Estado tem vindo acompanhada do surgimento indiscriminado de novos Estados. Somente do desmembramento da União Soviética, da Iugoslávia e da Checoslováquia, surgiram vinte e dois Estados independentes. Porém, não foi somente no velho bloco socialista que se produziu este fenômeno. Países centrais dentro do mundo ocidental, como Canadá e Bélgica, confrontam a mesma ameaça. O porquê deste fenômeno está intimamente ligado à própria crise do Estado. Quatro elementos centrais explicariam o processo em marcha**:**

Primeiramente, os núcleos radicais de identidade que buscam conformar Estados que atendam às suas particulares características.

Em segundo lugar, a possibilidade de encontrar, em nível planetário, os elementos de complementariedade e integração que davam sentido ao Estado. Em outras palavras, na medida em que os Estados se integraram globalmente, e deixaram de ser unidades de auto-sustentação, torna-se possível que suas regiões componentes possam aspirar a uma existência independente.

Em terceiro lugar, o próprio fato de que o êxito na economia global não é determinado pela quantidade de recursos naturais, mas sim, pela

qualidade de seus recursos humanos. Os segmentos e regiões mais avançados do interior dos Estados começam a ver, como uma carga desnecessária, os territórios e porções sociais mais atrasados, buscando desvencilhar-se deles.

Em quarto lugar, sob a proteção dos organismos de segurança coletiva e do novo Direito Internacional, já é possível a subsistência de Estados débeis, tornando-se desnecessário o escudo protetor dos Estados mais fortes.

Em síntese, hodiernamente, a crise que o Estado enfrenta é a própria fonte de sua proliferação, ou seja, os Estados ampliam-se em quantidade, porém significam cada vez menos em termos de soberania e autodeterminação.

O autor é Coronel-Aviador, vice-diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica e membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

A energia nuclear e a soberania nacional

Samuel Pinheiro Guimarães

O acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera provoca o aquecimento global e suas catastróficas consequências. Cerca de 77% desses gases correspondem a CO2, dióxido de carbono, resultado inevitável da queima de combustíveis fósseis para gerar energia elétrica e para movimentar indústrias e veículos, desde automóveis a aviões e navios. Esta é a base da economia industrial moderna, desde a construção de uma máquina a vapor, capaz de girar uma roda, em 1781, por James Watt.

A redução das emissões de dióxido de carbono é essencial para impedir que a concentração de gases, que hoje alcança 391 partículas por milhão, ultrapasse 450 *ppm*. Este nível de concentração corresponderia a um aumento de 2ºC na temperatura, um limiar hoje considerado como o máximo tolerável, devido ao degelo das calotas polares e ao aquecimento dos oceanos - o que, ao ocorrer de forma gradual e combinada, levaria à inundação das zonas costeiras de muitos países, onde vivem cerca de 70% da população mundial.

Todavia, desde a assinatura do Protocolo de Kyoto, em 1997, que estabeleceu metas para 2008-2012 de redução dessas emissões a níveis 5% inferiores àqueles verificados em 1990, a emissão de gases de efeito estufa aumentou. 70% da energia elétrica nos Estados Unidos é gerada por termoelétricas a carvão e gás; 50% da energia elétrica produzida na Europa é gerada por termoelétricas a carvão e a gás; 80% da energia elétrica chinesa tem como origem termoelétricas a carvão.

Em grande medida, a solução da crise ambiental depende, assim, da transformação radical da matriz energética, em especial das usinas de geração de eletricidade de modo a que venham a utilizar fontes renováveis de energia. Muitos dos países que são importantes emissores de gases de efeito estufa que teriam de transformar suas matrizes energéticas (responsáveis por 70% das emissões desses gases), não têm recursos hídricos suficientes (China, Índia, Europa etc.) ou não têm capacidade para gerar energia eólica e solar economicamente - fontes que, por serem intermitentes (a usina eólica funciona, em média, 25%

do tempo e a solar somente durante período do dia) não asseguram continuidade de suprimento e nem sua energia pode ser armazenada. Mesmo a produção econômica de energia a partir da biomassa (etanol) se aplicaria mais à substituição de gasolina e diesel em veículos do que à produção de energia elétrica.

Resta, portanto, a energia nuclear como solução viável para a geração de energia elétrica em grande escala, uma vez que estão superados os problemas ambientais e de segurança. A energia nuclear, que hoje responde por 20% da energia elétrica produzida nos Estados Unidos; 75% na França; 25% no Japão e 20% na Alemanha, é produzida, como se sabe, a partir do urânio. Patrick Moore, fundador do Greenpeace, foi enfático ao declarar: "a energia nuclear é a única grande fonte de energia que pode substituir os combustíveis fósseis."

81% das reservas de urânio conhecidas se encontram em seis países. O Brasil tem a 6ª maior reserva de urânio do mundo, tendo ainda a prospectar mais de 80% do seu território. A estimativa é de que o Brasil pode vir a deter a terceira maior reserva do mundo. Cinco companhias no mundo produzem 71% do urânio. O urânio na natureza se encontra em um grau de concentração de 0,7%. Para ser usado como combustível esse urânio tem de ser minerado, beneficiado, convertido em gás, enriquecido a cerca de 4%, reconvertido em pó e transformado em pastilhas, que é a forma do combustível utilizado nos reatores.

Esse processo industrial é extremamente complexo e apenas oito países do mundo detém o conhecimento tecnológico do ciclo completo e a capacidade industrial para produzir todas as etapas do ciclo. Um deles é o Brasil. O Brasil combina, assim, a posse de reservas substanciais, e potencialmente muito maiores, com o conhecimento tecnológico e a capacidade industrial além de deter a capacidade industrial que permitiria produzir reatores.

Apesar da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) prever um crescimento moderado da demanda por urânio enriquecido, o fato é que países como a China e a Índia precisarão instalar capacidade extraordinária de usinas não poluentes para aumentar a oferta de energia elétrica sem aumentar de forma extraordinária suas emissões de CO2. A China planeja aumentar sua capacidade instalada total de geração de energia elétrica em 100.000 MW por ano, o que equivale a toda a atual capacidade brasileira.

Certas iniciativas dos países nucleares, a pretexto de enfrentar ameaças terroristas, podem afetar profundamente as possibilidades de participação do Brasil nesse mercado. Tais iniciativas se caracterizam por procurar concentrar nos países altamente desenvolvidos a produção de urânio enriquecido e de impedir sua produção em outros países, em especial naqueles que detêm reservas de urânio e tecnologia de enriquecimento. Em outros países, que são a maioria, o tema não tem importância, e serve apenas para criar meios de pressão sobre os primeiros. Isto afeta diretamente o Brasil, do ponto de vista econômico e de vulnerabilidade política.

Por outro lado, esses países procuram restringir por todos os meios a transferência de tecnologia, procuram impedir o desenvolvimento autônomo de tecnologia e procuram conhecer o que os demais países estão fazendo, sem revelar o que eles mesmos fazem. O Protocolo Adicional aos Acordos de Salvaguarda com a AIEA, previstos pelo TNP (Tratado de Não Proliferação) é um instrumento poderoso, em especial naqueles países onde há capacidade de desenvolvimento tecnológico - caso do Brasil. Onde não há essa capacidade não tem o Protocolo qualquer importância, nem para os que dele se beneficiam (os Estados nucleares) nem para aqueles que a suas obrigações se submetem (os Estados não-nucleares que não detêm urânio, nem tecnologia, nem capacidade industrial e que são a maioria esmagadora dos países do mundo).

A concordância do Brasil com a assinatura de um Protocolo Adicional ao TNP permitiria que inspetores da AIEA, sem aviso prévio, inspecionassem qualquer instalação industrial brasileira que considerassem de interesse, além das instalações nucleares (inclusive as fábricas de ultracentrífugas) e do submarino nuclear, e tivessem acesso a qualquer máquina, a suas partes e aos métodos de sua fabricação, ou seja, a qualquer lugar do território brasileiro, quer seja civil ou militar, para inspecioná-lo, inclusive instituições de pesquisas civis e militares. Ora, os inspetores são formalmente funcionários da AIEA, mas, em realidade, técnicos altamente qualificados, em geral nacionais de países desenvolvidos, naturalmente imbuídos da "justiça" da existência de um oligopólio nuclear não só militar, mas também civil, e sempre prontos a colaborar não só com a AIEA, o que fazem por dever profissional, mas também com as autoridades dos países de que são nacionais.

O Protocolo Adicional e as propostas de centralização em instalações internacionais da produção de urânio enriquecido são instrumentos disfarçados de revisão do TNP no seu pilar mais importante para o Brasil, que é o direito de desenvolver tecnologia para o uso pacífico da energia nuclear. Esta foi uma das condições para o Brasil aderir ao TNP, sendo a outra o desarmamento geral, tanto nuclear como convencional, dos Estados nucleares (Estados Unidos, Rússia, China, França e Inglaterra), como dispõe o Decreto legislativo 65, de 2/7/1998: "a adesão do Brasil ao presente Tratado está vinculada ao entendimento de que, nos termos do artigo VI, serão tomadas medidas efetivas visando à cessação, em data próxima, da corrida armamentista nuclear, com a completa eliminação das armas atômicas".

Todavia, desde 1968, quando foi assinado o TNP, os Estados nucleares, sob variados pretextos, aumentaram suas despesas militares e incrementaram de forma extraordinária a letalidade de suas armas não só nucleares como convencionais e assim, portanto, descumpriram as obrigações assumidas solenemente ao subscreverem o TNP. Agora tentam rever o Tratado para tornar a situação deles ainda mais privilegiada, com poder de arbítrio ainda maior, enquanto a situação econômica e política dos países não nucleares fica ainda mais vulnerável diante do exercício daquele arbítrio.

Ao contrário da maior parte dos países que assinaram o Protocolo Adicional, o Brasil conquistou o domínio da tecnologia de todo o ciclo de enriquecimento do urânio e tem importantes reservas de urânio. Só três países - Brasil, Estados Unidos e Rússia - têm tal situação privilegiada em um mundo em que a energia nuclear terá de ser a base da nova economia livre de carbono, indispensável à sobrevivência da humanidade. Aceitar o Protocolo Adicional e a internacionalização do enriquecimento de urânio seria, assim, um crime de lesa-pátria.

O autor é Embaixador e Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos

Ensinando o ódio

Demétrio Magnoli

"Uma certa miopia social pode ser mais produtiva politicamente do que um olho perfeitamente são." A frase, do ex-diretor da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Renato Janine Ribeiro, conclui uma comunicação acadêmica consagrada às políticas de identidades – ou seja, no caso do Brasil, especialmente às políticas de preferências raciais. O cerne do texto encontra-se na ideia de que "uma estratégia política das diferenças (…) pode sustentar uma tática política da desigualdade, num sentido fortemente compensatório – isto é, de que para chegarmos à igualdade será preciso passarmos pela desigualdade".

Renato Janine é um pensador íntegro, não um panfletário rancoroso. Seu texto, pontilhado de dúvidas e perplexidade, é algo como uma renúncia à utopia marxista organizada em torno da luta de classes. No lugar do fracassado programa revolucionário, seria a hora de aceitar a "miopia" mais "produtiva" das políticas diferencialistas, que descortina o cenário de uma sociedade constituída por segmentos identitários: afro-brasileiros, europeus étnicos, indígenas, quilombolas…

O marxismo, a ditadura do proletariado e o totalitarismo stalinista, que não são idênticos uns aos outros, certamente formam galhos da vasta árvore iluminista nascida à sombra do estandarte da igualdade. Mas, ao contrário do que parece sugerir Renato Janine, a árvore tem muitos galhos saudáveis. Fora da esfera soviética, as lutas sociais romperam o círculo de ferro do liberalismo elitista. O voto feminino, a educação e a saúde públicas, os sistemas de previdência social atestam a "produtividade" de um credo assentado sobre o princípio da igualdade política dos cidadãos. Por que motivo deve ser abandonada a obra infinita, ainda tão precária entre nós? Como se justifica a sua substituição por uma estratégia que fragmenta o povo em segmentos circundados pelas muralhas das "identidades"?

De acordo com Renato Janine, a luta de classes tenderia à guerra de extermínio, enquanto a "política das diferenças" se orienta pela meta do "reconhecimento do outro". A primeira assertiva é desmentida

por cem anos de lutas trabalhistas nas democracias "burguesas". A segunda, por genocídios colossais ou pequenos massacres cotidianos que, da Alemanha nazista à Ruanda hutu e da Índia das castas à Nigéria das etnias oficiais, formam um plantel de experiências históricas sobre a dinâmica das políticas identitárias. As pessoas mudam de ideia, de partido, de estrato de renda e de classe social, mas não podem mudar de "raça" ou "etnia". Eis o motivo pelo qual as Constituições democráticas rejeitam a classificação oficial dos cidadãos segundo o critério do sangue.

"Nós tivemos de ensinar o povo a odiar os sulistas, a enxergá-los como pessoas que expropriavam os seus direitos", explicou um líder dos hauçás da Nigéria setentrional, referindo-se ao sistema de preferências étnicas inscrito nas leis do país. A "estratégia política das diferenças" é uma pedagogia do ódio destinada a construir comunidades identitárias coesas. No Brasil, percorremos a etapa inicial dessa trajetória pedagógica. Como em tantos outros lugares, tenta-se ensinar o ódio primordialmente na escola. A missão, conduzida pelo MEC, tem como alvos as crianças e os jovens das escolas públicas.

A palavra "revanche" encontrou sentido positivo na resolução do MEC, de junho de 2004, que regulamenta as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nela o Brasil é descrito como um país binacional no qual "convivem (…) de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu". Neste país partido em dois, "não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados", mas também é difícil "descobrir-se descendente dos escravizadores" e "temer, embora veladamente, a revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados". Qual será a opinião de Renato Janine sobre tais passagens, convertidas em ato legal por Tarso Genro e referendadas por Fernando Haddad?

A pedagogia do ódio é também a da falsificação da História. A resolução, que manda celebrar o 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, não traz palavra alguma sobre o movimento popular abolicionista, definindo o 13 de maio como "o dia de denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós-abolição". No dia de hoje, se os

professores seguirem as diretrizes do MEC, nenhum estudante ouvirá os nomes de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Antônio Bento e Luís Gama ou conhecerá os feitos de incontáveis anônimos, de todas as cores e classes sociais, que derrotaram a escravidão e derrubaram os pilares do Império. Por outro lado, serão apresentados a nada menos que um genocídio racial, evento que clamaria pela "revanche".

As palavras da resolução têm consequências cotidianas. Nas escolas públicas, o MEC distribui livros didáticos dedicados a dividir os jovens estudantes em "brancos" ("descendentes dos escravizadores") e "negros" ("os que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados"), enquanto suas comissões de seleção aplicam as diretivas oficiais para excluir as obras que não retratam o Brasil como o país binacional inventado por "uma certa miopia social". Uma gosma de doutrinação racial escorre para dentro das salas de aula, emporcalhando todo o sistema de ensino.

As pessoas aprendem a odiar. O ódio racial é um substituto míope, mas fácil, para a complexa, nuançada reflexão política sobre nossas ruínas sociais. Renato Janine não deixaria de comparecer ao simpósio promovido pela CAPES e pela British Academy no qual fez o elogio da miopia. Estará ele presente quando jovens colegas de escolas públicas atirarem pedras uns nos outros porque os tons da pele separam seus destinos no umbral da universidade?

O autor é sociólogo e doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo

Visão Estratégica

Marcos Coimbra

Está na ordem do dia a questão do domínio da tecnologia nuclear, em especial no tocante à sua utilização bélica. A hipocrisia impera nos argumentos dos países detentores de artefato nuclear. Algumas destas nações são claramente possuidoras da tecnologia, como EUA, Rússia, China etc. Outras possuem, mas não admitem o fato oficialmente, como Israel. Pretendem que o mundo seja dividido desta forma. Quem tem, continua a ter e aumenta seu arsenal a cada dia. Quem não possui, está proibido.

Ora, a ser adotada esta postura, o mundo será cada vez mais injusto e desequilibrado. É sabido que a dissuasão impede o exercício da violência dos mais poderosos. O Iraque foi invadido pela coligação comandada pelos EUA justamente pelo fato de não possuir armas de destruição em massa, a pretexto de as possuírem. Milhares de mortos, feridos e prisioneiros. As causas de fato foram: a) a conversão das reservas iraquianas de dólar para euro, há anos atrás; b) a posse da segunda maior reserva mundial petrolífera; c) a posse de imensas reservas de água, valiosas em uma região desértica; d) a oportunidade de reconstrução daquilo que foi destruído, ao custo de mais de centenas de bilhões de dólares, a serem entregues a empresas ligadas à anterior administração, generosas financiadoras de campanhas eleitorais nos EUA e em outros países.

Outro país agredido foi o Afeganistão, sob a desculpa de combate ao terrorismo internacional. A verdadeira razão reside na estratégica posição daquele país, para construção de oleoduto com o objetivo de transportar petróleo do coração da Ásia para o porto adequado.

A Economia norte-americana continua em crise. O desemprego está em torno de 10 % da população economicamente ativa. Sucessivos déficits acendem as luzes vermelhas no painel de controle dos analistas do mercado financeiro mundial. Os EUA importam praticamente tudo dos outros países. São auto-suficientes na produção bélica e de alimentos. Exportam tecnologia de ponta para o resto do mundo

e, no momento, possuem o poder real de destruir qualquer nação que não se submeta a seus interesses. Justificativas não faltam. Não foram encontradas as armas iraquianas de destruição em massa. Nem precisa. Para quê? Os objetivos reais foram alcançados. Está prevista uma recuperação da atividade econômica norte-americana, a partir do domínio e venda dos recursos naturais de nações como o Iraque.

A dúvida agora é sobre qual será o país da vez, a ser "libertado" pelos "rambos" modernos. A pista pode estar na referência ao denominado "eixo do mal", constituído por Irã, Coréia do Norte e Cuba. Se as razões fossem as proclamadas, o país premiado deveria ser Cuba, pela proximidade. Ou a Coréia do Norte, pelo perigo concreto. Mas será que ela já não tem poder nuclear? Como são, na realidade, econômicas, o agraciado deverá ser o Irã, por possuir petróleo abundante e por não possuir ainda artefatos nucleares operacionais. A desculpa deverá ser, mais uma vez, impedir que aquele país tenha acesso à tecnologia nuclear. A ONU está desmoralizada e, caso desapareça, ninguém sentirá falta. A lei é a do mais forte. Manda quem pode.

Fica uma preocupação para nós, brasileiros. Olhando o mundo, existem poucos outros países, indefesos, capazes de despertar a cobiça "altruísta" de libertação nos senhores da guerra. Os vastos recursos naturais existentes, da água ao titânio, passando agora pelo petróleo, sua extensão territorial e a fragilidade de nossas Forças Armadas constituem um quadro preocupante.

De fato, há um plano arquitetado pelos "donos do mundo" de enfraquecer as Forças Armadas dos países emergentes, sufocando-as financeira e economicamente. Além disto, é proibido o acesso à moderna tecnologia bélica, seja no tocante a engenhos nucleares, seja na área espacial. O trágico episódio da explosão do terceiro VLS brasileiro, com a perda de vinte e um mártires, exige das autoridades responsáveis uma profunda reflexão. Até jatos supersônicos são proibidos. Fabricação de mísseis, nem pensar. Até a proibição da comercialização de armas e munições queriam impor ao povo brasileiro. As empresas nacionais seriam expulsas do mercado e o Brasil ficaria dependente até da importação de um cartucho de 22. Desta forma, fica mais fácil intimidar e, se for o caso, ocupar militarmente as nações desobedientes.

Na maior parte dos casos, isto não é necessário, pois as próprias forças políticas locais elegem administrações representantes dos interesses deles, dóceis ao seu comando. De modo hábil, vão transferindo recursos para o exterior e permitindo a ocupação pacífica dos seus respectivos territórios, bem como a exploração de seus recursos.

Diante destes fatos, é vital que países possuidores de habilitação tecnológica, com recursos suficientes, procurem a auto-suficiência nuclear no campo bélico e o domínio aeroespacial, justamente para ter poder de dissuasão para evitar a pilhagem de seus recursos naturais e a invasão de seus respectivos territórios. Não é para agredir nenhum país. É para evitar a agressão. As razões não são éticas, mas sim de cunho realista e estratégico.

O autor é diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, professor de Economia e autor do livro Brasil Soberano.

Utilização do Sistema de Telessaúde no Comando da Aeronáutica – uma necessidade

Gilmar Ribeiro Muniz

Resumo

Este estudo teve por objetivo descrever de maneira simplificada as aplicações contemporâneas da telessaúde e sua relevância para o Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU). Sendo assim, apresenta uma visão geral sobre o tema, assim como definições sobre os principais termos utilizados, descreve suas aplicações no campo mais amplo da medicina e saúde pública, sumariza as experiências no Brasil e no mundo, com enfoque nas suas possíveis aplicações às atividades desenvolvidas no âmbito das Forças Armadas e sua importância para a Força Aérea Brasileira (FAB).

Palavras-chave: Telessaúde. Telemedicina. Inovação tecnológica.

Introduçao

Numa linha evolutiva bastante abreviada, comecemos com os transistores, de onde provêm os *chips*, e a partir destes, os microprocessadores, componentes centrais dos supercomputadores e computadores pessoais modernos. Neste universo, complexo e inovador, de comunicações por satélite, rede mundial (*web*), internet, televisão interativa, livros e jornais eletrônicos, o que mais virá daí? VALERIANO (2001), discorrendo sobre mudanças no ambiente e no âmbito das tecnologias, preocupa-se com o mundo das empresas, sempre em movimento, sendo este movimento, cada vez mais acelerado.

A economia de hoje opera em alta velocidade e impõe aos negócios, mais do que nunca, o dilema de mudar ou perecer, mas poucas empresas gerenciam as transformações organizacionais tão bem quanto seria desejado. BEER e NOHRIA (2001, p. 9), afirmam: "o fato brutal é que cerca de 70% das iniciativas em mudança redundam em fracasso."

Nesse mesmo artigo intitulado: "Decifrando o código da mudança", os autores preocupam-se, também, em entender os fatores que mais influenciariam uma transformação organizacional.

NÓBREGA (2004, p. 31) cita: "observar o mundo, coletar fatos e comprimi-los em formulações simples que não apenas deem conta do que observou, mas que também prevejam o que se observará no futuro. Assim será a ciência da gestão." Em outro momento, esse mesmo autor afirma: "todo organismo que dura tem a mesma competência central: sabe modificar comportamentos e práticas ao longo do tempo. Quem quiser durar, terá de planejar o processo de mudar, não pode mais deixá-lo ao acaso". (idem, p. 41).

Pode-se dizer que a telemedicina iniciou-se com as viagens espaciais dos astronautas norte-americanos no início da década de 1960, quando foi utilizada a telemetria fisiológica, que consiste no envio de dados e na monitorização dos sistemas orgânicos dos astronautas em órbita, medidos e enviados para a Terra. Em países como Inglaterra, Itália, Canadá, a telemetria fisiológica começou a ser aplicada na década de 1970, no contexto dos sistemas de saúde.

A telemedicina tem-se caracterizado pela convergência nos avanços tecnológicos de inúmeros campos, advindos do setor informática em saúde e de telecomunicações, além de ciências básicas como a matemática e a física. Atualmente, são utilizados sistemas mediados por computador e a ampla infraestrutura disponibilizada pelas empresas de telecomunicações.

A telessaúde é a integração de sistemas de comunicação à prática médica no intuito da promoção da saúde, abrangendo a educação e desenvolvimento de sistemas de saúde e epidemiologia. (LOPES et al, 2009).

Segundo NÓBREGA (2004, p. 153): "inovação vem de fora. O que os processos empresariais vão fazer cada vez mais é criar mecanismos para que se detectem, o mais rápido possível, novas tarefas que estão pedindo para serem realizadas".

Assim, o presente artigo tem por objetivo estudar os sistemas de telessaúde e sua relevância para o Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU). O conhecimento gerado por essa revisão poderá contribuir para ressaltar a importância de agregar a inovação tecnológica à área da Saúde e Medicina, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Na condução desse artigo de revisão foram utilizadas metodologias de pesquisa bibliográfica e documental, conforme GIL (1989), BEAUD (2005), GOMES (2006) e GONÇALVES (2004). Conceitualmente, esse estudo foi aprofundado a partir dos referenciais teóricos, acrescentando-se, ainda, uma breve pesquisa de opinião formulada pelo autor e respondida por oficiais superiores de diversos quadros da Diretoria de Saúde (DIRSA).

1 – TELESSAÚDE

Para efeito deste artigo os termos telessaúde e telemedicina serão considerados intercambiáveis, apesar de o primeiro ser basicamente utilizado quando está orientado ao campo da gestão da saúde pública e o segundo quando direcionado aos aspectos propriamente clínicos (e cirúrgicos) da prática médica.

A telemática, que resulta da associação das telecomunicação e da informática, é a utilização dos serviços de saúde à distância para promover a saúde global, educar e controlar as doenças. (LOPES et al, 2009).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1997 apud Lopes et al, 2009), telemedicina é:

A oferta de serviços ligados aos cuidados com a saúde, nos casos em que a distância é um fator crítico; tais serviços são providos por profissionais da área da saúde, usando tecnologias de informação e de comunicação para o intercâmbio de informações válidas para diagnósticos, prevenção e tratamento de doenças e a contínua educação de prestadores de serviços em saúde, assim como, para fins de pesquisas e avaliações; tudo no interesse de melhorar a saúde das pessoas e de suas comunidades.

Dentre os potenciais benefícios da telemedicina, podemos citar: redução das transferências, tempo e custos de transporte de pacientes; ajuste fino no gerenciamento de recursos de saúde, devido à avaliação e triagem por especialistas (menor pressão sobre hospitais); acesso remoto e rápido a especialistas em caso de desastres e emergências, uso mais efetivo dos recursos (através da centralização de especialistas, descentralização da saúde primária e sua distribuição no espaço de forma mais equilibrada: alcançando um número maior de pessoas), cooperação

e integração de pesquisadores em tempo real, compartilhamento de registros clínicos, aprimoramento da qualidade dos programas educacionais para médicos, localizados em zonas distantes de centros especializados e capacitação desses profissionais.

Como restrições da telemedicina, podemos citar: sua implementação e operação plena requerem mudanças organizacionais, os custos de saúde podem ser (ao menos, inicialmente) incrementados, pode haver problemas com reembolso do serviço, além de aspectos éticos e legais, eventual falta de harmonia e mesmo conflito entre diferentes regulamentações e padrões, problemas referentes a redes de comunicações e infra-estrutura de acesso à saúde limitadas, falta de recursos em informática e de pessoal especializado, falta de recursos diagnósticos e terapêuticos, etc.

Dentre os fatores favoráveis à implantação desta tecnologia, destacam-se: a demanda crescente por serviços básicos de saúde, no Brasil e no mundo, a limitação dos recursos físicos e do número de profissionais de saúde, especialmente em locais menos povoados e remotos, falta de especialistas, dificuldades no acesso ao serviço de saúde, necessidades educacionais e de treinamento.

A seguir, serão citadas algumas definições e aplicações da telemedicina, segundo o Programa Nacional em Telessaúde (BRASIL, 2009a):

Teleassistência: uma das dimensões da teleassistência é a teleconsulta, no entanto, ela não se resume a esta modalidade de interação por meio eletrônico. Diagnóstico à distância através de exames complementares e outras formas de assistência remota constituem-se em dimensões da Teleassistência.

Teleconferência: qualquer comunicação remota multiponto configura-se como teleconferência, como entre vários profissionais da Equipe de Saúde da Família e um palestrante ou debatedor.

Teleconsultoria: em uma teleconsultoria, um ou mais clínicos, compartilham da responsabilidade para com o cuidado de um paciente ou a solução de uma dúvida clínica genérica. A comunicação se dá em cima de uma vídeo-ligação ponto a ponto sincrônica (teleconsultoria por vídeo) ou por email-assíncrona (teleconsultoria por texto). A distinção entre uma teleconsulta e uma teleconsultoria pura é que na segunda o paciente não está presente.

Teleducação: envolve todas as ações de ensino-aprendizado a distância por meio eletrônico. Entre as ações podemos citar as teleconferências, a disponibilização de conteúdos na plataforma eletrônica e as ações de teleconsultoria.

Telepropedêutica: expressão utilizada para definir as novas técnicas para envio de dados e sinais clínicos, para fins de segunda opinião formativa. Exemplo: dentro de propedêutica pode-se ter métodos de fotografia clínica digital (método diferente da simples fotografia digital), fotografia digital com apoio para exames subsidiários (telerradiologia, telemicrobiologia, telepatologia, etc.), vídeos digitais, uso de dermatoscópio, transmissão de sinais biológicos (Oxímetro digital, PA, etc.).

Videoconferência: comunicação multidirecional mediada por vídeo entre dois ou mais indivíduos/grupos separados geograficamente. Nota: A videoconferência utiliza: câmara de vídeo, monitor de televisão, computador, modem, microfone e teclado de comando.

1.1- Alguns cenários em telemedicina

Em regiões remotas e de difícil acesso, como na Amazônia, no caso do Brasil e países latino-americanos com fronteiras com a região norte do Brasil, devido à ausência de recursos em determinados locais e momentos, o deslocamento de pessoas para tratamento de saúde torna-se uma tarefa difícil ou se traduz em uma longa jornada a ser cumprida, geralmente de barco, devido às características hidrográficas daquela região. Outro fato importante, nessa região, é que a maioria dos médicos encontra-se nas capitais. Essa desigualdade pode ser atenuada com a telemedicina e a telessaúde, uma vez que estas permitem que a prática médica chegue a locais onde profissionais de diferentes especialidades não estão presentes.

As tecnologias de comunicação e informação, também, são de grande valia nas grandes cidades, onde o trânsito dificulta muitas vezes a locomoção tanto dos médicos como dos pacientes. Assim, indivíduos com doenças incapacitantes podem se beneficiar de atendimento

domiciliar remotamente. Os sistemas que vêm sendo utilizados compreendem equipamentos e programas específicos, e, de acordo com a complexidade do procedimento, existe a necessidade de contar com determinada infraestrutura tecnológica. É possível utilizar desde sistemas de telefonia convencional até redes digitais de alta velocidade para a transmissão de imagens e implementar recursos essenciais a videoconferências. (VASCONCELOS, 2007).

Nos hospitais, a principal aplicação da telemedicina tem sido a utilização de videoconferências, no contexto de programas de consulta adicional a especialistas ("segunda opinião"), com ênfase na interação com especialistas e instituições no exterior ou entre diferentes cidades brasileiras, ou ainda no âmbito de programas de educação médica continuada. Hospitais públicos e privados no Brasil já desenvolveram e vêm utilizando cotidianamente programas dessa natureza. (EL KHOURI, 2004).

1.2- A experiência no Sistema Único de Saúde (SUS)

A complexidade inerente ao SUS cria dificuldades para os atores do sistema na oferta de serviços à população de forma integrada e abrangente, como consta dos fundamentos do próprio sistema. Visando encurtar distâncias e socializar o acesso à informação de todos os profissionais do SUS, recursos de telessaúde vêm sendo utilizados de forma cada vez mais frequente, com acesso a cursos pela Internet e a videoconferências. (NOVAES, ARAÚJO e TAVARES, 2009).

Criado em 2007, o Projeto de Telemática em Telemedicina em apoio e atenção primária à saúde no Brasil, a cargo do Ministério da Saúde. Foram escolhidos nove estados, que contavam com universidades que possuíam experiência em telessaúde, para implantação desse projeto: Amazonas, por intermédio das universidades federal e estadual; Ceará, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por meio de suas universidades federais; São Paulo, através de sua universidade estadual, USP, e Rio de Janeiro, por meio de sua universidade estadual, UERJ. Cada núcleo tem a seu cargo a tarefa de implantar 100 pontos de telessaúde.

1.3- A Rede Universitária de Telemedicina (RUTE)

A Rede Universitária de Telemedicina (RUTE) teve início em janeiro de 2006, com 19 hospitais universitários, a partir de uma ação integrada dos Ministérios da Saúde, Ciência e Tecnologia, Educação e Defesa. Em janeiro de 2007, o Programa Nacional de Telessaúde foi inicialmente implementado, a partir do protótipo aplicado na atenção primária de saúde, como descrito anteriormente. Em 2008, o programa já contava com 57 hospitais universitários. Essa iniciativa disponibiliza videoconferência, diagnóstico, segunda opinião, educação permanente e conferência *web*, conectando hospitais universitários e de ensino a municípios e regiões remotas. Instituições de saúde municipais, estaduais, nacionais e internacionais operam redes de projetos colaborativos de pesquisa, inovação, desenvolvimento, gestão, treinamento e assistência. (RIBEIRO FILHO et al, 2009).

2- INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Segundo BRANDÃO (2008, p.113):

Inovação pode ser entendida como a característica que define uma prática como inédita ou incomum na área de negócio ou organização [...]. O ambiente mais apropriado para que ela ocorra é o industrial e de serviço. Nesse ambiente produtos são produzidos, processos são otimizados e serviços são disponibilizados em prol da melhoria da qualidade de vida da população, com seus decorrentes impactos econômicos e sociais.

Em se tratando de telessaúde, otimizar processos e serviços de assistência médica é o principal objetivo de um sistema de saúde.

Odilon Marcuzzo (BRANDÃO et al, 2006, p. 15), presidente da FINEP afirma: "a competitividade está cada vez mais assentada na capacidade de adaptação a mudanças tecnológicas e nos avanços organizacionais. Nesse contexto, a capacidade de inovar ganha importância preponderante na definição de quem vai prosperar ou sucumbir".

Segundo o Manual da Escola Superior de Guerra (ESG) - (BRASIL, 2008a, p.50): "a política e a estratégia precisam ser coordenadas e ajustadas em todas as conjunturas, níveis e áreas de atuação, devendo estar harmonizadas entre si e com as reais necessidades

e disponibilidades de meios como condição básica para poderem alcançar os êxitos desejados".

Capacidade logística, segundo a ESG - (BRASIL, 2008b, p. 80): "é o grau de competência que têm as Forças Armadas para desenvolver um conjunto de atitudes a prever e prover na quantidade, qualidade e oportunidade os recursos humanos, o material e os serviços necessários ao seu preparo e emprego".

Capacidade científica e tecnológica, ainda segundo o Manual da ESG - (BRASIL, 2008b, p. 81), "em todos os setores das atividades humanas nos dias atuais, ciência e tecnologia alcançam índices surpreendentes de progresso e refinamento. A expressão militar sofre influências imediatas e palpáveis no que concerne ao desenvolvimento tecnológico".

"A formulação da estratégia em indústrias emergentes precisa levar em conta a incerteza e o risco deste período de desenvolvimento de uma indústria [...]. A fase emergente de desenvolvimento de uma indústria é provavelmente [aquela] em que os graus estratégicos de liberdade são os maiores e em que a vantagem de boas escolhas estratégias é a mais alta possível na determinação do desempenho". (PORTER, 1986, p.219). Esse conceito se aplica, também, ao setor de serviços, onde o desenvolvimento de novas tecnologias como telessaúde encontra-se, hoje, ainda em fase inicial e progresso acelerado.

Uma política nacional de ciência e tecnologia e inovação em saúde propiciará o desenvolvimento e otimização dos processos de absorção de conhecimento científico e tecnológico pelas indústrias e serviços de saúde em prol da sociedade brasileira. Endossar este ponto de vista implica analisar o esforço nacional em ciência e tecnologia em saúde como um componente setorial do sistema de inovação brasileiro, reconhecendo a complexidade dos processos de produção e de geração do conhecimento científico e tecnológico nesse setor. (BRASIL, 2008c).

3 - O SISTEMA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA (SISAU) E A TELESSAÚDE

O Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU) está estruturado em quatro escalões, num total de 109 Organizações de Saúde da Aeronáutica (OSA), distribuídas regionalmente nos sete Comandos Aéreos Regionais (COMAR), em todas as regiões do País.

A Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), órgão central do SISAU, tem como missão: "promover a excelência em atendimento à saúde e no apoio às ações operacionais da Força pelo aprimoramento e otimização dos recursos e meios". Dentre seus valores encontra-se a presteza, que trata de valorizar a prontidão, a qualidade no atendimento e a agilidade na prestação dos serviços. Outro valor é a inovação, que se traduz em buscar e incentivar a criatividade na implementação de soluções inovadoras, para resolução de problemas e melhoria contínua dos serviços. Consta, ainda, desta missão a capacitação e o desenvolvimento, que significam obter o alinhamento com os conceitos de qualidade, o aprimoramento contínuo do tecido organizacional, gerencial e técnico, a melhoria da comunicação e o aumento da motivação.

O SISAU, além de prestar atendimento à população diretamente assistida e às atividades operacionais da FAB, participa de ações cívico-sociais quando, por exemplo, através do hospital de campanha (HCAMP), atendeu as vítimas dos temporais de Santa Catarina, em outubro de 2008. Outras vezes participa de assistência médica à população da Amazônia em municípios isolados e distantes das capitais daquela região.

A DIRSA tem como uma de suas competências promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, na área de saúde de interesse do Comando da Aeronáutica (COMAER) e estabelecer a ligação com organizações de saúde externas ao COMAER nos assuntos de saúde. Dentre as suas orientações gerais, nessa mesma Diretriz consta: "a prestação de saúde moderna deve estar focada em resultados. As OSA devem, cada vez mais, desenvolver uma medicina eficaz, formando centros resolutivos que tenham capacidade de solucionar os problemas de saúde apresentados pelos pacientes.

No Planejamento Militar Estratégico da Aeronáutica (PEMAER), a DIRSA apresentou o projeto 7/DIRSA/2008 (BRASIL, 2008 d, p.8/9), que trata de: "implantar a tecnologia de suporte à telemedicina e ao telensino visando ao aprimoramento técnico dos recursos humanos do SISAU." Dentre as suas justificativas e expectativas estão: "apoiar as ações de saúde e organizações isoladas e nos desdobramentos operacionais da Força, disponibilizando conhecimento técnico atualizado (telemedicina), bem como acompanhar o desenvolvimento tecnológico, disseminando o conhecimento especializado

e promovendo a qualidade no atendimento de saúde e a redução de custos (telensino)." Projetos desta natureza somam-se ao esforço de capacitação técnica do pessoal de saúde, reduzindo os custos de treinamento, bem como facilitando as ações de saúde nos desdobramentos da Força. Também viabiliza suporte técnico ao militar que atua em Organizações Militares isoladas.

4 - EXPERIÊNCIAS NAS FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas dos Estados Unidos da América vêm desenvolvendo experiências com o uso da telemedicina. Na Guerra do Golfo, em 1991, foram instalados, em hospitais de evacuação, aparelhos de tomografia computadorizada. As imagens eram transmitidas via satélite para o centro médico do exército, em San Antonio, Texas, onde os especialistas diagnosticavam e orientavam os colegas sediados no Oriente Médio à distância. (GARSHNEK e BURKLE, 1999).

Outra experiência refere-se ao conflito na Bósnia, em meados da década de 1990, quando foi realizada teleconferência para consulta com especialistas ao redor do mundo, em áreas como a radiologia, psiquiatria e doenças infecciosas, resultando num alto nível de cuidado de saúde aos militares que à época lutavam no leste europeu. As consultas por telemedicina evitaram a transferência de vários pacientes. (GILLERT, 2009).

A telemedicina está sendo utilizada amplamente para identificar lesões e doenças e auxiliar o tratamento, reabilitação e recuperação dos soldados feridos em combate na arena de guerra. Uma aplicação que vem sendo desenvolvida com sucesso refere-se ao manejo exitoso dos casos de traumatismo crânio-encefálico. (GIRARD, 2007).

O Exército Brasileiro vem utilizando a telemedicina há algum tempo, principalmente na Região Amazônica e em outras localidades das regiões Norte e Nordeste. Segundo VIDAL e CAFÉ (2006), o sistema de telemedicina do Exército Brasileiro (EB) foi organizado em redes e sistemas (região Norte, Centro-Oeste e sistema de telemedicina do EB). Esses mesmos autores mencionam que há planos de ampliação do sistema do EB, oferecendo assistência médica a outras regiões do País mediante o apoio de instituições privadas. Outra participação é na

telessaúde do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), em que o enfoque é a assistência de saúde aos profissionais alocados nos sítios radares, bem como a extensão da abrangência do projeto à população da Amazônia de um modo geral.

A Marinha do Brasil, através da sua diretoria de saúde, também vem desenvolvendo atividades de telemedicina. Os navios-hospital, que navegam na Amazônia e prestam assistência médico-hospitalar à população ribeirinha, carente naquela região, vêm colhendo experiências de sucesso com o uso da telemedicina. (BRASIL, 2009b).

5 - METODOLOGIA DO COMPONENTE EMPÍRICO

Com base nas aulas da disciplina "Ciência, Tecnologia e Poder Aeroespacial", ministradas pelo professor Damiani, na Pós-graduação da UNIFA, no mês de julho do ano de 2009 e na busca da elaboração de um artigo científico com o tema gestão da inovação, este autor elaborou uma pergunta e encaminhou, por *e-mail*, após contato pessoal e exposição de motivos, a seis oficiais superiores da DIRSA, dos seguintes quadros: médico, dentista, farmacêutico, enfermeiro e intendente, identificados de acordo com a função, como entrevistados de números 1, 2, 3, 4, 5 e 6. A pergunta feita foi a seguinte: Qual a importância e aplicação da Telessaúde no SISAU?

6 - RESULTADOS

Apresentaremos, a seguir, as respostas fornecidas pelos entrevistados.

Entrevistado 1 - Médico: A primeira efetivação de telemedicina da FAB foi na missão Guiné Bissau do Hcamp, quando, durante uma ronda médica no hospital local, nos deparamos com vários casos clínicos que não sabíamos resolver por falta de especialistas. A partir de uma banda larga, cedida pelo hotel, fizemos uma vídeo- conferência com o HCA (todo o efetivo) e eu apresentei os casos clínicos que foram discutidos. Várias pessoas se curaram a partir desta iniciativa.

Entrevistado 2 - Intendente: Em atenção ao questionamento da importância e aplicabilidade no SISAU da Telessaúde, minha opinião é a de que:

1 - A Telessaúde no SISAU é de fundamental importância, pois facilita a troca de informações médicas entre pacientes distantes, principalmente no cenário de distribuição das OSA de 2º, 3º e 4º Escalões de Atendimento à Saúde no País.

2 - No tocante ao pessoal de saúde distribuído pelo País, pela carência de profissionais em algumas especialidades, torna-se fundamental a disponibilidade dessa "ferramenta", que através do Telediagnóstico, Telemonitoração, Telecirurgia, Teleconsulta e também como incentivo à Educação à Distância, proporciona uma segurança maior no atendimento aos pacientes, pois o especialista está presente "*on-line*" no apoio ao diagnóstico e procedimentos médicos.

3 - Na área financeira, a Telessaúde proporcionará redução de custos, visto que muitas consultas e procedimentos médicos que são encaminhados às Instituições/profissionais de saúde contratados, a custo muito maior do que o constatado dentro das OSA poderiam ser atendidos nos nossos hospitais.

4 - Vejo que o maior benefício é no apoio aos jovens médicos (as), R2, que estão dispersos nas OSA isoladas, e que constituem a maioria dos médicos que estão no atendimento direto aos pacientes.

Entrevistado 3 - Dentista: Vivemos a era da informação, da informática e da globalização. Desta forma, as distâncias se tornaram relativas, pois o mundo está via rede mundial de computadores a um toque do nosso computador e, da mesma forma, da experiência e o conhecimento. No SISAU a importância é de fácil entendimento, pois temos Serviços em todos os rincões deste imenso País, muitas vezes, o problema do paciente está no HACO, porém pela telessaúde podemos colher informações para solucionar aquele problema no HFAG, tudo em tempo de ser aplicado e salvarmos vidas prontamente. É a ciência e a Informática juntas e unidas pela Tecnologia da Informação.

Entrevistado 4 - Médico: entendo que as possibilidades são muitas. O auxílio às decisões em pontos remotos, não só para diagnósticos, mas, também, nas ações de logística quando em missões como as de saúde em campanha. O ensino à distância poderia ser ampliado de forma mais efetiva, assim como a tomada de decisões gerenciais. Isso tudo está ligado a uma redução de custos com deslocamentos de militares, elevação do moral do efetivo com mais segurança para quem serve ou se encontra em missões nas localidades distantes e possibilidades de aperfeiçoamento dos militares com o ensino a distância.

Entrevistado 5 - Enfermeiro: Vejo a Telessaúde como uma ferramenta de grande valia para o SISAU. Principalmente, para integrar as OSA de 1º e 2º escalão, em situações de maior complexidade que requeiram um apoio técnico imediato com os profissionais das OSA de 3º ou 4º escalão.

Entrevistado 6 - Farmacêutico: Um exemplo prático é a melhor resposta! Quando eu estava respondendo pela chefia do Laboratório de Análises Clínicas da Base, uma colega do Esquadrão de Saúde começou a apresentar alguns sintomas estranhos e necessitou fazer um hemograma. Quando olhei sua lâmina, havia uma série de alterações (leucocitose, desvio à esquerda e outros achados bastante relevantes, porém inconclusivos)! Como era uma colega de trabalho, eu queria dar a ela o resultado o mais breve possível, para que ela procurasse ajuda especializada! Se eu tivesse acesso à Telessaúde poderia ter consultado um hematologista em algum centro de referência, mas como não tinha esse recurso, tive que procurar um amigo Hematologista na cidade e só pude dar a ela o resultado no dia seguinte pela manhã. Ela se tratou e ficou boa, mas me causou muita angústia não ter sido mais eficiente na entrega do resultado, pois era uma pessoa de meu convívio diário.

7 - DISCUSSÃO

A telemedicina vem avançando em diversos países, constituindo hoje uma área que contribuiu para a redução do tempo gasto entre o diagnóstico e a terapia, para a extensão dos serviços médicos especializados e de qualidade a locais desassistidos, implicando na redução dos custos da assistência de saúde em decorrência da redução da necessidade de hospitalização, na diminuição dos gastos com deslocamentos dos pacientes e/ou dos especialistas, bem como da descentralização dos serviços, ou seja, especialistas de diversas áreas podem se reunir num único *site* virtual e atuar com resolutividade com relação às questões médicas e adoção de determinados procedimentos. Outro ponto interessante é a assistência de saúde em locais remotos em casos de catástrofe, eventos de afluência de grande público, como eventos esportivos, políticos, etc. Telecomunicações e tecnologia da informação têm sido amplamente utilizadas em muitos segmentos e atividades econômicas, porém, na área de saúde, seu nível de aplicações é ainda embrionário no Brasil.

Vale ressaltar que no SISAU essa nova tecnologia em saúde é de amplo conhecimento dos entrevistados e a decisão de incluí-la no PEMAER já foi tomada, apesar de sua implantação ainda não ter sido efetivada no âmbito da DIRSA. As experiências com telemedicina no SISAU são ainda restritas, basicamente, quando, em algumas oportunidades, foram organizadas teleconferências, com discussão de casos clínicos entre os profissionais de saúde do Hospital de Campanha (HCAMP) e centros de referência como o Hospital Central da Aeronáutica (HCA).

Conforme o relato do entrevistado 1: "[...] fizemos uma videoconferência com o HCA [...], os casos clínicos foram discutidos. Várias pessoas se curaram por esta iniciativa"; o que exemplifica um caso típico de emprego da telessaúde e sua importância no sentido de assegurar um serviço eficaz e ágil.

O oficial, diante da ameaça e das dificuldades em solucionar as patologias encontradas, usou a criatividade e a tecnologia, buscando uma oportunidade (a banda larga do hotel), e o conhecimento especializado num hospital de referência distante dali, localizado no Brasil, tendo obtido assim, o resultado almejado.

Como citado anteriormente, os americanos vêm utilizando esses recursos com sucesso em situações de guerra.

Segundo BETHLEM (2002, p. 153): "a importância de informação sobre desenvolvimento tecnológico é crucial para as empresas que trabalham em mercado onde os produtos e processos são passíveis de alterações decorrentes de mudanças tecnológicas [...]. A empresa permeável a mudanças e constituída de pessoal criativo terá sempre mais capacidade de sobrevivência".

O entrevistado 2, ao trazer sua expertise na gestão financeira, afirma: "a Telessaúde proporcionará redução de custos". Cita que os nossos usuários, que estão nos mais diversos locais do País, poderiam ter acesso aos especialistas dos hospitais do 3º e 4º escalões, com maior capacidade resolutiva. Observamos também, em sua resposta, a importância do apoio aos "jovens médicos R2", uma realidade nos recursos humanos do SISAU, pois assim, através de teleconferências e telensino, pode-se otimizar a produtividade dos médicos recém-chegados à FAB.

O entrevistado 3, com o olhar posto na gestão sistêmica, afirma: "no SISAU a importância é de fácil entendimento, pois temos Serviços em todos os rincões deste imenso País", e exemplifica com a possibilidade de um problema de um paciente num hospital de terceiro escalão em Canoas ser resolvido num hospital de quarto escalão no Rio de Janeiro através da Telessaúde. Assim, a DIRSA, órgão central do SISAU, e os hospitais de 4º escalão do Rio de Janeiro, funcionariam como organizações de suporte e cooperação para o Tele-Sisau.

O entrevistado 4 incorpora sua vivência no campo dos hospitais de campanha, e no âmbito ensino e sua visão gerencial: "[...] mas, também, nas ações de logística quando em missões como as de saúde em campanha [...], uma redução de custos com deslocamentos de militares, elevação do moral do efetivo com mais segurança para quem serve ou se encontra em missões nas localidades distantes e possibilidades de aperfeiçoamento dos militares com o ensino a distância". Desse modo, as missões do Hcamp ganharão um sentido de maior segurança, qualidade e sustentabilidade. Assim, fica, também, evidente que essa inovação facilitará: "o gerenciamento da cadeia de suprimentos nada mais é que gerenciar o sistema de logística integrada da empresa. O uso de tecnologias avançadas [...] para planejar e controlar uma complexa rede de fatores, visando produzir e distribuir produtos e serviços para satisfazer o cliente". (MOREIRA E TEIXEIRA, 2006, p. 171).

O entrevistado 5 reforça a necessidade da inovação, e aborda conceitos de integração, complexidade e apoio técnico imediato que poderão ser providos pela telessaúde e afirma: "ferramenta de grande valia para o SISAU".

Segundo GOTTFREDSON e SCHAUBERT (2008, p. 140): a maior vantagem da moderna tecnologia de informação (TI) não é o fato de ela permitir que produtos e serviços proliferem. A vantagem real é que a TI pode ajudar a simplificar processos [...].

Esses mesmos autores (idem, p. 126), ao discutirem sobre simplicidade estratégica, afirmam que quando um negócio se torna complicado, a estratégia deve ser simples. Referem-se à simplicidade de produto, simplicidade organizacional e simplicidade nos processos que dependem de uma estratégia geral simples, que gere melhoria do desempenho, uma estratégia que todos na organização compreendam com facilidade e apóiem. Prosseguem afirmando (ib., p.142):

O significado para as empresas é claro: a complexidade excessiva é inimiga dos resultados. A complexidade surge a partir de uma falta de clareza acerca da estratégia e/ou do que os clientes realmente valorizam. Ela vem da ignorância acerca do ponto ótimo de inovação e do lançamento de produtos e serviços em demasia [...]. Uma organização demasiadamente complexa é uma organização que não progride e que não atende a seus clientes. O trabalho de um executivo é simplificar ... essa é a chave para reduzir custos, maximizar receitas e motivar os funcionários de uma empresa.

O entrevistado 6 traz a dimensão da práxis e da realidade vivida por profissionais de saúde quando distantes dos grandes centros: "eu queria dar a ela o resultado o mais breve possível, para que ela procurasse ajuda especializada! Se eu tivesse acesso à Telessaúde, poderia ter consultado um hematologista em algum centro de referência." O apoio dessa nova forma de prover soluções em saúde é factível e necessária no COMAER.

NÓBREGA (2004, p.153) afirma: "num mundo dominado pela disrupção, o certo é planejar para aprender enquanto se faz. Aprender na ação: a base da estratégia".

Conclusão

A telessaúde é uma realidade e necessidade nacionais. O Brasil possui uma razoável infraestrutura de comunicações, o que possibilita empregar essa inovação para acompanhamento remoto de atendimento e gestão em saúde. Isso implica em uma redução de custos e ampliação da assistência médica.

A Aeronáutica possui organizações militares em regiões longínquas e de difícil acesso. A telemedicina poderá responder, com isso, à carência de algumas especialidades, bem como qualificar a sua assistência de saúde. Nas ações operacionais da Força, o médico de esquadrão poderá ter o apoio da Telessaúde e mesmo os Hospitais de Campanha em situações mais complexas poderão receber o suporte de uma equipe especializada à distância. A DIRSA, ciente de sua missão, incluiu no PEMAER o Tele-Sisau.

Os oficiais entrevistados foram unânimes em valorizar a incorporação dessa tecnologia ao SISAU, o que trará melhorias e a produção de níveis de serviço de excelência, contribuindo para sua sustentabilidade e resolutividade. Autores nacionais e internacionais destacam a importância das inovações e experiências de sucesso, que vêm ocorrendo em instituições públicas e privadas, civis e militares.

O Tele-Sisau reúne condições favoráveis para desenvolver-se, pois conta com uma ampla rede de comunicação que abrange as Organizações de Saúde em todas as regiões do Brasil, com diversos graus ou níveis de complexidade, todas interligadas por sistemas de telecomunicações de boa performance, o que, conforme foi apresentado, constitui uma necessidade evolutiva da organização, pois como já afirmava Heráclito, por volta de 500 a.C., "nada é permanente, exceto as mudanças".

Referências

BEAUD, Michel. **Arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário.** 5. ed. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2005.

BEER, Michael e NOHRIA, Nitin. **Decifrando o Código da Mudança**. In: Harvard Business Review. **A Virada nas Empresas**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p.9-29.

BETHLEM, Agrícola de Souza. **Gestão de negócios: uma abordagem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Estratégia empresarial: conceitos, processo e administração estratégica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRANDÃO, Maurício Pazini. **Gestão estratégica e operacional em instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação: o caso do Instituto de Estudos Avançados.** In: Revista da Universidade da Força Aérea Brasileira/ Universidade da Força Aérea Brasileira. Ano 20, n. 23 (Nov.2008). Rio de Janeiro: UNIFA, 2008. p. 111-126.

BRANDÃO, Vladimir et al. **Brasil inovador: o desafio empreendedor: 40 histórias de sucesso de empresas que investem em inovação**. Brasília: IEL – NC, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Programa Nacional de Telessaúde** – Atenção Primária à Saúde. Disponível em: http://www.telessaudebrasil.org.br/glossario/ Acessado em: 05 ago de 2009 a .

_____. Marinha do Brasil. Disponível em: http://www.mar.mil.br/ Acessado em: 12 ago 2009.

_____. Escola Superior de Guerra. Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Volume I – Elementos Fundamentais. Rio de Janeiro: A Escola, 2008a.

_____. Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Volume II – Assuntos Específicos. Rio de Janeiro: A Escola, 2008b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Ciência, tecnologia e inovação em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008c.

24 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ct_inovacao_saude.pdf Acessado em: 15 ago de 2009.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal Diretoria de Saúde da Aeronáutica - DIRSA. Visão Prospectiva do Sistema de Saúde da Aeronáutica 2008-2011. 2008 d.

EL KHOURI, Sumaia Georges. **Telemedicina tem potencial subutilizado no Brasil**. In: **Inova.** Boletim do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da Universidade de São Paulo. Ano XI – Nº 38 abril/maio/junho 2004, p.7. São Paulo: USP, 2004.

GARSHNEK, Victoria, BURKLE, F. M. - **Applications of Telemedicine and Telecommunications to Disater Medicina: Historical and Future Perspectives**. In: Journal of the American Medical Informatics Association. Volume 6, Nº. 1, janeiro/fevereiro de 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GILLERT, Douglas J. - **Telemedicine Enhances Troop Health Care in Bósnia**. Disponível em: http://www.defenselink.mil/news/newsarticle.aspx?id=40799. Acessado em: 29 ago 2009.

GIRARD, P.- **Military and VA telemedicine systems for patients with traumatic brain injury**. In: Rehabil Res Dev. 2007; 44 (7): 1017-26.

GOMES, Maria Paulina. **Construindo Soluções Acadêmicas – Monografias, Dissertações e Teses. – Do Projeto à Defesa**. Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea & Editora Luzes, 2006.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Artigos Científicos**. São Paulo: Avercamp Editora, 2004.

GOTTFREDSON, Mark e SCHAUBERT, Steve. **Administração de alto impacto: como os melhores gestores alcançam resultados extraordinários.** Tradução de Sabine Alexander Holler. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Bain&Company, 2008.

GUIMARÃES, Reinaldo. **Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ct_inovacao_saude.pdf Acessado em: 16 ago 2009.

LOPES, Paulo et al. **Telessaúde e Telemedicina**. Departamento de Informática em Saúde DIS/EPM – Universidade Federal de São Paulo/ Escola Paulista de Medicina. Disponível em: http://www.epm.br. Acessado em: 03 ago 2009.

MOREIRA, Otacílio e TEIXEIRA, Sergio Silvestre M. P. **Cadeia de suprimentos: um novo modelo de gestão empresarial**. São Paulo: Scortecci, 2006.

NÓBREGA, Clemente. **A ciência da gestão – Marketing, Inovação, Estratégia: um físico explica a gestão – a maior inovação do século XX – como uma ciência.** 2. ed. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2004.

NOVAES, Magdala de A.; ARAÚJO, Kleber S. de; TAVARES, Sandra Mª B. **Integração da universidade com a rede pública de saúde: experiência no desenvolvimento de um programa de videconferência para capacitação em saúde.**

NUTES – Núcleo de Telessaúde (NUTES), UFPE, Brasil. Disponível em: www.nutes.ufpe.br. Acessado em: 02 ago 2009.

OMS – Organização Mundial de Saúde. Disponível em: http://www.who.org.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência.** 7. ed. Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Elsevier, 1986 - 29ª tiragem.

RIBEIRO FILHO, José Luiz et al. **Telemedicina e Telessaúde – a construção de redes colaborativas de ensino, pesquisa e assistência ao diagnóstico e ao tratamento em Saúde no Brasil**. [Acessado em: 03/8/2009]. Disponível em: http://www.rute.rnp.br.

VALERIANO, Dalton L. **Gerenciamento Estratégico e Administração por Projetos**. São Paulo: Makron Books, 2001.

VASCONCELOS, Lia. IPEA. Revistas Desafios do Desenvolvimento. 14 ed. dez/2007.

VIDAL, Paulo Cesar Salgado e CAFÉ, Temístocles Moura. **A utilização da telemedicina no atendimento à família militar no Exército brasileiro na área de saúde.** Disponível em: http://www.eceme.ensino.eb.br/portalcee/arquivos/2006.pdf. Acessado em: 10 ago 2009.

O autor é Coronel Médico da Aeronáutica

Estratégia Nacional de Defesa... É mesmo?

Paulo Cesar de Castro

Por meio do Decreto Nº 6703, de 13 de dezembro de 2008, o Presidente da República aprovou a Estratégia Nacional de Defesa, referendada por dois de seus ministros, o da Defesa e o Secretário de Assuntos Estratégicos.

Estratégia do Estado ou do Governo brasileiro?

A cerimônia de assinatura, as entrevistas, os aplausos e o semblante de júbilo dos políticos participantes do ato de assinatura daquele Decreto, levaram-me a imaginar tratar-se de Estratégia do Estado e não do Governo. Sobre este relevante aspecto a Exposição de Motivos Interministerial nº 00437/MD/SAE-PR, de 17 de dezembro de 2008, menciona Estado duas vezes[1], citações que reforçaram minha esperança de que, de fato, estaria em minhas mãos um documento do Estado brasileiro.

Qual não foi a minha surpresa ao ver impresso, na capa do documento, o símbolo verde-amarelo-azul-branco-e-vermelho que identifica tudo o que emana do atual Governo Federal. Surgiu-me a primeira das dúvidas, será esta Estratégia Nacional um documento do Estado ou tão-somente mais um documento do Governo? O tempo dirá e quem viver verá.

Estratégia Nacional não é!

É sabido que qualquer estratégia nacional é a expressão do como empregar o poder nacional para conquistar os objetivos nacionais identificados e relacionados como tal na política nacional que, necessariamente, a antecede. Sem política nacional, como saber aonde se quer chegar com a estratégia nacional? Quais os objetivos nacionais que se quer atingir?

---

[1] - No parágrafo 4. "... e em função da natureza do seu conteúdo ser dirigido à concretização dos interesses do Estado e de toda a sociedade..." E no parágrafo 9. "... formular um planejamento de longo prazo para a defesa do País é fato inédito no Estado brasileiro."

Por seu turno, a política nacional decorre de sérias, amplas, profundas e acuradas análises dos ambientes nacional, regional e internacional, o que inclui diagnosticar, também, o poder nacional. A estes passos a Escola Superior de Guerra denomina "Fase de Diagnóstico" [2].

Pode-se, pois, afirmar que uma estratégia nacional de defesa consistiria em como aplicar o poder nacional para a consecução dos objetivos nacionais de defesa, estabelecidos em outro documento de Estado, prévio à própria estratégia, a política nacional de defesa. É óbvio que estes conhecimentos são de pleno domínio dos formuladores estratégicos, a exemplo dos militares, profissionais das armas, guerreiros preparados, sérios, dedicados, experientes e capacitados, em sucessivos e exigentes cursos, a elaborar planejamentos estratégicos.

Trabalhos nesta área profissional não são tarefas para amadores, curiosos, intelectuais alienígenas, políticos sem passado na área, especuladores cheios de boas intenções, marinheiros de primeira viagem ou outros do mesmo naipe. À formulação estratégica nacional cabe como uma luva a conhecida máxima: "profissionais não se improvisam!".

E o que sabemos a respeito da Política Nacional de Defesa? Nada? Ela não existe? Não acredito! Mas nós, os contribuintes, não pagamos a um ministro e a um secretário de assuntos estratégicos para que a formulem e a proponham ao dirigente máximo? Como ousaram?

E como é possível formular Estratégia Nacional de Defesa sem se saber os Objetivos Nacionais de Defesa? Milagre? Mágica? Inspiração? Alquimia? Sexto sentido? Premonição? Deixo as possíveis respostas à reflexão do leitor. Posso garantir que militares, por mais experientes, conhecedores, estudiosos, profissionais da arte da guerra e da paz, não se arriscariam a formular estratégias sem saber aonde se quer chegar, ou seja, desconhecendo os objetivos nacionais a atingir. Mas não é que a tal Estratégia Nacional de Defesa foi aprovada sem Política prévia? Que feio! "Um mico!".

Entretanto, muni-me de otimismo e procurei, na Estratégia Nacional de Defesa, a concepção de emprego do Poder Nacional para conquistar os Objetivos Nacionais de Defesa. A pesquisa e a leitura fizeram-me listar algumas dúvidas mais. Pergunto-me, ainda hoje, quais as ações estratégicas que caberão ao (à):

---

[2] *Brasil – Método para o planejamento estratégico. Rio de Janeiro: A Escola, 2009.*

- Ministério das Relações Exteriores? Como a diplomacia atuará em cada Hipótese de Emprego?

- Ministério das Comunicações?

- Ministério dos Transportes?

- Ministério da Justiça? Como a Polícia Federal será empregada?

- Ministério da Agricultura?

- Ministério da Saúde?

- Ministério da Fazenda?

- Gabinete de Segurança Institucional?

- Governos dos Estados e do Distrito Federal? As Forças Auxiliares serão empregadas? Como?

Lamentavelmente, nada encontrei. A conclusão não poderia ser outra, este documento não é uma Estratégia Nacional de Defesa! Alguns chegaram a acreditar, mas, em verdade em verdade, concluí que **o Brasil não tem Estratégia Nacional de Defesa!**Que pena! Então, que raios de Estratégia é esta?

Estratégia de Defesa Nacional?

A página eletrônica do Ministério da Defesa permite ao pesquisador acessar a Política de Defesa Nacional, aprovada em 30 de junho de 2005, por meio do Decreto nº 5484, assinado pelo mesmíssimo Presidente da República que assinou a Estratégia Nacional (sic) de Defesa, em 2008. Referendaram-na o então Ministro da Defesa e o, ainda hoje, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

A Política de Defesa Nacional, vigente à época em que se formulou a Estratégia objeto destas reflexões e ainda vigente, é um documento primoroso. É voltada, preponderantemente, para ameaças externas, estabelece objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional. Ao estudá-la, constata-se, de imediato, que resulta do trabalho de profissionais competentes, sérios, capacitados, preparados e reflexivos.

Aos estudiosos e leitores da Estratégia Nacional (sic) de Defesa recomendo prévia abordagem da Política de Defesa Nacional. Lá estão

os Objetivos da Defesa Nacional[3], vale dizer, lá está o que se deseja alcançar com a Estratégia de Defesa Nacional. Lá está o que se deve alcançar com a dita Estratégia Nacional (sic) de Defesa, se esta for aquela. As Orientações Estratégicas seguem-se aos Objetivos e as Diretrizes finalizam a Política de Defesa Nacional.

Então, já que o documento de 2008 não é Estratégia Nacional de Defesa, resta-lhe ser Estratégia de Defesa Nacional, sem o que, não lhe sobra alternativa. Ainda bem!

A Estratégia atende à Política! É um Plano?

Voltei-me para aquela que não é Estratégia Nacional, com esperança e quase certeza de que estaria lendo a Estratégia de Defesa Nacional. Li, reli, tornei a ler, pedi para que outros lessem e, incrível, não encontrei qualquer menção à Política de Defesa Nacional em vigor! Pode isto? Pois é, pode.

"Que maneiro", ambos são documentos assinados pelo mesmo Presidente da República! Ah, diriam, a Política de Defesa Nacional deve ter sido revogada... Mas não foi! Ela vige! A confusão aumentou ainda mais. Será que não é nem Estratégia Nacional (sic) de Defesa, nem Estratégia de Defesa Nacional? Deus me ajude!

A Exposição de Motivos Interministerial nº 00437/MD/SAE-PR, a que já me referi, textualmente, dirige-se ao Presidente da República dizendo que "5. O Plano é focado em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa..." Ah, acho que encontrei, não é uma Estratégia, é um Plano! Será que li Plano com maiúscula? Sim, é isto mesmo que está escrito. Então é Estratégia ou é Plano? Quem quiser que assuma a responsabilidade pela resposta, mas eu não me arrisco. "Saravá, pé-de-pato, mangalô três vezes!" É nisto que dá entregar tarefas profissionais a amadores curiosos.

Chegamos então a este ponto: a Estratégia Nacional (sic) de Defesa não é o que seu título leva a crer. Ela se for a Estratégia de Defesa Nacional, não atende e nem decorre da Política de Defesa Nacional vigente. Ela é chamada, por seus formuladores de Plano. Incrível, não é mesmo? Mas seria válido esperar mais do que isto?

---

[3] *Em 5. OBJETIVOS DA DEFESA NACIONAL, da Política de Defesa Nacional.*

A Estratégia sem Recursos

Em The Utility of Force[4], o General Rupert Smith afirma claramente que sem dinheiro não há estratégia[5]. Esta verdade cristalina levou os profissionais das armas, no Brasil, a vibrarem com a assinatura da Estratégia Nacional (sic) de Defesa. Enfim, o Governo Federal irá alocar recursos para que possamos atender à destinação constitucional das Forças Armadas. Que bom!

O Exército Brasileiro, por exemplo, sabe exatamente o que precisa e quer, quando precisa e quer e quanto custará. Apresentou aos que assinaram e referendaram a Estratégia um planejamento exemplar, intitulado Estratégia Braço Forte, trabalho de profissionais com vistas voltadas exclusivamente ao cumprimento de sua missão! Desconheço, mas estou convicto de que as Forças co-irmãs procederam de igual forma. Admiro-as e amo-as, também.

E o que fez o laborioso Governo Federal? No orçamento de 2009 nada consignou para implementar sua própria Estratégia Nacional (sic) de Defesa.

Argumentam os otimistas que o orçamento 2009 já estava pronto antes da aprovação da Estratégia. Os que assim pensam não aceitam falar de créditos extraordinários e suplementares, sem o que ficariam sem a escada. Ficou nisto? Não! O Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas, signatário da Estratégia e da Lei Orçamentária, contingenciou os orçamentos das Forças Armadas. E fê-lo a tal ponto que levou o Comandante do Exército a planejar o licenciamento antecipado dos recrutas e a reduzir, também antecipadamente, o expediente de sua Força.

Felizmente, graças a todos os santos e orixás, o respeitável Senhor descontingenciou o orçamento no final do ano e foi possível ao Exército comer e trabalhar. Que magnanimidade!

Mas os crentes tiveram outra frustração, o orçamento de 2010. Esse sim? Nada! E como é que fica a tal Estratégia (sic)? Mera carta de intenções? Não é assim, "meu", diriam meus camaradas paulistas, é em longo prazo!...Ah, bem, conformo-me.

---

[4] *Alfred A. Knopf, New York, 2007.*

[5] *Página 21 de The Utility of Force.*

Estado-Maior Conjunto (sic) das Forças Armadas

A doutrina militar brasileira, produto da experiência, estudo, exercitação, conhecimento, capacitação, profissionalismo e saber de seus marinheiros, soldados e aviadores, contempla dois conceitos distintos: conjunto e combinado. À justa exceção dos amadores, sabemos nós que a distinção prende-se a: haver unidade de comando, como no caso de operações combinadas e de comandos combinados; e a não haver comando único, mas coordenação de ações. Qualquer principiante em Ciências Militares sabe disto.

Mas nossos amadores optaram por traduzir diretamente do Inglês o modelo que os extasiou. Para satisfazê-los deveremos fingir que aceitamos a tradução literal, o que os levou a criar algo esdrúxulo, o Estado-Maior Conjunto (sic) das Forças Armadas. Este futuro órgão, que a meu simples ver, nada mais foi do que tentar impor mais um nível de comando entre o Presidente da República e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Afinal, o que o tal Estado-Maior fará que o atual Estado-Maior de Defesa não pudesse fazer? Fiquei sem resposta. Você, ilustre leitor, já viu a proposta de como se estruturará esta magnífica invenção? Ao futuro chefe do estado-maior conjunto subordinar-se-ão três outros oficiais-generais de quatro estrelas! Pois é, eis o se pode esperar quando se entrega a amadores tarefas como esta. E olha que não falei das intenções do Governo que representam: confiáveis? Será?

Conclusões

É triste, mas sou forçado a afirmar que:

1. Não há qualquer garantia de que a Estratégia Nacional (sic) de Defesa seja um documento do Estado Brasileiro.

2. Não existe Política Nacional de Defesa que fixe os Objetivos Nacionais de Defesa, o que inviabiliza qualquer tentativa séria de formular uma verdadeira Estratégia Nacional de Defesa.

3. O documento que o Governo intitulou de Estratégia Nacional (sic) de Defesa poderia, quando muito, ser algo como mera tentativa de formular uma Estratégia de Defesa Nacional.

4. Está em vigor a Política de Defesa Nacional, documento primoroso e exemplar de planejamento de defesa.

5. A Política de Defesa Nacional e a Estratégia dita Nacional (sic) de Defesa são assinadas pelo mesmíssimo Presidente da República.

6. A Estratégia Nacional (sic) de Defesa ignorou totalmente a Política de Defesa Nacional, o que a afasta de se apresentar como genuína Estratégia de Defesa Nacional.

7. A Estratégia Nacional (sic) de Defesa é um Plano, segundo a exposição que seus ministros formuladores apresentaram ao Presidente da República.

8. Sem dinheiro não há estratégia. É o caso em apreço.

9. O tal Estado-Maior Conjunto (sic) das Forças Armadas é esdrúxulo por concepção: um quatro-estrelas chefiando outros três quatro-estrelas! Para quê?

10. O dito Estado-Maior Conjunto (sic) é tentativa de copiar um modelo alienígena, com o objetivo não explícito de diminuir o poder dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Para terminar, lembro a todos: **PROFISSIONAIS NÃO SE IMPROVISAM!** Então, por que não nomear um Almirante-de-Esquadra ou um General-de-Exército ou um Tenente-Brigadeiro para ser o Ministro da Defesa? Ah, eles não confiam? Por quê? E nós, confiamos? Por quê? Somos obrigados a confiar? Por quê?Até quando?

Que Deus nos abençoe!

Bibliografia

Brasil. Decreto Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

_____. Exposição de Motivos Interministerial nº 00437/MD/SAE-PR, de 17 de dezembro de 2008.

_____. Estratégia Nacional de Defesa, anexa ao Decreto Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

_____. Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto nº 5484, de 30 Jun 05. Em: www.defesa.org.gov.br.

Smith, General Rupert. The Utility of Force. New York, 2007.

Lassalle e os Direitos Humanos

Paulo Nathanael Pereira de Souza

A propósito da polêmica que, hoje, varre o país, nos meios políticos e acadêmicos, provocada pelo programa contido no documento intitulado PNDH-3, elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, aproveitei para reler uma pequena jóia, que guardo há decênios em minha biblioteca, a obra clássica de Ferdinand Lassalle: "Que é uma Constituição?" E o que diz o mestre que, apesar de suas simpatias socialistas, era antes de mais nada um cientista social e um servidor da inteligência supra ideológica (afinal todos sabem que as ideologias são modos parciais de pensar dos quase pensadores)? Diz, em suma, que "a verdadeira constituição de um país somente tem por base os fatores reais e efetivos do poder e que as constituições escritas não têm valor, nem são duráveis, a não ser que exprimam fielmente os fatores do poder que imperam na realidade social". Diz mais: "Pode-se plantar no quintal uma macieira e fixar no seu tronco um papel dizendo – "Está árvore é uma figueira" – ;bastará esse papel para que ocorra a sonhada metamorfose? Os frutos da árvore quando chegassem negariam o cartaz nela pregado." Isto serve para as constituições, que não atendem, na sua estrutura, os fatores reais e efetivos de poder de um país, isto porque esses fatores "que atuam no seio de cada comunidade são essa força ativa e eficaz, que informa todas as leis e instituições jurídicas da sociedade, determinando que não possam ser, em substância, a não ser tal como elas são."

Assim como as constituições, toda revolução (ou reforma extremada) que se fizer na estrutura sócio-política de um povo, para atender ao romantismo juvenil (Lênin chamou-o de doença infantil) de militares, não se sustentará, se esses fatores reais de poder não forem levados em conta. Isso é tão indispensável, que a "Revolução dos Bichos", de George Orwell, demonstrou como que os vitoriosos em seu levante contra os humanos, caíram de início, na anarquia da transitoriedade do novo regime, só readquirindo alguma estabilidade, quando passaram a praticar os mesmos "erros", que combatiam antes da troca de poder...

Essas reflexões me ocorrem, enquanto leio o documento, que ensarta receitas detalhadas de como devem os governos proceder para zerar a injustiça supostamente praticada por todos contra minorias sociais brasileiras, ainda não inteiramente incluídas nos chamados benefícios civilizatórios. São propostas compreensíveis quanto à ânsia dos autores para implantar pontos de vista doutrinários, em que acreditam, mas serão projetos factíveis tendo em conta as condições atuais do país? E, ainda, que o fossem, o modo de fazê-lo porventura terá levado em conta a opinião de quase 200 milhões de componentes da sociedade brasileira, visto que nem sequer 1% desse total aprovou tais propostas e assim mesmo, nesses encontros de assembléismo, em que tantos votam sem sequer saber em que estão votando? Daí que seria muito prudente rever esse documento à luz de lições de bom senso político, como as que permeiam a doutrina constitucionalista de Ferdinand Lassalle, oferecida ao mundo

O autor é Membro das Academias Brasileiras de Filosofia e de Educação e da Academia Paulista de Letras.

Considerações Geopolíticas sobre a Península da Coreia

Marcelo Hecksher

Considerando-se as origens, poder-se-ia dizer que a Coreia do Norte é para a Coreia do Sul o que representa Taiwan para a China.

Ambas foram consequência da divisão do mundo em áreas de influência para o pós-guerra, divisão definida nas conferências de Yalta e Potsdan.

Nessa divisão, a China passou a ser considerada área de influência norte-americana, em função do apoio do governo americano ao governo republicano de Chiang-Kay-Shek. Durante a Guerra, o Exército Vermelho, então sobre o comando de Mao, lutou como aliado dos republicanos.

A Europa Oriental foi designada como área de influência soviética. Norte da África, área de influência Inglesa e Francesa. Indochina, influência Francesa e Inglesa nas colônias anteriores à Guerra (Índia, por exemplo).

Na Segunda Guerra Mundial, os coreanos lutaram ao lado das tropas chinesas contra o Japão. Isso fez com que os aliados aprovassem e apoiassem a Independência da Coreia, sob o jugo japonês, a partir de uma resolução firmada na Conferência do Cairo em 1943.

Contudo, na divisão de áreas de influência, em Potsdan, a Coreia foi dividida em Norte e Sul, a partir do paralelo 38º N. O Norte foi determinado como área de influência soviética e o Sul como área de influência norte-americana.

A artificialidade da divisão do mundo em área de influências, como sabemos, não sobreviveu aos movimentos nacionalistas e anticolonialistas. Algumas regiões, mantidas sob o jugo da ditadura comunista, resistiram até a queda do muro de Berlin. As colônias caíram antes.

No final da II Grande Guerra, os soviéticos, até então ausentes nos combates na Ásia, invadiram a Manchúria, a mais desenvolvida província chinesa, que se encontrava sob o domínio japonês, utilizando-se do governo títere de Manchuco com o imperador Aisin-Gioro Puyi no poder. Os soviéticos massacraram os japoneses e entregaram a província para o Exército Vermelho de Mao.

Essa manobra não havia sido prevista pelos americanos. Além de possibilitar a presença dos soviéticos na rendição japonesa no USS Missouri, possibilitou aos comunistas chineses iniciarem a marcha da revolução, que culminou com a expulsão dos republicanos e seus aliados norte-americanos, para Taiwan.

Delegação japonesa no Missouri.

Esta ilha, que durante a Guerra estava sob o domínio japonês, foi tomada pelos republicanos chineses do Kuomintang, após a rendição japonesa. Desde 1947, o Generalíssimo impôs a ilha, com o beneplácito dos EUA, um regime ditatorial, baseado no pressuposto que os chineses da ilha haviam cooperado com os invasores japoneses. Um marco, lembrado até hoje na ilha, foi o chamado incidente de 29 de Fevereiro de 1947, quando o Kuomintang massacrou 20.000 taiwaneses.

Assim, a China, em 01 de outubro de 1949, deixava de ser área de influência americana, com a vitória da Revolução Comunista e a proclamação da República Popular da China, por Mao.

A reação americana a perda de influência na Ásia passou a ser uma atitude pró-ativa em relação a qualquer tentativa de expansão do regime comunista na região. O mesmo aconteceu com os ingleses, fomentando a revolta no Tibet a partir da Índia.

A Península da Coreia, terminada a Segunda Guerra Mundial, foi ocupada por tropas estrangeiras, seguindo o acordo de Potsdan: os soviéticos acima do paralelo 38 e os norte-americanos abaixo.

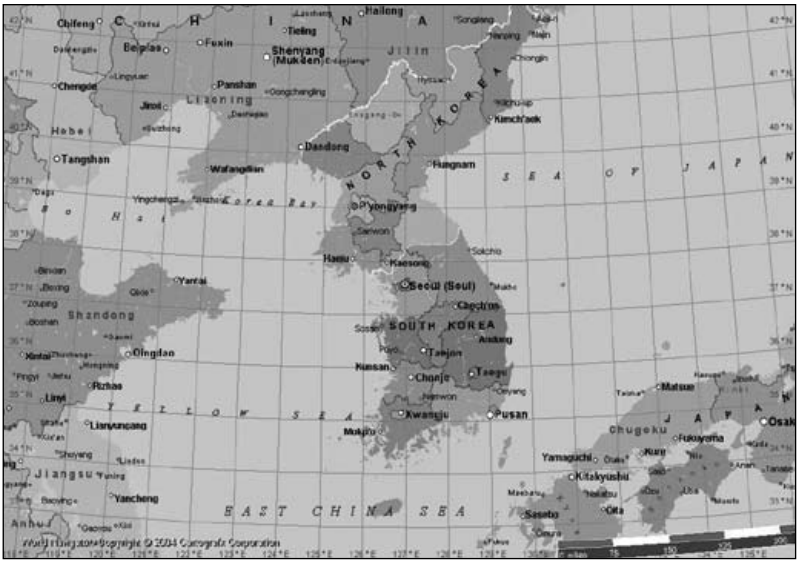
Essa ocupação tinha como pretexto garantir a liberdade da Coreia, eliminando-se, por completo, qualquer possibilidade da presença japonesa.

No entanto, essa divisão e a ocupação militar refletia o início da Guerra Fria, ou seja, o início da disputa imperialista entre as duas superpotências. Ao ocupar a região norte, os soviéticos pretendiam expandir seu modelo socioeconômico e político, enquanto que os EUA pretendiam consolidar sua influência em regiões consideradas estratégicas no extremo oriente. Já era possível prever que a unificação não ocorreria, os interesses das potências separaria os coreanos.

Em 1947, formaram-se dois governos, sendo que apenas o do Sul foi reconhecido pela O.N.U. No ano seguinte constituíram-se dois Estados autônomos: A República Popular Democrática da Coreia (ao Norte com o sistema comunista) e a República da Coreia (ao Sul, com o sistema capitalista). Em 1949, a maior parte das tropas estrangeiras retirou-se do país[1].

Após várias tentativas de golpe sobre o regime de governo da Coreia do Sul, os Coreanos do Norte cruzaram o Paralelo 38 e invadiram a Coreia do Sul, em 25 de julho de 1950, e tomaram Seul no mesmo dia. Seul fica a cerca de 40 km da fronteira.

Os Coreanos do Sul e os americanos que os apoiavam, foram empurrados pela Península e cercados em Pusan, ao sul da Península.



[1] *Retirado do site http://www.historianet.com.br/ acesso em 25 de maio de 2010.*

Em 15 de setembro, os americanos, sob o comando do General Douglas de Mac Arthur, desembarcaram em Inchon, cidade no litoral a Oeste de Seoul. Essa campanha, não só reconquistou o Sul como prosseguiu por todo o território do Norte, só parando na fronteira com a China, no Rio Yalu

A República Popular da China não queria ter os americanos na sua fronteira. Aos soviéticos, tidos como patrocinadores do governo chinês, não interessava ver a influência norte-americana se fortalecer na região.

Em 7 de novembro de 1950, a China entrou na guerra, socorrendo seus aliados com 5 divisões de infantaria. Mesmo tendo sido considerada agressora pela ONU, os chineses e norte-coreanos prosseguiram, levando a guerra a todo o território do sul.

Enfrentando o frio e os chineses

Nesse mesmo mês, os americanos desembarcaram em Wosan, na Costa Leste da Coreia do Norte, pretendendo dominar a área dos reservatórios de Chosin. Foram rechassados pelo 13º Exército Chinês, sendo perseguidos em direção ao Sul. Nesse combate morreram 718 e foram feridos 3.508 mariners.

Em janeiro de 1951, após reequipar suas forças, os americanos iniciaram um poderoso contra-ataque, em longa frente, com amplo suporte de fogo de artilharia, que empurrou os norte-coreanos e chineses de volta a linha do Paralelo 38. Os chineses e seus aliados sofreram mais de 70 mil baixas nesse período.

Os combates, por longos 18 meses, passaram a ser caracterizados, até o armistício, por pequenas escaramuças, em ações de defesa dos pontos estratégicos conquistados. A Guerra assumiu a feição da guerra de trincheiras da Primeira Grande Guerra, enquanto transcorriam as negociações na ONU, até mesmo pela característica de grandes perdas de vida, de lado a lado. Temia-se o desencadeamento de novo conflito global.

MIGs chineses decolando para o combate

Em 27 de julho de 1953 foi assinado o armistício. A Guerra da Coreia é interrompida com os limites das duas Coreias, mais ou menos, como em seu início.

A assinatura desse armistício não significou o fim do conflito. Esse é latente, desde então, na península. Inúmeros incidentes têm sido registrados.

Túneis escavados sob a fronteira, a partir do Norte, foram interceptados pelo Sul. Incursões de tropas de comando foram executadas. O aquartelamento americano na Zona Desmilitarizada é chamado de Camp Boniface, capitão do exercíto americano, morto por incursores norte-coreanos no local.

Ponte do Não Retorno

Na vila de Panmunjon, na chamada Zona Desmilitarizada, estão localizadas as instalações da chamada Área de Segurança Comum. Também nesse local está a chamada "Ponte do Não Retorno". Por ela passaram os Coreanos, do Norte e do Sul, definindo de que lado iriam permanecer, após o fechamento da fronteira. O resultado é o drama social vivido por inúmeras famílias, separadas por um conflito que dividiu, por razões alheias à vontade do povo, famílias que nunca mais se encontraram.

De um lado e do outro, existe uma enorme concentração de tropas e armamento diverso. As atitudes de confronto entre os sentinelas são constantes.

A agressividade entre os sentinelas é mais sentida no lado Sul. Na foto abaixo, observe-se o sentinela do Sul em atitude defensiva de luta marcial, com apenas metade do corpo visível na esquina do barracão. Nessa posição permanecem todo o dia. No lado Norte, os soldados são menos "marciais", tanto pelos uniformes monótonos (o mesmo para qualquer ocasião), quanto por seus corpos desgastados pela pouca comida e, certamente, uma vida na caserna bastante severa.

Barracões de negociação

Os barracões de negociação são pontos turísticos de visitas, no lado da Coreia do Sul. A "fronteira", no interior desses barracões, é delimitada pelo fio do microfone sobre a mesa.

Quando da visita ao interior do barracão, de um lado e de outros, um sentinela entra junto e fecha a porta de acesso do lado oposto. É comum os norte-coreanos chegarem até as janelas laterais e colarem seus rostos no vidro para examinar os visitantes.

No interior de um barracão

De cada lado da fronteira existe um mastro com a bandeira nacional. A cada aumento do mastro de um lado, correspondia o aumento de bandeira do vizinho. Assim, na RDPC está localizado o maior mastro de bandeira do mundo, com cerca de 200 m de altura.

Bandeira da RDPC

Os prédios avistados ao lado da bandeira são de uma cidade fantasma contruída pelos coreanos do norte. À noite as luzes da cidade e dos prédios são acesas, para aparentar algum movimento. Essa cidade se opõe a vila de agricultores montada pelos coreanos do sul, a vila de Panmunjon. Os coreanos do sul são pagos pelo governo para residirem na vila, dando à vila um aspecto de normalidade e produtividade.

Nas montanhas ao fundo da foto da bandeira, são posicionados grandes autofalantes que transmitem, durante o dia e em ocasiões especiais (visitas importantes do lado Sul, por exemplo), hinos, músicas marciais e discursos do "Grande Líder".

Essas ações de propaganda são contrapostas pela contra-propaganda do Sul, com altofalantes exortando o norte-coreanos para as diferenças da vida nos dois países.

Quem conhece a Coreia do Sul e conviveu com o seu povo, tem a convicção que a grande maioria deseja a reunificação, como ocorrida na Alemanha pós-muro de Berlin.

Quais os fatores que podem contribuir para esse estado beligerante latente? Contribuir a ponto do governo do Sul realizar treinamentos sequenciais de evacuação da capital, prevendo um ataque de surpresa do Norte; para que se mantenha em quartos de hotel cordas para possibilitar a fuga pelas janelas; se mantenham ninhos de metralhadora e outras posições defensivas ao longo das estradas que demandam a fronteira; se admita mais de 30 mil efetivos norte-americanos em bases em terra, inclusive na capital; se admita, como uma situação normal, militares americanos em farda de combate camuflada transitando no Lotte, o mais sofisticado shopping center de Seoul, como se estivessem em Coronado, na Califórnia.

A situação de beligerância na Península da Coreia pode ser considerada como conveniente:

- Para os EUA, uma vez que lhes permite manter 37 mil efetivos na península, sem considerar os efetivos dos navios de guerra. Assim, se mantém influente na área.

- Para os militares da Coreia do Sul, o estado de beligerância lhes confere *status* e distinção nacional que não teriam em outra situação.

Obriga o governo a manter vultosos investimentos nas Forças Sul-Coreanas, acarretando bom pagamento e prestígio.

- Para os Chineses, uma vez que mantêm os coreanos do sul e norte-americanos afastados da fronteira da China.

Tal situação não interessa, contudo, ao povo coreano, do sul e do norte. O armistício realizado, como já foi dito, separou famílias desde aquela data. Não existem razões culturais, históricas, econômicas ou políticas, razoáveis, para que a unificação não seja tentada. Assim pensava o ex-presidente da Coreia do Sul, Kim Dae Jong. Durante o seu governo a fronteira foi aberta e famílias separadas a mais de 50 anos puderam se reencontrar.

Kim Dae Jong só foi eleito na sua quarta tentativa. Na sua terceira tentativa, estava no Japão, realizando uma conferência durante a campanha. Como sua plataforma política tratava da reunificação, sendo as Forças Armadas Sul-Coreanas contrárias, ele foi sequestrado no Japão, pelo Serviço de Inteligência sul-coreano, e torturado, para confessar seu envolvimento com políticos do norte. Essas torturas lhe valeram um defeito na perna, que carregou pelo resto da vida.

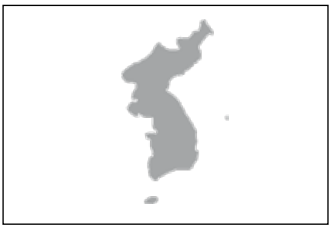
Ao ser eleito presidente na sua quarta tentativa, muito favorecido por escândalo de corrupção no governo, dizia-se que as Forças Armadas não o deixariam assumir. Em atitude de verdadeiro estadista, nomeou o chefe do serviço de inteligência que o havia torturado como Ministro da Defesa. Assim governou e pôs em prática seu plano de reunificação, à revelia das Forças Armadas e dos EUA.

Na tentativa de se reeleger, foi derrotado, pelas mesmas razões da sua vitória: seu filho foi envolvido em escândalo de corrupção e ele desistiu da reeleição.

No Norte, pode-se dizer que o país é prisioneiro de seu próprio regime ditatorial. A irmã do Sul é desenvolvida economicamente. O Norte é pobre e seu povo totalmente dominado pelo espírito do Grande Líder e por seu filho e sucessor. O medo e a vigilância policial são constantes, aliados à propaganda sustentada por ações belicosas contra o sul, como o recente ataque ao navio sul-coreano, mostrado ao povo (sem nenhum acesso a mídia ocidental ou do sul) como reação a ataque imperialista.

Assim como o povo chinês só se considerará totalmente soberano quando anexar Taiwan ao território continental, o coreano só se considerará completo quando reunificar a península.

As razões de ambas as separações remontam à divisão do mundo para o pós-guerra, feita pelos aliados em Yalta e Potsdan.



Bandeira da reunificação das Coreias.
Utilizada em eventos esportivos em que participam juntas.

O autor é Coronel-Aviador e Mestre em Ciências Aeroespaciais.
Foi Adido das Forças Armadas na China e na Coreia.

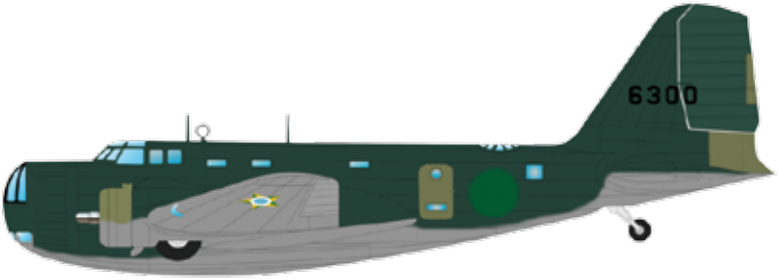
O Douglas B-18 "Bolo" na Força Aérea Brasileira

Aparecido Camazano Alamino

Histórico e Desenvolvimento da Aeronave

A necessidade de substituição dos bombardeiros *Martin* B-10 no inventário do *United States Army Air Corps* (USAAC – Corpo Aéreo do Exército dos Estados Unidos), levou à realização de uma concorrência em 1934 entre as principais fabricantes de aeronaves dos Estados Unidos. Em maio do mesmo ano, foram divulgadas as especificações do USAAC para o novo aparelho: ser multimotor (pelo menos dois motores à época), transportar uma tonelada de bombas a uma velocidade de 354 km por hora, a 3 mil metros de altitude, a uma distância superior a 3.218 km e com uma autonomia acima de 10 hs de voo.

Os aparelhos participantes da concorrência foram o *Martin* 146, o *Boeing* 299 (posteriormente designado B-17) e o Douglas DB-1 (*Douglas Bomber* 1 – 1º Bombardeiro da Douglas). Como o *Martin* 146 era um modelo aperfeiçoado do obsoleto *Martin* B-10 e o *Boeing* 299 sofreu um acidente fatal em um voo de testes do *Army*, o aparelho vencedor da contenda foi o Douglas DB-1.



B-18 FAB 6300 com o padrão de pintura de 12 jun. 1942

O projeto do Douglas DB-1 era baseado no desenho do avião comercial Douglas DC-2, empregando as suas asas e a sua empenagem, que acolhiam uma bojuda fuselagem que continha o *bomb bay* (compartimento de bombas), a cabina e uma seção central. Estava equipado com dois motores *Wright* R-1820-45 *Cyclones* de 930 HP.

Após vencer a concorrência, imediatamente foram encomendados 133 aparelhos, ai incluídos os protótipos. O USAAC designou o novo bombardeiro como B-18 em janeiro de 1936, que também recebeu o sugestivo nome de "Bolo". Seu voo inaugural ocorreu em abril de 1935.

As primeiras unidades do USAAC receberam o B-18 em 1937, que passou a ser o principal bombardeiro de longo alcance do *Army*. Em 10 de junho de 1937, foi concretizada uma nova encomenda, agora de 177 aparelhos B-18A, que já incorporavam novos motores *Wright* R-1820-53 de 1.000 HP e outros aperfeiçoamentos. O seu primeiro voo ocorreu em 15 de abril de 1938. Ainda em junho de 1937, mais 78 B-18A foram encomendados, elevando o total desse aparelho para 255 unidades. Todavia, os últimos 38 aviões foram construídos como Douglas B-23 *Dragon*, que seria o substituto natural dos B-18, cujo primeiro avião realizou o seu voo inaugural em 27 de julho de 1939.

Durante o ataque japonês a *Pearl Harbor*, em 7 de dezembro de 1941, a maioria dos 33 aparelhos B-18 que estavam estacionados em *Hickam Field* (5º e 11º *Bombardment Groups*) foi destruída pelos japoneses, o que ocasionou, em curto prazo, a sua substituição pelos recém-incorporados *Boeing* B-17 "Fortalezas Voadoras", que, ironicamente, ele havia vencido como modelo 299, na concorrência de 1935.

No decorrer da guerra, 122 aviões B-18A foram modificados em 1942 para a realização de missões de patrulhamento marítimo, recebendo um radar de busca no "nariz" SCR-517-T-4 ASV (*air to surface vessel*) e um detector de anomalias magnéticas (DAM) Mk IV na cauda, bem como a designação de B-18B. Durante suas missões de patrulhamento no Atlântico Norte, os Bolos afundaram dois submarinos alemães (U-654 em 22/8/1942 e U-512 em 2/10/1942). Suas atividades anti-submarinas foram encerradas em 1943, quando foram substituídos pelos PB-4 (B-24) *Liberator*.

Além dos Estados Unidos, o Bolo também foi utilizado pelo Brasil e pelo Canadá, que empregou 20 aparelhos em missões de patrulhamento marítimo e, posteriormente, em atividades de transporte aéreo.

Assim, mesmo com a sua estranha e bojuda fuselagem, o B-18 Bolo teve uma significativa participação no esforço de guerra norte-americano no início das hostilidades. Todavia, o desenvolvimento de novas aeronaves mais modernas, velozes e melhor equipadas, decretou a aposentadoria prematura desse desconhecido aparelho.

O Douglas B-18 na Força Aérea Brasileira

Com o envolvimento do Brasil na 2ª Guerra Mundial, o governo norte-americano, cumprindo os acordos efetivados com o governo brasileiro, imediatamente começou a transferir aviões pela Lei de Empréstimo e Arrendamento (*Lend Lease*), de todas as especialidades, para reforçar as defesas do território brasileiro e fazer a proteção dos navios mercantes e dos comboios, que se dirigiam ou que vinham dos Estados Unidos, transportando matéria-prima para o esforço de guerra aliado.

Objetivando adaptar os pilotos militares brasileiros aos aparelhos que eram recebidos dos Estados Unidos, em 4 de fevereiro de 1942, foi criado em Fortaleza – CE, pela Portaria nº 12, o Agrupamento de Aviões de Adaptação (**AAA**), equipado com aparelhos de caça *Curtiss* P-36A e *Curtiss* P-40E, bem como os bombardeiros *North American* B-25B *Mitchell* e Douglas B-18 "Bolo".

A Força Aérea Brasileira (FAB) recebeu dois aviões Douglas B-18 "Bolo", trazidos em voo por pilotos norte-americanos e destinados ao AAA. Os aparelhos, matriculados FAB 7032 (recebido em 4 de abril de 1942) e 6300 (incorporado em meados de abril do mesmo ano) participavam da instrução dos tripulantes brasileiros e também realizavam missões de reconhecimento marítimo em toda a área marítima do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, sendo operados por tripulações mistas (oficiais e graduados norte-americanos e brasileiros).

Assim que a operação das aeronaves foi assimilada pelos tripulantes brasileiros, o AAA foi desativado e os aviões foram distribuídos para diversas bases no Nordeste do Brasil, sendo o B-18 FAB 6300 (ex-USAAC 36-300) destinado para o Grupo de Aviões Bimotores (GAB) criado em Natal – RN, sendo utilizado em missões de reconhecimento e de patrulhamento marítimo por todo o Nordeste Brasileiro, devido a sua grande autonomia.

B-18 Ataca Submarino Alemão

O primeiro ataque de uma aeronave Douglas B-18 da FAB contra um submarino alemão ocorreu em 8 de maio de 1943, às 12:10 hs, no litoral de Maceió – AL, quando o FAB 6300, do GAB de Natal, tripulado pelos 1º Ten.-Av. Zamir de Barros Pinto, Asp.-Av. Geraldo Labarthe Lebre, bem como os Sargentos Castro e Jayme, efetuou um ataque ao submarino alemão U-154, que havia atacado o navio mercante Motorcarline às 05:45 hs. O submarino navegava na superfície e ao ver o B-18 mergulhou imediatamente. O 6300 lançou duas bombas de profundidade e uma de instrução, que caíram à frente da esteira de espuma deixada na superfície pelo submarino, surgindo, após, uma enorme mancha de óleo no mar. O Bolo continuou sobrevoando o local por uma hora e o afundamento do submarino não foi confirmado.

Fontes: Relatório da Missão de Guerra - Livro Histórico da BARF

Os dois Bolos permaneceram operando na Base Aérea de Recife até o término da Guerra, quando, dentro do novo sistema de matrículas de quatro dígitos, adotado pela FAB em julho de 1945, foram matriculados como FAB 5026 (6300) e FAB 5027 (7032).

Em 18 de outubro de 1946, esses aviões foram transferidos para o Parque de Aeronáutica de São Paulo (PASP), a fim de serem dados de baixa do inventário da FAB. Como o FAB 5026 não tinha condições de se deslocar para São Paulo, o seu processo de descarga foi realizado em 10 de fevereiro de 1947 pelo Núcleo do Parque de Aeronáutica de Recife (NuPARF), onde foi desmontado.

Já o FAB 5027 acabou sendo destinado para instrução no solo na ETAv onde foi empregado até 1949, sendo, posteriormente, desmontado pelo PASP e sua matéria-prima alienada.

QUADRO GERAL DA OPERAÇÃO DO DOUGLAS B-18 NA FAB

Designação	Período	Quant.	Matrículas	Observação
B-18	1942 a 1947	02	FAB 5026 e 5027	Patrulhamento Marítimo e Reconhecimento
B-18A	1944 a 1955	01	FAB 5073	Instrução no solo
B-18	1947 a 1949	01	FAB 5027	Instrução no solo

Fontes: Arquivos do Autor - BANT - BARF - ETAv

O B-18 FAB 7032 estava com pintura camuflada no início de sua operação em 1942

O B-18 FAB 6300 permaneceu em Natal até 17 de novembro de 1944, quando foi transferido para a Base Aérea de Recife.

Já o B-18 FAB 7032 (ex-USAAC 37-032), que também estava no AAA, foi destinado para o Grupo de Aviões Bimotores de Recife, onde teve como tarefas principais a realização de missões de patrulhamento marítimo e reconhecimento. Para as missões de patrulhamento marítimo, os B-18 estavam equipados com visores de bombardeio *Stopey* D-8 e derivômetro B-3.

UNIDADES QUE OPERARAM O DOUGLAS B-18 NA FAB

UNIDADE	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
Agrup. Av. Adap. FZ	1942	Instrução e Patrulha Marítima
GpAvBim NT	1942 a 1944	Patrulhamento Marítimo - Reconhecimento
GpAvBim RF	1942 a 1944	Patrulhamento Marítimo - Reconhecimento
Base Aérea de Recife	1944 – 1946	Patrulhamento Marítimo - Reconhecimento
ETAv/EEAR	1944 a 1955	Instrução no Solo de Alunos

Fonte: Arquivos do Autor

B-18A de Instrução no Solo na ETAv

A FAB ainda recebeu um terceiro aparelho Douglas Bolo, agora da variante B-18A, que deixou *San Antonio* – Estados Unidos - em 8 de agosto de 1944, chegando ao Rio de Janeiro em 16 de agosto do mesmo ano. Tal avião, ex-USAAC 37-596, era cansado de guerra[1] e não voou na FAB. Foi destinado ao 1º Grupo Misto de Instrução (1º GMI) da Escola Técnica de Aviação (ETAv), onde permaneceu em atividades de instrução no solo dos alunos do Curso de Formação de Sargentos Especialistas.

Em 1947, o B-18 FAB 5027, que estava destinado para descarga no PASP, também foi destinado para as atividades de instrução no solo na ETAv, onde permaneceu até o final de 1949, quando foi descarregado e desmontado pelo PASP.

Com a incorporação da ETAv pela Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR) no início dos anos 1950, o B-18A, que fora matriculado como FAB 5073, acabou transferido para essa Escola, onde operou até 18 de julho de 1955, quando foi desativado e vendido como sucata.

O B-18A FAB 5073 do 1º GMI da ETAv

Como curiosidade, a FAB também receberia um quarto aparelho B-18 cansado de guerra, para uso em instrução no solo na ETAv. Durante o traslado, o avião 36-286 c/n 1674 acidentou-se em 18 de

[1] *Cansado de guerra: aeronave que, devido ao seu excessivo uso em atividades operacionais, ficou sem condições de ser utilizado em novas missões de guerra, normalmente servindo para lides de instrução no solo, com vistas à formação de técnicos e mecânicos de voo.*

fevereiro de 1945, a 7 km ao Sul da cidade de *San Jose da Guatemala*, ao realizar um pouso de emergência na praia, causando-lhe danos que ocasionaram a sua perda total. Em decorrência desse acidente, ele não foi incorporado à FAB e nem lhe foi alocada matrícula brasileira.

Assim, apesar de não ter sido um aparelho expressivo no inventário da FAB, o B-18 teve um bom desempenho na realização de suas missões de patrulhamento marítimo e reconhecimento, bem como para o esforço da formação dos novos sargentos da FAB, propiciando-lhes valiosa instrução no solo. Infelizmente, nenhum aparelho foi preservado no Brasil.

MISSÕES DE GUERRA REGISTRADAS PARA OS B-18 DA FAB
1º SEMESTRE 1943

Aeronave	Data	Horas Voadas	Local	Observação
B-18 6300	16/01/1943	05:35	Comboio	Voo de Cobertura
B-18 6300	19/01/1943	06:15	Comboio	Voo de Cobertura
B-18 6300	20/01/1943	03:50	Comboio BT-1	Voo de Cobertura
B-18 6300	25/01/1943	04:10	Comboio TB-1	Voo de Cobertura
B-18 6300	22/02/1943	05:20	Comboio	Voo de Cobertura
B-18 7032	26/3/1943	03:55	Comboio BT-8	Voo de Cobertura
B-18 6300	15/4/1943	04:05	Comboio BT-11	Voo de Cobertura
B-18 6300	22/4/1943	03:45	Recife	Patrulha
B-18 6300	24/4/1943	01:00	Recife	Patrulha
B-18 6300	25/4/1943	05:45	Recife	Patrulha
B-18 6300	28/4/1943	04:00	Recife	Patrulha
B-18 6300	8/5/1943	04:45	Maceió	Atq Sub U-154
B-18 7032	26/5/1943	03:40	Recife	Patrulha
B-18 6300	29/4/1943	05:05	Comboio TB-11	Voo de Cobertura
B-18 7032	18/6/1943	01:55	Recife	Treinamento de Blecaute
B-18 6300	23/7/1943	03:30	Natal	Patrulha

B-18 6300 da BANT – B-18 7032 da BARF – Fonte: Livro Histórico da BARF

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO DOUGLAS B-18/A BOLO:

	B-18 BOLO	B-18A BOLO
Tipo	Aeronave de Bombardeio, asa média, bimotor, monoplano, seis tripulantes.	Aeronave de Bombardeio, asa média, bimotor, monoplano, seis tripulantes.
Envergadura	27,28 m	27,28 m
Comprimento	17,62 m	17,62 m
Altura	4,62 m	4,62 m
Superfície Alar	89,10 m²	89,10 m²
Velocidade Máxima	348 km/h	346 km/h a 3.000 m
Peso Vazio	7.403 kg	7.410 kg
Peso Máximo	12.552 kg	12.552 kg
Razão de Subida	334 m/min	312 m/min
Teto Máximo	7.285 m	7.800 m
Alcance	1.450 km	1.850 km
Grupo Propulsor	02 *Wright Cyclone* R-1820-45, de 930 hp	02 *Wright Cyclone* R-1820-53, de 1.000 hp
Armamento	3 metralhadoras *Browning* .30 (1 na torre do nariz, 1 no dorso e 1 no ventre). Até 3 mil kg de bombas acondicionadas no *bomb bay*.	3 metralhadoras *Browning* .30 (1 na torre do nariz, 1 no dorso e 1 no ventre). Até 3 mil kg de bombas acondicionadas no *bomb bay*.

Fontes: Douglas Aircraft Company - Arquivos do Autor

FROTA COMPLETA DOS DOUGLAS B-18/A BOLO DA FAB

Ordem	Aeronave	Nº Constr./ Ex-USAAC	Data de Recebimento	Observação
01	FAB 5026	1688 (36-300)	Abr/1942	Desativado 10/2/1947 – Sucata
02	FAB 5027	1893 (37-032)	04/4/1942	Desativado 12/1949 – Sucata
03	FAB 5073	2596 (37-596)	16/8/1944	Desativado 18/7/1955 – Sucata

Fontes: Arquivos do Autor - BANT - BARF - ETAv

Desenhos: Rudnei Dias da Cunha

Quem teme o crescimento?

Paulo Nogueira Batista Júnior

Não faz muito tempo, prevalecia certo pessimismo sobre as perspectivas de crescimento do Brasil. A economia crescia pouco ou nada. Economistas influentes, aqui e no exterior, afirmavam que o nosso "crescimento potencial" era da ordem de 3% apenas.

Agora, como se sabe, a preocupação dominante é a oposta: a economia estaria aquecida demais. A maioria dos economistas, pelo menos daqueles que têm acesso à mídia, pede que o governo tome novas medidas para conter o ímpeto de expansão da economia. Segundo algumas estimativas, o Brasil estaria crescendo em ritmo chinês, muito acima do nosso potencial.

Um dos problemas da argumentação dos economistas, leitor, é que as estimativas de produto potencial ou capacidade produtiva máxima são, do ponto de vista técnico, muito incertas. Muitos dos que sustentavam, há poucos anos, que o crescimento do nosso PIB potencial não passava de 3% já reviram para cima seus cálculos e admitem agora uma taxa da ordem de 4% ou mais. O *staff* do FMI, por exemplo, estima o crescimento potencial do Brasil em 4% a 4,5%. As técnicas de estimação do produto potencial se baseiam em parte nas taxas de crescimento observadas. As estimativas se adaptam, portanto, aos resultados que vão ocorrendo ao longo do tempo.

Tenho a impressão de que novas adaptações serão necessárias. Não me surpreenderia que, quando olharmos para trás, daqui a, digamos, cinco ou seis anos, o Brasil tenha crescido algo como 6% ao ano, em média - isso, claro, se não cometermos grandes erros de política econômica e não acontecer um agravamento dramático do quadro mundial.

Longe de mim descartar inteiramente os argumentos dos que temem um crescimento excessivo. Uma preocupação válida é a inflação. Outra é o risco de que uma expansão exuberante do crédito, alimentada por influxos de capital externo e outros fatores, leve à formação de bolhas nos mercados de ativos (bolsas, imóveis, câmbio). Uma terceira, e talvez a mais relevante no caso brasileiro, é o desequilíbrio das contas externas.

No que diz respeito à inflação, não há por enquanto motivos para alarme. As medidas de tendência da inflação, calculadas pelo Banco Central, estão subindo, mas não de forma dramática. A aceleração da inflação nos meses iniciais de 2010 se deve, em parte, a choques de oferta (chuvas e seus efeitos sobre os preços de alimentos, elevação dos preços das commodities no mercado mundial). As expectativas dos analistas de mercado, para os próximos 12 meses, não estão muito acima do centro da meta do Banco Central.

É verdade que esses mesmos analistas contam com uma alta adicional da taxa básica de juro. Por outro lado, parece razoável esperar que as medidas de contenção já tomadas pelo governo, nos campos monetário, creditício e fiscal, produzam alguma desaceleração da economia.

O mais preocupante talvez seja a contínua deterioração das contas externas. O déficit em conta corrente, embora ainda inferior ao que foi nos 1990 e no início da década atual, tem aumentado de forma rápida. Também aqui não há motivo para alarme - as reservas internacionais do país estão em torno de US$ 250 bilhões e a nossa capacidade de atrair investimentos diretos estrangeiros, uma forma relativamente estável de capital, é bastante considerável.

Mas parece claro que a combinação de altas taxas de crescimento do PIB e valorização do real está levando a uma ampliação problemática do desequilíbrio externo - problemática sobretudo quando se considera a instabilidade da economia internacional.

São problemas típicos das fases de crescimento. O Brasil tem condições de continuar crescendo de forma rápida. Não deve se deixar inibir pelos que têm medo do crescimento. Mas precisa, por outro lado, garantir a sustentação do crescimento ao longo do tempo, o que implica, entre outras coisas, controlar a inflação, administrar com cuidado as contas externas e evitar a formação de desequilíbrios nos mercados de ativos.

O autor é economista e diretor-executivo pelo Brasil e mais oito países no Fundo Monetário Internacional, mas expressa seus pontos de vista em caráter pessoal.

A Nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos

Gustavo Augusto Trompowski Heck

O Presidente Barack Obama acaba de divulgar a sua nova estratégia de segurança nacional seguindo determinação constitucional. Como afirmam os assessores e porta-vozes da Casa Branca, a nova proposta se distancia, e muito, da doutrina da guerra preventiva e do unilateralismo estabelecido por George Bush.

Para Ben Rhodes, vice-conselheiro nacional de segurança de Obama, "nosso foco é uma estratégia que amplie nossas fontes de influência no mundo e nos permita usá-las para fazer frente aos desafios do século XXI".

De fato, logo na introdução da nova estratégia está colocado que "o peso de um novo século não pode recair somente nos ombros dos Estados Unidos". Por isso mesmo, Obama fala em buscar uma parceria construtiva para além dos aliados tradicionais, com destaque para as potências emergentes como China, Índia, Rússia, Brasil e África do Sul, com o que seria possível fazer frente ao terrorismo internacional e doméstico e à proliferação nuclear.

Chega até mesmo a reconhecer, que o G8 deve ceder espaço ao G20, por ser este o grupo mais representativo para a discussão democrática dos impasses e conflitos no mundo atual. A nova doutrina, pelo que é dado a conhecer, enfatiza a diplomacia multilateral em detrimento da força militar.

De certa forma, o conceito de segurança nacional, agora apresentado, é mais amplo que o de Bush, na medida em que incorpora temas de ordem econômica e questões ligadas à educação, mudanças climáticas, energia e ciência, com destaque a redução do déficit do país, algo tido como essencial para por em ordem as contas públicas dos EUA.

Interessante notar que o combate ao terrorismo, segundo o documento em tela, teria início dentro do próprio território norte-americano contra os extremistas nascidos ou residentes no país,

certamente em razão do recente acontecimento na cidade de Nova Iorque, quando um simpatizante dos movimentos extremistas por pouco não concluiu um atentado de grandes proporções.

Contudo, em que pese à mudança de postura observada, os EUA continuam considerando a rede terrorista Al-Qaeda, a Coreia do Norte e o Irã como os grandes inimigos do Estado, algo que lembraria o famoso "eixo do mal" de George Bush. O próprio assessor presidencial John Brennan, admite que "se levará o combate contra os extremistas ali onde eles tramam seus planos e treinam, no Afeganistão, Paquistão, Iêmen, Somália e além", embora garanta que a força será usada "de maneira prudente".

Por outro lado, como está implícito na nova estratégia, os norte-americanos não pretendem renunciar da sua supremacia militar, considerada uma das bases de sua estratégia e imprescindível como fator de influência no exterior.

Vamos esperar, e dar tempo ao tempo, na esperança de que possamos observar, mais adiante, uma efetiva mudança de postura da nação americana, onde prevaleça o entendimento, e não o confronto militar para dirimir pendências.

Professor, M.Sc em Segurança e Defesa Hemisférica pela USAL/CID, M.Sc em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e Membro do Corpo Permanente da ESG.

Ufologia: onde se oculta o Poder Nacional

Antonio Celente Videira

Desde o Beduíno do deserto, passando pelo Devoto Medieval até chegar ao Cidadão Cibernético, o homem sempre foi dado a admirar o Céu. O Beduíno ansiava pela chegada dos seres mitológicos alados. O devoto Medieval atentava pela vinda dos anjos guardiões. Por fim, o Cidadão Cibernético aguarda os deuses-astronautas.

O Autor

Pode parecer contra-senso, mas hoje vivemos em um mundo absorvido pela informação. A Sociedade do Conhecimento atual derrama as mais belas lições sobre descobertas e invenções. A abundância informativa a respeito dos diversos matizes do saber torna-se espetacular. Nas bibliotecas, adormecem relevantes obras literárias capazes de colocarem o homem no seu apogeu da escalada evolutiva.

O cidadão desperto é o estado da incessante busca do iniciado. Entende-se por iniciado, neste caso, quem está envolto no torvelinho da vida. O professor, o militar, o advogado, o engenheiro, mas, também, o marceneiro, o enfermeiro e o estofador, bem como todos que estão sendo costurados por um mundo midiático repleto de informações.

Olhar o pulular dos acontecimentos, interpretando com a sórdida maiêutica dos sábios siderais, é algo que limita o universo dos que estão atentos aos fatos engalanados por uma mística deturpada e mentirosa.

O bombardeio de notícias fantasiosas e ilusionistas, às vezes expostas de forma propositada, reduzem o poder interpretativo da maioria das pessoas. Aliado a isso, a mediocridade dos ensaios e as produções da indústria do entretenimento, quer na televisão, quer no cinema ou no teatro e até mesmo na cultura popular provocam o adormecimento social e cultural da pobre humanidade.

Esse foi o motivo pelo qual o homem mais prudente ousou a se organizar em sociedades secretas, para tratar de assuntos que fugiam à compreensão da maioria.

As corporações de ofício, as guildas e as ordens associativas culminaram em inúmeras organizações fechadas que plasmam o mundo iniciático da atualidade. Rosacruzes, maçons, teosofistas, esotéricos culminam dessas vertentes do passado remoto.

É interessante dizer que o hermetismo de outrora não é mais selado pelos guardiões dos templos. A Sociedade do Conhecimento desmantelou as chaves e as travas que protegiam esses ensinamentos milenares. Tudo está exposto em diversificados canais da comunicação.

Parece que o hierofante, o sacerdote ou o cultor de ciências ocultas foram despojados de suas funções. A Internet, as livrarias, os sebos e os programas televisivos dos canais fechados expõem todo esse ensinamento.

Acontece que a iniciação agora não é mais feita nas câmaras herméticas ou nos templos iniciáticos. A verdadeira ritualística das câmaras de mistérios passou por profundas transformações. Isso pode parecer doloroso para os mestres e neófitos das grandes sociedades secretas, mas é a realidade.

Essa realidade é revestida do enlevado saber da consciência. Os ritos continuam com a sua formatação esotérica, porém a admissão aos intrincados parâmetros das escolas de sabedoria está no acordar para a beleza da erudição transcendental. A interligação das células dos saberes caracteriza o iniciado contemporâneo. Vislumbrar e refletir sobre as conectividades do conhecimento global é estar na plenitude com os mestres de sabedoria.

Reconhecer o elo, inter-relacionando a conectividade entre a matemática e a música, entre a química e a arte, entre a eletrônica e a política, entre a geografia e a literatura transforma o observador em super-homem.

A criatura vulgar ou medíocre, mesmo que passe por processos profundos de ordem sagrada, sob os cuidados dos vigilantes do templo, não será batizada em conformidade com o que se espera dos que pretendem possuir cosmovisão.

Identificar onde está à fonte do conhecimento é transmutar o ignoto. Interpretar o evento na sua essência, relacionando-os com outros é ampliar a consciência. Despojar-se de preconceitos ortodoxos, liberando resíduos emocionais do passado, é amalgamar a insolidez conjuntural, na construção de novos cenários frente à mutabilidade contínua do mundo.

O evento ufológico é a mais nova geografia delineadora dos casos que estão a construir a recente escola iniciática. Os discos voadores, cujas incidências incorporaram-se nos magistrais livros sagrados da antiguidade, vêm sofrendo banalização orquestrada por governos e entidades que não veem interesse em olhar o fenômeno de frente.

A ciência, a tecnologia e a inovação são armas que irão destronar essa avassaladora demarcação retrógrada, à medida que a luz das descobertas fragilize paradigmas fugazes, que não irão suportar o descortinar dos novos tempos.

Esse é o objetivo deste artigo, cujo eixo principal prima por uma análise racional da fenomenologia ufológica, diante do arroubo da ciência atual.

Ciência e Tecnologia - A Fronteira da Religiosidade

Na conjunção da busca pela inovação, o homem vem desbravando desafios incomensuráveis intelectivos, para o domínio e a pacificação dos anteparos que a fria matéria planetária o expõe.

Dominar e conhecer os segredos das leis naturais é o eterno caminhar desta criatura, que perambula sobre o orbe há alguns milhões de anos.

Desde a charrete, no final do século XIX, até visitar mundos no seu entorno, com sondas teleguiadas e telescópios espaciais, no entardecer do século XX, dá mostra que é capaz da extraordinária saga reservada aos deuses do Olimpo. É o Campo Elíseos, como metáfora da Era do Conhecimento, que esse homem, ao longo da sua história, tenta se assenhorear, como pináculo de toda uma conquista.

Microeletrônica, biogenética, nanotecnologia, telecomunicação sateletial são algumas das fronteiras do saber. Novas utilizações e aplicações de matéria-prima abrem-lhe possibilidades para escalar outras dimensões. É o silício como elemento de liga em fundição e biocondutor, é o zircônio como revestimento de auto-fornos e útil na indústria eletrônica, são as terras raras na confecção de pedras de isqueiros, mas, também, usadas na levitação magnética e na construção de aeronaves invisíveis, é o nióbio facilitador na construção de turbinas aeronáuticas, enfim, é no delineamento da estrutura atômica da matéria, para entender a ordenação molecular, com vista à obtenção de outras substâncias incógnitas, que surge o alquimista do século XXI.

O Sopro da Vida começa a ser decifrado por um ser que, à medida que adentra às entranhas da substância primordial, torna-se um devoto de um Deus Universal, construtor dos mundos visíveis e invisíveis. O seu estado de consciência amplia-se, provocando a neuroplasticidade do seu cérebro, como uma espiral evolutiva da sua inteligência. Por isso, é oportuno penetrar nos pensamentos de Louis Pauwels e Jacques Bergier, quando na belíssima obra **"O Despertar dos Mágicos"** afirmavam que:

> *"os cíclotrons são como as catedrais, a matemática como um cântico gregoriano, onde as transformações se operam, não apenas no seio da matéria, mas nos cérebros, onde as massas humanas de todas as cores se agitam, onde a interrogação do homem faz vibrar as suas antenas nos espaços cósmicos, onde a alma do planeta desperta".*

Eis aí o mais recente filho dos deuses, a compreender o milagre da ciência, relacionado à moderna religião. Não a religião dogmatizada ou fundamentalista, mas a reencarnada de essência religiosidade, inerente aos gigantes que marcaram a história das grandes descobertas e da profunda espiritualidade.

O respeito e a devoção por todo o movimento sinfônico da natureza, ao seu redor, faz dele um sacerdote das litúrgicas leis ambientais.

Vejam que, na biblioteca de pesquisa, culminam obras literárias a exalar o puro pensar, semelhante à estrutura intangível produzida pelo adepto, no seu retiro espiritual em prática meditativa. Hipácia, a última Diretora da Biblioteca de Alexandria, percebia essa magia. Os laboratórios, com seus ensaios e testes, é análogo ao monastério, quando seus noviços recolhem-se e jejuam. O observatório astronômico, ao apontar a tubeira do telescópio para o céu, vislumbra o maior santuário: O Universo.

Aquele que não perceber que a matemática influência a harmonia da arte, que esta, por sua vez, reflete na música que, em última instância, psicologicamente, exalta o sentimento de unidade, estará fora do diedro da evolução humana.

O compreender o milagre do conhecimento, ou seja, a mística do avanço da ciência, não distingue hiato entre religiosidade e tecnologia. Ambas são unas. Esse é o "insight" para a escalada do verdadeiro saber.

É justamente esse périplo da ciência que há de favorecer o marcante acontecimento do encontro de inteligências estelares, propiciando o alargamento mental da criatura humana. A inexorável conquista espacial levará ao grande encontro entre criaturas cósmicas, o que significará um novo sentido no viver.

Quem ainda não se apercebeu desse fato encontra-se em sono letárgico paralisado no palco da evolução. Os engolfados na trivialidade, cegos por não identificarem as potencialidades do homem, mantém-se como ameba verticalizada. O profano do misticismo científico emparedou-se com o reducionismo da Idade da Razão.

Veja quem tem olhos de ver e ouça quem tem ouvido de ouvir.

Atividade Espaciais - Limites e Cuidados

A década de 50 foi o marco da evolução da humanidade, em termos da conquista científica. Esses anos significaram a esquina da melhor visão do homem em relação ao horizonte temporal das suas possibilidades, diante das interrogações que ainda pairavam, principalmente sobre o encanto da estrutura atômica e do espaço sideral ao seu redor.

Era o batismo do *rock and roll* e da balada, mas, também, da conquista espacial. Russos e americanos se alternavam na descoberta aeroespacial, bem como na ousada aventura de galgar as alturas celestes.

Tudo isso se deveu ao pós-guerra, possibilitando a aplicação da tecnologia dual voltada aos interesses da sociedade civil, em época de paz.

O Centro de Controle de Voos Espaciais (CCVE) da União Soviética noticia o sucesso do Sputnik e a NASA lança os foguetes da série Atlas do Projeto Mercury. Os russos colocam Yuri Gagarin em órbita terráquea, para, logo a seguir, Alan Sherpard fazer a mesma epopeia do lado americano.

A tecnologia do motor à reação avançava de "vento em popa", culminando nas turbinas a jato. Estas, cada vez mais aperfeiçoadas, projetavam cápsulas ao espaço sideral, encenando os primórdios do domínio do espaço sideral.

Talvez tenha sido esse entusiasmo pelo desconhecido e a euforia em desenvolvê-lo que a divulgação ufológica toma dimensões avantajadas,

nas décadas de 50 e 60, uma vez que transparecia que um contato oficial, com inteligências extraterrenas, seria inevitável.

Ambos os lados não se preocupavam em noticiar seus feitos, a ponto da denominação "corrida espacial" impingir a informação bem articulada, com o fim de apresentar a supremacia de um país sobre o outro.

O método da guerra psicológica que fora adotado por Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda do Terceiro Reich, na Segunda Grande Guerra, apresentava cenários favoráveis aos alemães. Os americanos capitularam no Vietnã porque a "telinha" da televisão mostrava, em horário nobre, os filhos da classe média americana tombarem na selva do Sudeste Asiático, tornando-se assim uma propaganda negativa para o governo.

Percebe-se que a mídia é, atualmente, uma "faca de duas lâminas".

Esse foi o motivo pelo qual todo esforço em alcançar o nosso satélite era transmitida em tempo real, principalmente pelo lado dos norte-americanos. Apesar das telecomunicações serem precárias, no Brasil e em outros países, chegavam os feitos heróicos do complexo espacial dos Estados Unidos, mostrando a sua grandiosidade, em termos tecnológicos.

Vejam a beleza da mensagem dos tripulantes da Apollo 8, na antevéspera do Natal de 1968, na voz do astronauta Frank Borman que, ao vislumbrar a Terra do espaço, repaginou um fato da Gênese Bíblica e exclamou:

> *"No princípio, Deus criou os céus e a terra. A terra estava sem forma e era vazia. Deus disse: faça-se a Luz! E a luz foi feita". E concluiu: Deus abençoe a todos vocês. Todos que estão na boa Terra.*

As palavras de Borman soou como se fosse uma melodia sagrada, diante da beleza das profundezas do Cosmos e os efeitos da Astronáutica. Tudo de místico havia nas afirmações daquele astronauta

Outra mensagem exitosa, na guerra das informações, foi o telefonema do Presidente Richard Nixon aos astronautas da Apollo 11, por ocasião da primeira alunissagem:

> *"Com certeza é a ligação mais histórica já feita. Não tenho palavras para expressar o orgulho que todos sentimos. Para os americanos este deve ser o dia de maior orgulho de suas vidas. Durante um instante inestimável da história, todas as pessoas neste Planeta são realmente uma."*

Não é difícil entender que ambas as alocuções eram revestidas do mais profundo senso de religiosidade, já que conclamavam pela união da raça humana, no seu despertar para a magia dos enigmas do Universo.

Mas é a aquiescência para com a transmissão direta da conquista espacial e a eclosão de mensagens como as de Frank Borman e Richard Nixon, que asseguravam a vitória norte-americana, no certame do espaço, mas, em contrapartida, surgia o vazamento de outras notícias, como por exemplo, as aparições de UFO's em todo o mundo.

Ocorrências ufológicas eram noticiadas nos EEUU, Inglaterra, Japão, México, Austrália, Canadá e tantos outros.

No Brasil, o Cel Av João Adil Oliveira, em íntima ligação com os ufólogos da época, analisava o que ocorria em nossos céus. O Sistema de Identificação de Objetos Aéreos não Identificados (SIOANI), órgão oficial da FAB para a pesquisa ufológica, sob a supervisão do Maj Brig Ar José Vaz da Silva, no final dos anos 60, investigava as ocorrências dos insólitos.

Todos os canais da mídia, naqueles anos dourados, noticiavam os ditos discos voadores, dando um ar de intimidade sobre o fato em si.

A percepção imediata da ausência de vida na Lua e nos planetas do Sistema Solar, principalmente em Marte, fez com que o suposto poder mundial, mudasse a sua postura, optando por uma atitude retraída de aquietação e de até sonegação da informação. Era interessante manter o "status quo", a fim de prevalecer à continuidade do "establishment".

A partir desse momento, os voos interplanetários e a própria convivência nas estações espaciais passaram a ser revestidas de fecundo obscurantismo, no que tange aos pequenos acontecimentos durante as missões. As transmissões se limitaram ao Centro de Controle de Houston, podendo este órgão, após filtragem, liberar apenas o que era permitido.

Inicia-se, desta forma, o tolhimento de informações relativas aos voos tripulados. A vivência dos astronautas já não podia ser vazada ao público. A blindagem por tudo que ocorria além da nossa

atmosfera era a nova palavra de ordem. Começa o hermetismo de fatos inusitados que dariam outro sentido. A mais nova sociedade secreta nascia, em plena era interplanetária. Como as corporações da Idade Média e, em especial, a dos pedreiros livres, que ocultavam o significado das dimensões das velhas catedrais e palácios, agora era vez de se enclausurar conhecimentos anômolos que ocorriam nas fronteiras da escuridão cósmica.

Surge uma diminuta casta de especialistas exclusivos por compreender as condições de habitabilidade dos mundos circunvizinhos, em substituição aos sacerdotes dos templos sagrados de outrora.

Parece que a onírica aventura do homem milenar, em intimidar-se com as estrelas, inicia o seu curso. É a apoteose de criatura humana no alcance do seu novo patamar: O Cosmos.

Lamentavelmente, essa vitória, traduzida na amplitude da nova percepção, não difere do passado, é restrita a alguns.

Logo, o ocultamento de nuances das superfícies da Lua e de Marte, bem como de eventos obscuros do espaço, relacionados aos possíveis UFO's, estão encerradas nas agências espaciais dos países que dominam a Astronáutica, negando aquelas informações à raça humana.

Ufologia e sua Relação com a Carreira Profissional

A história da pesquisa ufológica contém um amontoado de casos emblemáticos em que pessoas envolvidas foram marcadas, por se interessarem por um assunto profundamente controverso. Depoimentos de autoridades e outros segmentos sociais, no mundo inteiro, ao referenciarem sobre avistamento, mobilizaram interesse com repercussões significativas, em um primeiro momento, para, em seguida, serem alvo de sutil deboche.

Por que o noticiário sobre ufologia permeia a fronteira da zombaria? Qual o sentido da negação do fenômeno, quando esbarra na esfera do Poder Público? É prudente uma pessoa que goza de prestígio se omitir diante de uma experiência pessoal com UFO's?

Esses e outros questionamentos são embasamentos para promover ou instituir análises, as mais profundas, sobre um assunto de significância relevante à humanidade atual.

De certa forma, o tema ufológico, no âmbito dos governos, é tratado com severo cuidado, para não evadir-se na direção do ridículo e da gozação.

Um dos pesquisadores que melhor expressa esse sentimento é o inglês Nick Pope e autor da obra "Céus Abertos, Mente Fechada". Pope foi funcionário do Ministério da Defesa do Reino Unido e, no período de 1991 a 1994, exerceu a função de Chefe do Departamento Air Staff2 (AS2), um setor que trata dos relatos sobre OVNI's feitos ao Governo.

Sua experiência foi exuberante, desde chefes que pouco se interessavam pelo assunto até o enfrentamento de uma mídia irônica, a ponto de titular crônicas como "Será sua Sogra uma Alienígena?" ou "Um OVNI Vagabundo Roubou meu Calção" e outros títulos, cujo objetivo era o descrédito, imediatamente após as ocorrências marcantes de luzes noturnos nos céus da Inglaterra.

Interessante é que Nick Pope transitava, entre esses dois extremos, com militares e funcionários civis simpáticos à fenomenologia, mas revestidos de reserva quanto à demonstração de suas reciprocidades ao estudo.

Só podemos inferir que o medo do ridículo leva a uma genuína barreira impeditiva ao avanço inexorável da ciência.

A demanda em proveito do conhecimento ufológico é grande, porém os meandros e implicações na sua demonstração transparece como se fosse um assunto irrelevante nas esferas das elites, protagonizando crendices infundadas. Cuidado!

Todo o cuidado é pouco para não se culminar em crendices infundadas.

Imagine se em uma dinâmica de grupo ou mesmo em uma apresentação individual de alunos universitários ou candidatos a vagas de emprego, a psicóloga solicitasse, como um dos itens a ser externado de preferência pessoal, e o pretendente dissesse que se interessava por Ufologia. Com toda certeza, seria olhado de forma diferente. O seu hobby pode ser música, literatura, cinema ou qualquer outro entretenimento, porém demonstrar atenção para os misteriosos discos voadores é o mesmo que se excluir da seleção ou, então, passar a ter seus passos vigiados pela equipe de recursos humanos, uma vez que o preconceito irá intitulá-lo como exótico ou pouco confiável para a função a ser destacado.

Infelizmente, esta é a tendência nas repartições públicas e privadas. O melhor para a sua convivência harmoniosa e isenta de dúvida é o silêncio e a discrição. O tema passa a ser um código proibido comprometedor de qualquer carreira profissional.

Esse conceito atravessa o estamento de juristas, de profissionais de saúde, de militares, dentre outros. Nas Forças Armadas, mesmo a defesa e a segurança nacionais, sendo seu objetivo principal, o OVNI não é levado em consideração naquele contexto, atitude desconexa do elenco de estratégias influenciadas, atualmente, por uma ciência e tecnologia cada vez mais alcançando níveis de excelência.

Esse é o motivo pelo qual o trato do fenômeno ufológico passar por uma meticulosa análise interpretativa, principalmente dos órgãos de inteligência, assemelhando-se ao que se discute nas escolas iniciáticas.

Jacques Vallée, astrônomo franco-americano, chega a afirmar, com tristeza, que o fenômeno UFO tem seu lugar no estudo especializado da bizarrice ontológica. Conclui alegando que, para tratar da temática, com certa tranquilidade, deve ocorrer em fórum como se fosse um colégio invisível.

Veja que a Escola de Sagres funcionava nesses moldes, ou seja, era um estabelecimento de estudo, onde astrônomos, geógrafos, matemáticos, filósofos, geômetras e navegadores discutiam a esfericidade da Terra e a sua consequente possibilidade de circunavegação de forma hermética.

Eram assim, também, as investigações primordiais da vida nos templos e lojas da primitiva Maçonaria. Hoje, o estudo ufológico, entre aqueles investidos do poder temporal dos governos, deve passar por aquilo que denominamos de "Colégio dos Magos", uma vez que esses "magos", por prudência, não devem se expor.

Seus interesses por ufologia, relacionado com o sofisticado avanço da tecnologia, têm que ser analíticos e racionais, a fim de neutralizar opiniões desmerecedoras, oriundas de uma sociedade apática, por assuntos profundos, em consequência do inconsciente coletivo, moldado por uma mídia infame e mentirosa.

É imperativo, portanto, atitude equilibrada de quem vive o jogo do poder e aceita a possibilidade de inteligências extraterrenas espalhadas pelo Universo. O mestre de sabedoria, como gestor das corporações

empresariais e governamentais, assemelha-se aos sacerdotes dos templos das grandes civilizações do passado. De Pitágoras e Sócrates a Peter Drucker e Bill Gates, as nações contaram, em seus *staffs*, com sábios administradores que propiciaram luz à humanidade.

Com esse olhar, o decisor do século XXI insere-se, como mediador, das inevitáveis incertezas que advirão do despertamento do "homo tecnologicus", provável parceiro dos seres estelares.

O Movimento Ufológico e suas Características Ocultas

Se existe um seleto grupo de pessoas dos governos autorizados a lidar com o fenômeno UFO, principalmente nos EUA e Rússia, já que este autor não acredita que o mesmo ocorra com outros países e, principalmente, com o Brasil, é recorrente a prevalência de um movimento ufológico ativo e diligente em todos os rincões do mundo.

Na verdade, essa grande associação vem se transformando em imensa confraria, constituída de interessados dos diversos níveis interligados pela rede mundial de computadores, sob a coordenação, às vezes, de grupos ou clubes organizados que estabelecem verdadeira arquitetura comunicativa. Forma-se, a partir desse fato, uma inteligência coletiva, possuidora de amplo conhecimento sobre o assunto, base para extensa memória que perpassa fronteiras e limites geográficos bem como culturais.

Aqueles que se interessam por discos voadores, se funcionários públicos e excluídos do acesso oficial, como a maioria ou todos o são, recorrem a esses centros de estudos, cuja reserva deixa-os livres a exposições no local de trabalho, no âmbito familiar ou mesmo na vizinhança onde residem.

Na convivência com seus iguais, no modo de pensar ou nas metodologias de pesquisa, que se intensificam a troca de experiências, com o alargamento do domínio ufológico, assemelhando-se ao amalgamento da intimidade do aspirante das escolas iniciáticas atuais, ou então do monge-guerreiro das remotas Ordens de Cavalarias, como a Templária, a Hospitalária e a Teutônica.

Evidentemente, o Movimento Ufológico não é uma confraria destinada ao estudo da sabedoria milenar, como por exemplo, a

Maçonaria. Esta tem ritualística, existem níveis de aprendizado, palavras chaves e símbolos de identificação. Um centro de estudo ufológico, apesar de não se utilizar desses recursos, seus simpatizantes agregam idiossincrasias para com o incognoscível universo, em forma de respeito e admiração, facilmente reconhecidas por seus afins. Desta feita, circunscreve-se uma teia de ramificações planetária, cujos membros sintonizam-se, sem colocar em risco suas preferências sobre a possibilidade de vida extraterrena, diante de reprovações nefanas, subliminar, produzida por uma sociedade cruel e adormecida, podendo, infelizmente, prejudicar a imagem de autênticos idealistas em prol da expansão da consciência do ser humano.

Pode-se dizer que astronautas como Gordon Cooper e Edgar Mitchell ou mesmo militares como o General Alfredo Moacyr de Mendonça Uchoa encontram-se dentro desse espectro.

O Movimento Ufológico abriga dentro de si várias vertentes. A mística, a de abdução, a cataclismática, a dos agroglífos, a mentalista, a das aparições marianas e a das ocorrências inusitadas. A mais recente e a que poderá circunscrever os sistemas de defesa dos governos é a que se relaciona com a vigilância do espaço aéreo. Nick Pope, na Inglaterra, o Comitê Cometa, na França, alguns funcionários da NASA, nos EUA e mesmo o autor desta lavra, aqui no Brasil, dentre outros nomes espalhados pelo mundo, olham o fenômeno UFO sob a ótica da Segurança Nacional.

O Movimento Ufológico atual tornou-se no verdadeiro Colégio dos Magos. Esses Magos têm suas reservas guardadas pelas paredes intangíveis dos diversos centros de estudos. São militares, advogados, engenheiros, professores, médicos, psicólogos, biólogos, profissionais liberais, empresários e cidadãos comuns, todos sintonizados com a causa.

Dentro desse contexto, existem criaturas de boa índole, generosas e bem intencionadas, mas que, por suas taras ufológicas exacerbadas, fazem conclusões imediatas e simplistas sobre a fenomenologia, sem um aprofundamento mais severo, e saem a emitir opiniões, através da mídia escrita, falada e televisada, comprometendo todo um trabalho de pesquisa sério que, nos últimos anos, vem sendo praticado no mundo inteiro.

Aqui no Brasil, a Comissão Brasileira de Ufólogos (CBU) é talvez um dos maiores conglomerados que reúne outras agremiações dedicadas ao estudo dos discos voadores. Seus membros compõem um mosaico de

expertises, já que fazem parte, desse quadro, profissionais de corporações privadas e públicas, associações, universidades, centros de pesquisa, significando um exuberante somatório de experiências, oriundas de diversas fontes. É um capital intelectual indispensável a estratégias efetivas a qualquer plano exequível na Era do Conhecimento.

Por tudo isso, a CBU tornou-se uma sociedade reticular, arrastando atrás de si cérebros altamente qualificados no estudo ufológico. São capazes, também, de elaborarem análises racionais, em áreas outras, relacionadas à nova ordem mundial. É, portanto, uma organização difusa, cujo fluxo da informação extrapola o fator espaço-tempo, podendo assim contribuir como uma arquitetura digna de adaptações para fins de interesses múltiplos.

A CBU é uma organização virtual, com lastro em todo território nacional. Dispõe de uma Revista denominada UFO, cuja tiragem é de 35 mil a 40 mil exemplares, tendo aproximadamente 500 assinantes, já que o maior número de exemplares é vendido nas bancas de jornal. É a Revista mais antiga do mundo que trata do assunto OVNI, com 25 anos. Existem aproximadamente 300 conselheiros editoriais espalhados no Brasil e 72 correspondentes internacionais, cobrindo 51 países. É uma verdadeira teia interativa com o assunto dos ditos Discos Voadores, proporcionando obtenção de dados em curto espaço de tempo e gozando de intimidade entre seus componentes, devido aos objetivos idealísticos propugnados pela causa em si.

Seus membros participam de congressos nacionais e internacionais relativos ao estudo ufológico, mantendo intenso contato, com os demais pesquisadores, muitos pertencentes a quadros de outros governos, sendo militares e civis das Agências de Inteligência, levando-os a absorverem dados estratégicos relevantes à construção de uma rica base de informação.

O portal www.ufo.com.br é sobejamente visitado, com mais de 23 milhões de consultas até hoje, tendo entre 13 mil a 14 mil acessos diários, tornando-se um dos sites que o Governo e, principalmente, a Aeronáutica poderia ter como instrumento difusor da propaganda psicológica, benéfica à boa imagem da Instituição.

Sem sombra de dúvida, a CBU guarda similitude com determinadas corporações herméticas, de extensa planificação, já que faz parte de uma malha sinérgica, em que o tráfego informativo e de ideias, a

respeito do fenômeno, circula naturalmente entre os seus elos. É a verdadeira fortificação dos segredos ufológicos, vistos por profanos e céticos, mas torna-se templo sagrado, para o devoto que encarna o espírito do pesquisador sério e analítico.

O Despontar Dos Novos Horizontes

O caos factual é a paisagem que mais transparecerá em novos tempos. O desmantelamento da ordem atual será a silhueta que despontará principalmente para o mediano cidadão que superlota as posições da sociedade.

O observador atento não se impressionará, porque percebe, na hermenêutica dos fatos, o fluir concatenado dos acontecimentos. A sua visão prospectiva e iniciática liga eventos e ambientes, vendo um grande emaranhado, cuja ordenação dá-lhe esperança em ver eclodir um novo amanhecer.

O "perscrutador de insólitos", para não dizer o ufólogo sério, devido ao desgaste do termo, insere-se nesta plêiade de criaturas e porta-se como o expectador no topo da colina, a divisar a volúpia da dinâmica humana, em busca de uma suposta felicidade. A sua soberba origina-se da certeza da existência de inteligências estelares, em acreditar na potencialidade do homem, como um Deus, em saber que a ciência e a tecnologia serão o andaime para melhor vislumbrar o que está por trás das fronteiras do desconhecido.

O "perscrutador de insólitos" está circunscrito a uma pequena seita secreta, mas encadeada por fluxos informativos, insumo do conhecimento atemporal e transgeográfico, encarnando assim o poder dos sábios.

Seus dirigentes não podem mais incorrer no erro infantil da credulidade, nem, tampouco, deixar-se representar por porta-voz pueril, dessintonizado com o conjuntural cenário mundial. Oferecer-lhe uma tribuna rodeada de céticos de elevado senso crítico racional é colocar em risco todas as conquistas do Movimento Ufológico, em especial o do Brasil.

Pensar que o incrédulo investido de autoridade ignora as leis que regem o mundo visível é incorrer em contra-argumentação insustentável. Perspicácia e persuasão são atributos que lhe estão afeto

para arquitetar acobertamentos e despistamentos. Um desiderato como este não pode vir com discurso eivado de máximas piegas ou fora de contornos cartesianos, lamentavelmente. A blindagem para o renascimento do Sistema de Investigação de Objetos Aéreos não Identificados (SIOANI) parte de pessoas inteligentes, dentro do universo tridimensional

O "perscrutador de insólitos" tem em seus ombros a responsabilidade em apontar, de forma comedida, a nova realidade, ainda que obscura para a humanidade. Portanto, a base de um argumento plausível, na busca do sucesso, só poderá surgir de um marco teórico racional, calcado nas diversas dimensões da ciência.

Incrustado nas diversas camadas da sociedade, o "perscrutador de insólitos" cumpre suas obrigações do correto cidadão. Participa e vive desafios de sua profissão, mas procurando olhar, identificar e interpretar o que está por trás das vãs aparências.

O incrédulo investido de autoridade não tem essa percepção, e aí está a sua vulnerabilidade diante do "perscrutador de insólitos".

John Lennon na sua magistral "Imagine", o Hino da Paz, aclamava:

> *"Talvez você diga que eu sou um sonhador, mas não sou o único. Desejo que um dia você se junte a nós e o mundo, então, será como um só".*
>
> Lennon, 1972

Da mesma forma, o "perscrutador de insólitos" parece estar inserido em um número reduzido, por muitos manterem suas posições veladas. Não é percebido nos segmentos sociais, todavia ocupa, difusamente, cargos e posições nas diversas escalas do Poder Decisório. Seu anonimato dá-lhe possibilidade de conhecer dados estratégicos em prol da clarificação dos eventos ufológicos. Tudo isso deve a sua exemplar folha de serviço funcional, o que lhe distingue com honradez e respeitabilidade dentre seus pares. Assim aconteceu com o astrônomo J. Allen Hynek, com o Cel Av João Adil Oliveira, com Maj Brig Ar José Vaz da Silva e outros. Assim acontece com com o Lord Hill Norton, ex-chefe do Estado-Maior da OTAN, com o congressista Steven Schiff, do Novo\México, EUA, e porque não dizer que assim

acontece com o nosso Ten Brig Ar José Carlos Pereira, ex-chefe do Estado-Maior e ex-comandante do Comando Geral do Ar, ambas as funções pertencentes ao mais alto escalão da Força Aérea Brasileira. Assim acontece, também, com todos os demais componentes dos grupos de pesquisa compromissados em rasgar o véu que encobre os intrigantes alvos desconhecidos.

São todos, inconscientemente, partícipes de uma grande rede, dimensionada por conexões instaladas em pontos nevrálgicos, espalhados no mundo, com o objetivo de captar dados de interesse à Ufologia Mundial. Seus olhares transcendentais, isentos de uma visão exacerbada da Teoria da Conspiração, interpretam qualquer política de ocultamento, indicando posições sensatas, diante das aparições de artefatos estranhos e anômolos na Atmosfera.

É, portanto, o "perscrutador de insólitos", o mago de hoje que, análogo ao alquimista da Idade Média, ao invés de transmutar metais inferiores em ouro, traz um corpo de reflexões sobre as possibilidades do Espaço Sideral, visando à transformação das limitadas Consciências Individuais em Mentes Universais, característica do **homem cósmico e integral**.

Referências

ALLEGRETTI, Pablo. **AS REDES SECRETAS DO PODER**. São Paulo: Planeta, 2009;

BERGIER, Jacques; PAUWELS, Louis. **O DESPERTAR DOS MÁGICOS**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971;

DISCOS VOADORES – **Contatos com UFOs no Espaço**. Produção Nonsiamosoli. Coordenação CBPDV. Campo Grande, MS. 2003. 1 fita vídeo (68 min.) VHS, Son.,Color;

ESCAMILLA, José. UFO – **THE GREATEST STORY EVEN DENIED**. EUA: Jem Woks, LLc. 2005. 1 Filme em DVD (94 min.), Son. Color.

DISCOS VOADORES – **Informações que a NASA Oculta**. Produção UFO Magazinc. Coordenação CBPDV. Campo Grande, MS. 2004. 1 Fita Vídeo (90 min.), VHS, Son., Color;

NAS - **50 Anos de Missões Espaciais**. Produção Discovery Channel. Coordenação Super Interessante. Editora Abril. São Paulo. 2 Fitas Vídeo (243 min.), VHS, Son., Color;

POPE, Nike. **CÉUS ABERTOS, MENTES FECHADAS**. São Paulo: Madras, 1998;

REVISTA Vigília. JACQUES VALLE NA ATUALIDADE – UMA ENTREVISTA. Disponível em: <http;//www.vigilia.combr>. Acesso em: 26 out. 2006.

TOFFLER, Alvin, POWERSHIFT – **As Mudanças do Poder**. Rio de Janeiro: Recorde, 1993.

O autor é Coronel Intendente da Aeronáutica, Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG), Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e Mestre em Ciências Administrativas.

Uma abordagem sobre a Mobilização Nacional

Elias Nicolau Buhamra Simões

Introdução

Podemos afirmar que a guerra e a consequente necessidade de "mobilização" sempre estiveram presentes nas relações internacionais. Naturalmente a guerra, como os demais processos sociais, também, evoluiu. E, com a guerra, a necessidade de se realizar a mobilização de forma continuada, diversificada e específica, em maior ou menor grau, dependendo, ainda, de uma preparação da classe dirigente, do empresariado e da sociedade em geral, para, numa situação de emergência, evoluir de uma situação de economia de paz, própria de uma estrutura produtiva normal, para uma outra voltada para atender, prioritariamente, os esforços de guerra. Ou seja, cumpre à Mobilização a tarefa de promover a transformação de atividades produtivas e a de regular e controlar as atividades monetárias, creditícias e fiscais, com o propósito de adaptar o Sistema Econômico a uma possível situação de emergência. É a chamada "Economia de Guerra", onde se procura equilibrar o atendimento das necessidades da situação de emergência com as necessidades da vida normal do país.

A Mobilização Nacional consta de uma das diretrizes da Política de Defesa Nacional (PDN), e da Estratégia Nacional de Defesa (END), e deve ser observada para a consecução dos seus objetivos. Tais diretrizes pressupõem a existência de um Sistema de Mobilização.

Que sistema é esse? Por que sistema? Qual a sua estrutura e atribuições? O que é Mobilização Nacional? Na verdade, a escassa divulgação e a falta de informação sobre o assunto ocasionam sérias dificuldades para a sua disseminação, ampliação do seu conhecimento e, principalmente, determinação de responsabilidades.

O termo "mobilização", inicialmente usado apenas no meio militar, atualmente é entendido como um processo nacional, pelo qual toda a Nação se prepara para enfrentar uma guerra. Para implementar a

Mobilização Nacional, faz-se necessária uma organização sob a forma de estrutura sistêmica, tendo em vista os seguintes aspectos:

- globalidade dos problemas, interessando a todos os níveis da administração pública e às múltiplas e variadas atividades da vida nacional;

- impossibilidade de soluções compartimentadas para os problemas de Mobilização, pelo fato de envolver todas as Expressões do Poder Nacional;

- complexidade das atividades de mobilização que envolvem interesses nacionais como um todo; e

- necessidade de orientação normativa, de supervisão técnica e de fiscalização específica, a ser conduzida por um órgão central.

O SINAMOB

O Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) foi criado pela Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008. Antes da promulgação da Lei de Mobilização Nacional, existia apenas o Decreto-Lei nº 4.812, de 8 de outubro de 1942, que disciplina a requisição civil e militar, cuja atual adoção pode vir a dar ensejo a questionamentos de inconstitucionalidade e demandas judiciais.

Daí o conceito do SINAMOB, que tem objetivos, características, estrutura e atribuições próprias. Em linhas gerais, é composto de: Órgão Central e Subsistemas de Mobilização.

O Órgão Central do SINAMOB como disposto na Estratégia Nacional de Defesa deverá sair do Ministério da Defesa para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Possui competências específicas, assim como os órgãos coordenadores dos subsistemas setoriais. Situando-se no mais alto nível governamental, tem poder decisório capaz de compatibilizar o atendimento das necessidades mínimas da vida nacional, com aqueles exigidos pela defesa nacional. É nesse nível que se dá, efetivamente, início ao planejamento da Mobilização Nacional, cujo êxito repousa, em grande parte, na abrangência e na habilidade com que é elaborado esse planejamento e na precisão com que são feitos o confronto e o ajustamento entre as necessidades e as possibilidades.

Os Subsistemas e seus Órgãos de Direção Setorial (ODS) são:

SUBSISTEMA	ODS
Subsistema Setorial de Mobilização Militar	Ministério da Defesa
Subsistema Setorial de Mobilização Política Interna	Casa Civil da Presidência da República
Subsistema Setorial de Mobilização Política Externa	Ministério das Relações Exteriores
Subsistema Setorial de Mobilização Social	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Subsistema Setorial de Mobilização Científico-Tecnológico	Ministério da Ciência e Tecnologia
Subsistema Setorial de Mobilização Econômica	Ministério da Fazenda
Subsistema Setorial de Mobilização de Defesa Civil	Ministério da Integração Nacional
Subsistema Setorial de Mobilização Psicológica	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Subsistema Setorial de Mobilização de Segurança	Ministério da Justiça
Subsistema Setorial de Mobilização de Inteligência	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

A Mobilização Nacional possui duas fases – a de Preparo e a de Execução. Assim, considerando a Fase de Preparo, o planejamento deverá definir a orientação que o Estado adotará em relação às ações e medidas a serem empreendidas desde já, inclusive aquelas junto à iniciativa privada, independente da decretação da Mobilização, na sua Fase de Execução.

Este planejamento visa a possibilitar a obtenção, no menor tempo possível, da maneira mais eficiente e na quantidade e qualidade necessária, dos recursos de toda ordem, para enfrentar determinada situação de emergência, assegurando, na medida do possível, a manutenção das demais atividades do País. Desta forma, não se pode descurar do levantamento das necessidades mínimas e indispensáveis à parcela da população não diretamente empenhada no esforço de Mobilização, em especial aquelas referentes às áreas de educação, saúde, transporte, trabalho, previdência social e defesa civil.

Além da Lei de Mobilização Nacional e do seu decreto de regulamentação, a base para o planejamento da Mobilização Nacional encontra-se nos seguintes documentos:

- Doutrina Básica de Mobilização Nacional, aprovada pela Exposição de Motivos nº 006, de 14 de setembro de 1987, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, pelo Presidente da República;

- Manual Básico de Mobilização Nacional, aprovado pela Portaria nº 073, de 10 de agosto de 1988, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, pelo Ministro-Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional; e

- Política Governamental de Mobilização Nacional e Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional, aprovadas pela Exposição de Motivos nº 026, de 16 de maio de 1989, da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República, pelo Presidente da República.

Ressalta-se, ainda, o questionamento sobre a validade da atual Doutrina Básica de Mobilização Nacional (1987), Política Governamental de Mobilização Nacional e Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional (1989), pelo fato de terem sido aprovadas por meio de Exposição de Motivos e sem legislação condicionante, que só foi aprovada em 2007. Inexiste, ainda, um Plano Nacional de Mobilização.

De fato, então, pode-se afirmar que o SINAMOB até agora não tem funcionado a contento. Entretanto, a recente aprovação e regulamentação da Lei de Mobilização Nacional propiciaram a base legal para a organização e implementação do SINAMOB e dos seus Subsistemas Setoriais de Mobilização, dos quais o Militar faz parte.

O Futuro

Foi iniciada a revisão de diversos documentos condicionantes. A Política de Mobilização Nacional, as Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional e o Regimento do Comitê do SINAMOB estão em processo final de aprovação. Em seguida, acredita-se que seja iniciada a atualização do Manual de Mobilização Nacional, da Doutrina de Mobilização Nacional, da Política de Mobilização Militar, da Diretriz Setorial de Mobilização Militar e da Doutrina de Mobilização

Militar, bem como incentivado os demais ministérios coordenadores de subsistemas do SINAMOB a elaborarem suas diretrizes setoriais.

Com o pleno funcionamento do Comitê do SINAMOB, a Mobilização Nacional terá caráter permanente, atuando sobre o Poder Nacional e o Potencial Nacional, e se inserindo no contexto da Defesa Nacional. É importante salientar que, em prol do fortalecimento do Poder Nacional, a Mobilização procurará atuar em atividades de interesse da Logística Nacional, haja vista a limitação usual dos recursos do Estado. Assim, é necessário que a Mobilização seja apreciada sob três aspectos:

- como atividade ou conjunto de atividades desenvolvidas desde o tempo de paz, em todas as Expressões do Poder Nacional, envolvendo um amplo e complexo conjunto de medidas afins, inter-relacionadas e interdependentes, relativas ao Preparo da Mobilização Nacional;

- como uma situação de caráter excepcional que, em sendo adotada, assegurará a rapidez e a compulsoriedade das medidas necessárias a fazer frente à situação de emergência configurada, num quadro de nova ordem jurídica, institucional e administrativa; e

- principalmente, como instrumento de dissuasão, para evitar o agravamento de um conflito ou de uma guerra.

É entendido que o poder militar de uma Nação deve estar fundamentado na capacidade de suas Forças Armadas e no potencial dos recursos nacionais e das reservas mobilizáveis, com o propósito de inibir possíveis intenções hostis às regras de convivência pacífica entre as Nações. E que as Forças Armadas deverão estar ajustadas à estatura político-estratégica da Nação e estruturadas, de forma flexível e versátil, para atuar, com presteza e eficácia, em diferentes áreas e cenários.

É importante realçar que a atividade de Mobilização Nacional, longe de caracterizar uma possível atitude belicista do Brasil, visa, primordialmente, a minimizar ameaças à integridade e ao patrimônio da Nação. Por outro lado, é certo que as possíveis ameaças serão amortecidas, na medida em que a capacidade de mobilização contribuir para a capacitação do País em superar antagonismos, representando, assim, um forte fator de dissuasão contra possíveis oponentes. Desta forma, a implementação da mobilização decorrerá, sobretudo, da criação de condições psicológicas favoráveis na sociedade brasileira, buscando incutir-lhe a consciência da necessidade do Preparo da Mobilização

como instrumento de garantia da independência e da soberania da Nação, com a adoção de ações com os seguintes objetivos:

- criar e consolidar uma mentalidade de Mobilização Nacional;

- preparar recursos humanos para operar o SINAMOB;

- proporcionar a oportunidade de aprofundar e debater conhecimentos sobre a Mobilização Nacional; e

- conhecer as condições de Poder Nacional e do Potencial Nacional, em proveito da Mobilização.

Algumas Deficiências e Vulnerabilidades

Assim, visando o pleno funcionamento do SINAMOB, devemos contornar algumas deficiências e vulnerabilidades já visualizadas, tais como:

- melhoria do funcionamento do SINAMOB, que atua ainda de forma parcial, até mesmo em face da recente regulamentação da Lei de Mobilização Nacional;

- atualização da documentação decorrente da Lei de Mobilização Nacional e de sua regulamentação, em especial as a cargo dos subsistemas do SINAMOB;

- integração dos subsistemas de mobilização do SINAMOB, em especial, os das Forças Armadas;

- elaboração das diretrizes setoriais de cada subsistema do SINAMOB;

- aumento da disponibilidade de recursos financeiros, hoje insuficientes, para a realização de exercícios e encomendas educativas voltadas para a mobilização;

- atualização das estruturas organizacionais dos órgãos envolvidos, especificando os setores responsáveis pelas ações e atividades em prol da Mobilização. No caso da Marinha do Brasil, com as atividades de Mobilização Marítima;

- fomento da capacitação de recursos humanos específicos para a atividade de Mobilização;

- melhoria da divulgação do conhecimento da doutrina de mobilização, em especial nas escolas militares; e

- aperfeiçoamento de alguns aspectos doutrinários, tais como o papel dos Comandos Militares e como será realizada a interação entre a Logística e a Mobilização.

Conclusão

No que se refere à Mobilização Nacional, foram iniciadas as ações que possibilitarão o desenvolvimento do seu potencial. Podemos afirmar que a elaboração dos principais documentos normativos e a correção de algumas deficiências e vulnerabilidades já identificadas, ao mesmo tempo em que melhorará a logística nacional, possibilitará o uso dual numa eventual necessidade da Defesa, contribuindo para atender as carências logísticas levantadas pelas Forças Armadas, por ocasião da realização dos planejamentos estratégicos e operacionais. Contribuirá, também, para uma rápida passagem da estrutura militar de paz para a estrutura militar de defesa, possibilitando a realização das operações militares planejadas para atingir os objetivos político-estratégicos pré-estabelecidos, com um mínimo de transtornos para a sociedade.

Ao final, espera-se que estas ações, além de assegurar uma boa capacidade dissuasória, capacitem as nossas Forças Armadas a fazer frente às eventuais situações de emergência.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

_____. Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

_____. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, estabelece novas atribuições subsidiárias para as Forças Armadas.

_____. Decreto Reservado nº 8, de 17 de janeiro de 1980 – Diretriz para o Estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra (FA-E-02/80).

_____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, aprova a Política de Defesa Nacional.

_____. Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008, Regulamento da Lei de Mobilização Nacional.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. **Exposição de Motivos nº 006/SG-CSN** aprova a Doutrina Básica de Mobilização Nacional. Brasília, 14 set. 1987.

_____. **Portaria nº 073/SG-CSN** aprova o Manual Básico de Mobilização Nacional. Brasília, 10 ago. 1988.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico da Escola Superior de Guerra**. V. 1. Elementos Doutrinários. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Manual Básico da Escola Superior de Guerra**. V. 2. Assuntos Específicos. Rio de Janeiro, 2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Portaria Normativa nº 614/MD**, aprova a Doutrina de Logística Militar (MD42-M-02). Brasília, 24 out. 2002.

_____. **Portaria Normativa nº 973/MD**, dispõe sobre a criação do Sistema de Mobilização Militar – SISMOMIL e estabelece a Diretriz Setorial de Mobilização Militar (MD41-D-02). Brasília, 24 jul. 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Exposição de Motivos nº 026/SADEN/PR** aprova a Política Governamental de Mobilização Nacional e as Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional. Brasília, 16 de maio 1989.

O autor é Encarregado da Divisão de Mobilização da Subchefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior da Armada.

Os Sistemas de Segurança Regional no Atlântico Sul: da Guerra Fria ao período atual

Eli Alves Penha

Apresentação

O Atlântico Sul, no contexto da "Guerra Fria", tinha um papel relativamente marginal na geoestratégia das superpotências. A sua única importância era a de servir como rota marítima, sobretudo de petróleo, controlada pelas potências Ocidentais. Para garantir esse controle, alguns mecanismos militares foram implementados: o TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – entre os Estados Unidos e os países da América do Sul (1947) e o "Acordo de Simonstown", estabelecido entre a África do Sul e a Grã-Bretanha (1955-1975). Também, nesse contexto, menciona-se a iniciativa, por parte da Argentina e da África do Sul (e apoiada formalmente pelos Estados Unidos nos anos 80), de constituição de um sistema de segurança regional integrado, consubstanciado na OTAS — Organização do Tratado do Atlântico Sul —, mas que não logrou sucesso, sobretudo pela oposição desencadeada pelos países africanos e pelo Brasil.

Ao longo da década de 2000, a questão da segurança regional no Atlântico Sul tem sido retomada como pauta importante na política externa dos estados ribeirinhos. De um lado, assiste-se a emergência da China como grande potência e seu crescente interesse pelos recursos naturais africanos. De outro, a reativação da quarta frota naval na América do Sul, pelos Estados Unidos, coincide com a descoberta de imensas jazidas de petróleo, na camada pré-sal da plataforma continental do Brasil. Nesse texto, pretendo discutir as transformações geopolíticas na região do Atlântico Sul, desde o período da "Guerra Fria", a atuação recente dos atores extra-regionais e as dificuldades logísticas enfrentadas pelos países ribeirinhos, para se operacionalizar uma visão integrada de segurança regional.

A Segurança Regional do Atlântico Sul no Contexto da "Guerra Fria"

A criação de mecanismos de segurança regional no Atlântico Sul foi resultado de uma sequência de eventos, relacionados à bipolaridade que se formou após a 2ª Guerra Mundial. Estes eventos podem ser agrupados em dois principais eixos, vinculados ao sistema de defesa ocidental que foram o TIAR e o "Simonstown Agreement" oficialmente denominado de "Sea Routes Agreement" (Coutau-Bégarie, 1985, p.110).

O TIAR funcionava a nível precário, já que não envolvia comandos militares combinados (como a OTAN), nem tampouco chegava a ser um órgão de planificação militar, para assegurar a coordenação em termos de sistema integrado. Fundamentava-se nos esquemas da "Interamerican Defense Board", posta em prática pelo governo dos EUA a partir da Segunda Guerra, com a missão de fazer recomendações com vistas a aperfeiçoar a coordenação das políticas nacionais de defesa. O TIAR, seguindo este modelo, tinha um caráter predominantemente bilateral estabelecido a partir de acordos de cooperação militar dos EUA com cada país sul-americano.

O "Simonstown Agreement" por sua vez, constituiu-se efetivamente num acordo técnico com resultados práticos e engajamentos bem definidos. Tinha um comando unificado que era o "South Atlantic Command", representado por uma autoridade britânica designada pela "Royal Navy", e também havia o compromisso de fornecimento, por parte da Grã-Bretanha, de equipamentos navais para a marinha sul-africana cuja atribuição era a de zelar pela defesa da África Austral. Do ponto de vista militar, o acordo era ideal para a Grã-Bretanha e, por extensão, para a OTAN, envolvida com a possibilidade de extensão da área de influência soviética nesta região meridional da África (Idem : 111).

A partir de 1955, os esforços de cooperação militar na região do Atlântico Sul vão encontrar apoio inesperado da Argentina. Os militares argentinos que derrubam Perón, em 1955, até então principal oponente a qualquer colaboração com os Estados Unidos, passam a se preocupar com a emergência do poder marítimo brasileiro em função dos acordos militares bilaterais (propiciados pelo TIAR) entre o Brasil

e os EUA. A Argentina, por conta da política de Perón, encontrava-se isolada e mal equipada em termos de equipamentos navais; isto exigia, na concepção dos militares argentinos, uma atuação mais agressiva, por parte do governo, no sentido de iniciar maior aproximação com Washington. Graças à iniciativa argentina, os primeiros passos são dados para a proposta de constituição do sistema de defesa integrada do Atlântico Sul, que seria posteriormente denominado de Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS).

Em julho de 1956, a Argentina sugeriu uma cooperação naval no Atlântico Sul como fundamento para o estudo das bases de uma organização, para a defesa do Atlântico Sul (Dodds, 1994:33). Entretanto, esta iniciativa sofreu restrições impostas pela diplomacia do Brasil que não aceitava nenhuma aliança militar fora dos quadros do Tratado do Rio (TIAR). Como resultado das objeções brasileiras, a iniciativa resultou apenas na criação do "Comitê Interamericano de Defesa do Tráfego Marítimo", encarregado de coordenar os planos estratégicos, de assegurar as trocas de informações e organizar as manobras comuns. Estas últimas vão se efetivar por duas vezes, em 1957 (manobras Atlantis I) e em 1958 (Atlantis II), sendo posteriormente abandonadas.

Um ano depois (1959), os Estados Unidos tentam trazer para os quadros do TIAR este esquema de manobras navais, fazendo aprovar um plano de proteção do tráfego marítimo, que se denominou de "Coordenação Marítima do Atlântico Sul" (CAMAS), dividido em quatro comandos operacionais (COLCO) instalados na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Para aperfeiçoar este esquema de defesa foram organizadas as "conferências navais", reunidas a intervalos regulares de um ano, para acertar os detalhes técnicos e fazê-la funcionar de forma mais coordenada. A partir daí vão ser organizadas, a cada ano, as manobras interamericanas UNITAS. A primeira delas iniciada em 1958.

Entusiasmados com o apoio dos países sul-americanos a essa iniciativa, os militares norte-americanos estabelecem as bases teóricas do que seria o embrião de uma defesa integrada, a partir de uma divisão do Atlântico Sul em três zonas: a zona I, cobrindo a região do Caribe e de responsabilidade da marinha dos EUA; a zona II que vai do litoral brasileiro até as costas africanas, central e ocidental, em

atuação conjunta das marinhas brasileira e norte-americana; e a zona III desde a Argentina até a África Austral. Nesta zona a marinha dos EUA contaria com o apoio argentino e, oficiosamente, com a marinha sul-africana (Coutau-Bégarie, 1985:115).

Entretanto, este esquema tinha dificuldade de ser efetivamente operacionalizado devido às dificuldades decorrentes da fragilidade das marinhas dos países sul-atlânticos e do próprio desinteresse norte-americano em aparelhá-las adequadamente. As principais queixas eram que os EUA, apesar de valorizar as manobras da UNITAS no quadro do seu sistema de defesa, não contemplavam os seus parceiros com suficiente assistência naval o que os levavam a crer que havia interesse deliberado dos EUA em manter suas marinhas num nível permanentemente secundário. Por estes motivos é que as manobras da UNITAS foram apenas simbólicas, ou seja, apenas uma demonstração de força do poder naval norte-americano, sem correspondência de fato com forças navais expressivas por parte dos países da região (Idem: 121).

Na década de 70, a tese da criação da OTAS ganhou alento com a retomada dos velhos temores acerca da ameaça soviética, justificada com a expansão marítima soviética na região da África Austral e onde se formou o bloco de estados da "linha de frente" formada por governos pró-marxistas. Uma série de acontecimentos extra-regionais, também, contribuiu para o recrudescimento destes novos temores: a crise do petróleo de 1973 e o fechamento do Canal de Suez trouxeram à tona a questão da segurança da Rota do Cabo já que, ao mesmo tempo, ocorria a intervenção soviética em Angola e Moçambique e o processo de retirada da Grã-Bretanha do porto de Simonstown na África do Sul (Dodds, 1994:34).

Para identificar o âmbito geográfico de atuação do Tratado do Atlântico Sul, alguns geopolíticos argentinos e brasileiros buscaram defini-lo como uma bacia oceânica cujo limite norte iria desde a costa nordeste do Brasil até algum ponto da África Ocidental, acima do Equador (Lhaver, 1984:42). Nessa demarcação, as costas sul-americanas e africanas seriam fusionadas numa mesma dimensão estratégica já que, até então, elas eram consideradas separadamente em função das concepções estratégicas anteriores (TIAR e "Simonstown Agreement").

Nos anos 80, sob a gestão de Ronald Reagan na presidência dos Estados Unidos, os esforços de constituição da OTAS vão ser bastante acentuados. Um dos principais teóricos desta nova orientação estratégica foi Ray S. Cline que vai propor a constituição de um vasto sistema de defesa denominado "Aliança de Todos os Oceanos", que seria na prática uma transposição da OTAN em escala mundial (Cline, 1980, p.181-203).

No Atlântico Sul, segundo Cline, havia insuficiência logística, pois a única base disponível para operações militares se resumia ao aeródromo de *Widewake*, na ilha de Ascensão (Idem, p.198). Era preciso, portanto, revitalizar os portos sul-africanos, notadamente o de Simonstown, e restabelecer níveis de cooperação naval de maior amplitude com os países sul-americanos. Deste modo, o dispositivo oceânico mundial dos EUA, até então largamente lagunar no Atlântico Sul, se tornaria mais integrado, em relação às bases do Caribe, Lajes (Açores), Ascensão, Walvis Bay (Namíbia), Simonstown e os portos brasileiros e argentinos. Pelo menos era este o objetivo da gestão Reagan, na sua estratégia de dissuasão contra as investidas marítimas soviéticas.

As perspectivas de consumação do projeto da OTAS passaram a ser bastante promissoras. Em maio de 1981, é realizada em Buenos Aires uma conferência sobre a defesa do Atlântico Sul, reunindo especialistas do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, África do Sul e Estados Unidos. Estes procuram preparar seus parceiros europeus para uma eventual colaboração com seus aliados do Sul "acasalando" as manobras da UNITAS 81 com aquelas da OTAN. Estes exercícios conjuntos, simbolicamente batizados de "Ocean Venture 81", colocaram em ação ativos militares bastante significativo: 120.000 homens, 1.000 aviões e 250 navios mobilizados juntos aos Estados Unidos e países membros potenciais da OTAS.

Os empreendimentos militares destinados a criação da OTAS estavam bem articulados e as expectativas de bons resultados eram animadoras. Mesmo as rivalidades regionais entre Brasil e Argentina deram uma trégua e pareciam se acomodar às estruturas desta aliança, conhecendo uma fase de melhoria desde 1978. Entre as marinhas argentinas e sul-africanas as relações eram as melhores possíveis. O próprio ministro Botha reconhecia que "existe entre ambos os países

um entendimento em questões militares que consiste em periódicos exercícios militares navais e intercâmbio de cursos de formação e treinamento militar" (Alvarez, 1995:29).

A Guerra das Malvinas, em 1982, desfez a ilusão argentina de se afirmar militarmente no Atlântico Sul. A utilização da base naval de Simonstown, pela frota britânica, contribuiu para negar a ideia de pacto de defesa regional nos moldes da OTAS. Gerou, igualmente, o descrédito do TIAR ocasionado pelo apoio norte-americano à Grã-Bretanha. O quadro das relações intra-regionais a partir daí, vai evoluir na direção de um projeto de paz e cooperação, sugerido pela Nigéria e empreendida pelo Brasil (Penha, 2010).

Na perspectiva dos governos do Brasil e da Nigéria, o Atlântico Sul era uma região de interesses cooperativos e por isso não deveria submeter-se à exclusiva influência militar das grandes potências ou de poderes regionais como os da África do Sul e da Argentina. Como meio de reforçar esta posição, o governo brasileiro enviou duas corvetas à Nigéria em 1984, e propôs a realização de manobras navais comuns, a partir deste ano (Coutau-Bégarie, 1985:194).

Foi esse, portanto, o contexto da luta diplomática travada pelo Brasil para ter aliados à sua proposta de criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS). O encaminhamento da proposta à XLI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1985, apesar da oposição da África do Sul e dos Estados Unidos, foi vitoriosa graças aos aliados africanos e sul-americanos, inclusive a Argentina após o desastre da iniciativa estratégica nas Malvinas. Com isso, instaura-se um período de *pax atlântica* graças à vitoriosa ofensiva diplomática brasileiro-africana.

Debatido na Assembleia Geral das Nações Unidas, a iniciativa materializou-se como Resolução de nº 41/11 de 27 de outubro de 1986. O principal objetivo da resolução foi à promoção da paz e da cooperação entre os povos da região sul-atlântica, ou a paz como objetivo maior e a cooperação como instrumento ou meio para atingir esse fim (Mourão, 1988:49-60).

O primeiro encontro de representantes dos países da ZOPACAS foi realizado no Rio de Janeiro, entre 25 a 29 de julho de 1988, onde ocorreram trocas de informações preliminares, sobre as principais

questões, envolvendo as metas propostas para a Zona. O segundo encontro teve lugar em Abuja, Nigéria, no período de 25 a 29 de junho de 1990 e representou a cristalização de novas linhas mestras de ações entre os estados membros da Zona.

Apesar de ter esmorecido com o fim da "Guerra Fria", as reuniões da ZOPACAS continuaram a ocorrer, embora em intervalos irregulares e sem contar com as principais motivações que deram origem à iniciativa. A falta de uma estrutura institucional, também, contribuiu para uma perda de interesse com o projeto, por parte dos Estados-membros, muitos dos quais confrontados com sérios problemas internos.

O Contexto Atual de Segurança Regional no Atlântico Sul

Em 2007, por iniciativa de Angola, e com a presença de representantes de 24 Estados membros, foi realizada a VI Reunião em Luanda, nos dias 18 e 19 de junho. Na ocasião, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, João Miranda, defendeu a revitalização da entidade, mas ressaltou: "para que a cooperação seja tangível impõe-se a necessidade de conciliar o conceito biológico-geográfico de Atlântico Sul com o geoestratégico, numa perspectiva mais abrangente no quadro das relações Sul-Sul".

O interesse angolano em tratar o Atlântico Sul como unidade geoestratégica é representativo da questão da segurança regional que emerge na década de 2000, envolvendo particularmente a África, mas atingindo a bacia do Atlântico Sul como um todo. Em outubro de 2007, meses depois da reunião da ZOPACAS, em Luanda, os Estados Unidos criaram o "United States Africa Command" mais conhecido como "Comando Africano" ou AFRICOM. Previsto para entrar em operação em setembro de 2008, os EUA tiveram dificuldades em encontrar uma sede para esse comando, devido à relutância dos países africanos em aceitá-lo face às desconfianças suscitadas quanto aos seus reais objetivos. A alegação dos EUA é a de que esse comando garantiria a segurança dos países africanos em função das ameaças terroristas, dos conflitos, da pirataria e das migrações desenfreadas. Mas, para os governos africanos, o real interesse recai sobre a importância cada vez maior que os recursos naturais africanos, sobretudo o petróleo, têm despertado nos EUA e na China.

De fato, ao longo da década, a África tem se destacado como supridora de recursos minerais, notadamente petróleo, para as potencias industriais, devido à grande quantidade desses recursos existentes no continente. Isso tem suscitado um novo despertar para a África no sentido de uma corrida desenfreadas, entre as potências mundiais, para explorar esses recursos.

Em 2005, o Conselho de Relações Internacionais dos EUA divulgou um relatório intitulado "More Than Humanism: A Strategic Aprouch Toward África" em que aponta a existência de 60 bilhões de barris de reservas provadas de petróleo na região do Golfo da Guiné, com baixo teor de enxofre, uma característica apreciada pela economia americana. Nesse relatório, os seus redatores preveem que um, em cada cinco novos barris de petróleo produzidos no mundo, virá dessa região, elevando fortemente a sua participação no abastecimento mundial, sobretudo para os EUA e a China, os dois novos contendores no continente.

Angola e Nigéria são os maiores produtores do Golfo da Guiné. Juntos, perfazem cerca de quatro milhões de barris diários. Outros países da região, também, produzem quantidades expressivas como São Tomé e Príncipe, Costa do Marfim, Mauritânia, Mali, Gana e República Democrática do Congo. Segundo o diplomata angolano Eduardo Beny, está ocorrendo uma paulatina transferência da importância da região do Golfo Pérsico para o Golfo da Guiné, como grande área fornecedora de petróleo para os países industriais. Isso tem trazido profundas implicações estratégicas para o continente africano e para o Atlântico Sul, de modo geral. Segundo ele, há um "outro grande jogo" em curso, cuja manifestação se dá no esquema de relações concertadas entre algumas potências (China, Índia, Rússia, Brasil, Austrália) com o objetivo de diminuírem o unilateralismo norte-americano, particularmente no que diz respeito ao controle hegemônico que procuram deter nas principais regiões de abastecimento de petróleo e gás (Beny, 2007:99).

Esta informação é corroborada com fatos. Segundo o "Wall Street Journal" em artigo intitulado "Africa emerges as strategic battlefield" de 25/04/2005, o Pentágono procura estabelecer parcerias com a Câmara de Comércio dos EUA, para expandir o papel das corporações norte-americanas na África como parte de uma "reação americana integrada", face às disputas pelos recursos petrolíferos, principalmente com a China. De acordo com o jornal, a China tornou a África uma

"linha de frente" na sua busca por mais influência global, triplicando o comércio com o continente para cerca de 37 bilhões de dólares nos últimos cinco anos e retendo ativos energéticos, fechando acordos comerciais e educando futuras elites da África em universidades e escolas militares chinesas.

De fato, a presença chinesa é a cada ano maior na África. Iniciou-se em 1989 e manteve uma continuidade e aumento de interesses que hoje se desdobram em várias atividades, impulsionadas pelo extraordinário crescimento da economia chinesa. Calcula-se que existam cerca de 80 mil técnicos chineses trabalhando na África em obras de infra-estrutura e em centros de excelência agrícola (Porto de Oliveira, 2008:28-30). Esses centros permitem a difusão de conhecimentos de novas técnicas para impulsionar o desenvolvimento agrícola, num continente em que ainda existem áreas caracterizadas pela fome endêmica.

O interesse da China pela África se intensificou a partir de 1993 quando o país entrou na disputa mundial por recursos minerais, devido à perda de auto-suficiência em petróleo. Para tanto, adotou uma estratégia de buscar parcerias com países dotados de reservas deste recurso e onde as empresas norte-americanas tivessem dificuldades de atuarem. Também a nível militar, a China tem se destacado nas suas relações com a África. Depois da Rússia, é o país que mais vendeu armas para os países do continente entre 1996 e 2003. A postura chinesa de não impor condicionamentos políticos em troca de investimentos, prática adotada pelos países ocidentais e agências de financiamentos, é um fator que pesa na escolha da China como parceira de negócios pelos países africanos (Porto de Oliveira, 2008:23).

Os Estados Unidos, por sua vez, tem desenvolvido uma intensa atuação na área militar, considerando a crescente importância do petróleo africano para o país, calculado hoje em torno de 15% das suas importações e com previsão de chegar a 25% dentro de dez anos (Mourão, 2007:263). O leitmotiv da presença militar americana é combater o terrorismo como forma de garantir a segurança da produção de petróleo e das suas companhias que atuam no continente. Para isso, precisam garantir a predominância de valores como liberalismo, democracia e direitos humanos o que acarreta uma série de contestações a respeito das suas reais intenções.

A presença militar dos EUA, na África, ocorre em duas diretrizes geopolíticas. A primeira compreende um cinturão terrestre na região do Sahel que liga a Nigéria, o Chade, o Sudão, a Etiópia, a Eritreia, a Somália e o Djibouti, onde possui a única base militar no continente (Mourão, 2007:263). A partir de Djibouti, os EUA pretendem controlar toda essa faixa de produção de petróleo que vai do Golfo Pérsico e acompanha a linha do oleoduto de 1.600 km. no Sudão até o oleoduto de 1030 km. de Chad-Camarões que termina no Golfo da Guiné e prossegue em direção ao Ocidente (Foster, 2006).

A outra diretriz se dá precisamente no âmbito marítimo do Golfo da Guiné. O Comando Militar Europeu, antecessor do AFRICOM desenvolveu, em 2006 um sistema de segurança costeira denominado de "Guarda do Golfo da Guiné", a fim de garantir a estabilidade e segurança regional em longo prazo. Dentre seus principais objetivos estão o de melhorar a segurança física dos portos da região, promover a segurança coletiva e de cooperação marítima, estabelecer um centro de comunicações e de monitoramento dos navios e das suas movimentações (instalado em São Tomé e Príncipe) e exercer um controle mais direto em Angola e Nigéria, os dois grandes produtores de petróleo e com maior influência regional (Beny, 2007:100).

O petróleo, também, foi um dos motivos que levaram a mudança de concepção geográfica do Golfo da Guiné que passou a incorporar um maior número de países. Em termos históricos e geográficos, o Golfo da Guiné se define como uma reentrância na costa ocidental da África, de contornos mal definido, mas com características similares em termos climáticos, paisagísticos e culturais. Do ponto de vista estratégico, passou a ser concebido como uma região rica em recursos minerais que se estende desde a Mauritânia até a Namíbia. Essa mudança de enquadramento geográfico interessa aos EUA, que a identificou como uma das regiões mais promissoras ao nível da produção petrolífera e com acesso direto ao Atlântico Norte (Beny, 2007:96-7).

A importância estratégica do Golfo da Guiné, também é vista no contexto mais alargado do Atlântico Sul em função do seu posicionamento enquanto zona de produção e rota marítima. Os mesmos eixos históricos que durante séculos uniu o Brasil à África,

compreendendo as zonas marítimas do Nordeste ao Sudeste brasileiro (Salvador-Rio de Janeiro) e Angola-Nigéria (Luanda-Lagos) do lado africano, reaparecem como a nova "fronteira de recursos" para o mundo industrializado (Penha, 2010). Esta fronteira está focada nas reservas de petróleo do Golfo da Guiné e da plataforma continental brasileira, estimadas em 60 a 70 bilhões de barris em cada lado (Jornal "O Globo", 01/03/2009).

Também as Ilhas Malvinas, cujo estatuto jurídico é base de permanente tensão entre a Grã-Bretanha e a Argentina, reaparece como questão estratégica chave na geopolítica do Atlântico Sul. A recente investida britânica na exploração de petróleo na área de 200 milhas ao redor das ilhas tem ocasionado acusações, por parte de Buenos Aires, de que o governo britânico, com essa iniciativa, desrespeita os acordos diplomáticos estabelecidos entre os dois países no tocante à exploração dos recursos naturais das ilhas. Calcula-se a existência de dezenas de bilhões de barris de petróleo na plataforma continental da Argentina, abrangendo todo o arquipélago das Malvinas.

No âmbito dos projetos de integração sul-americana, as arestas estratégicas têm sido bem aparadas pela chancelaria brasileira a partir de acordos diplomáticos e militares que têm evoluído para uma maior cooperação das forças armadas dos países da região. O anúncio proferido pelos presidentes Lula e Hugo Chávez, em maio de 2008, da criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, integrado à UNASUL – União das Nações Sul-Americanas foi visto, por alguns governos da região, como uma medida claramente antiamericana. Por isso, talvez, não tenha obtido consenso, já que a Colômbia se recusou a apoiá-lo. Esse conselho foi denominado por Chaves de OTAS, em oposição à OTAN. Ou seja, recupera-se o antigo projeto de se criar uma aliança militar, abrangendo parte do Atlântico Sul, que ficaria sob o controle dos países da região. A Presidenta da Argentina, Cristina Kirshner já se mostrou interessada em cooperar militarmente com o Brasil, sobretudo no âmbito marítimo, já que a soberania argentina sobre as Malvinas está longe de ser alcançada, devido em parte, à fragilidade da sua Marinha. Nesse caso, um sistema de defesa regional que abarcasse também o Atlântico Sul, é visto como possibilidade de maior controle sobre os espaços marítimos das ZEEs (Zonas Econômicas Exclusivas).

A resposta a essa proposta não demorou a aparecer; em julho de 2008, um mês depois do anúncio de criação do conselho, os EUA relançam a IV Frota que havia sido desativada desde 1950. A alegação é a mesma que foi feita para os africanos: proteção da navegação; luta contra o terrorismo; etc. Para os governos dos países sul-americanos, o que está por trás é o interesse dos EUA em contestar os regimes de esquerda da região e conter a expansão da fronteira marítima brasileira de 350 milhas onde se encontram as imensas reservas de petróleo da plataforma continental. Além, é claro, de inibir as iniciativas de formação de blocos de poder regional no Atlântico Sul.

Conclusão

Com tantos dispositivos militares postos em práticas pelos EUA (AFRICOM, IVª Frota, além da IIª Frota que atua na costa atlântica africana), que fragmentam as linhas de ação estratégica em ambos os lados do Atlântico Sul, o desenvolvimento de um pensamento estratégico fusionado será efetivamente uma tarefa complexa, ainda mais se considerarmos a fragilidade das marinhas dos países da região. Num balanço comparativo das forças navais na bacia do Atlântico Sul, temos o seguinte quadro:

Os Estados Unidos dispõe, em suas frotas, de forças navais equipadas com porta-aviões, submarinos à propulsão nuclear e contendo mísseis estratégicos com ogivas nucleares, arma de dissuasão por excelência. cuja missão é o de identificar e atacar as forças adversárias no mar e em terra.

A presença da Grã-Bretanha, por sua vez, acentua a permanência do quadro colonial remanescente da "pax britannica", graças à posse de algumas ilhas meso-oceânicas (Tristão da Cunha, Ascensão e Santa Helena), Malvinas e demais ilhas peri-antárticas (Shetlands, Geórgia, Gough e Sandwich). Em termos de força naval global a Grã-Bretanha é, na atualidade, a segunda marinha mais bem equipada do mundo, contando com 3 porta-aviões, 23 contratorpedeiros, 20 fragatas e dezenas de submarinos de ataque.

As marinhas dos países do Atlântico Sul são muito mais modestas e não são páreos para as dos EUA e Grã-Bretanha. A Argentina teve sua marinha bastante prejudicada com a Guerra das Malvinas e não conseguiu recompô-la desde então. Conta com um efetivo de 18.401 militares, 1 destróier, 2 corvetas e 2 submarinos. A Nigéria conta com 8.000 militares, 1 fragata NNS Aradu da classe Merko 360 reformada recentemente por 250 mil dólares, 1 corveta, 2 navios costeiros e 3 navios de combate com lança-mísseis. A África do Sul dispõe de 4 fragatas, 4 navios de ataque rápido, 3 submarinos e 2 corvetas.

A Marinha do Brasil, por sua vez, é a mais bem equipada entre os países da região o que se justifica, pois tem o maior litoral do Atlântico Sul. Em 2008, contava com um efetivo de 6.600 oficiais e 33 mil praças, 1 porta-aviões, 10 fragatas, 5 corvetas, 2 contratorpedeiros, 6 varredores, 78 helicópteros armados, 25 blindados, 6 navios de desembarque, 29 navios de patrulha costeira, Conta ainda com 5 submarinos da classe tupi, de fabricação alemã que provavelmente será substituído por tecnologia francesa, graças a um acordo firmado entre os dois países. O acordo com a França permitirá, também, a finalização do projeto do submarino à propulsão nuclear (Penha, 2010).

Apesar dos avanços na concepção estratégica de defesa regional, através da UNASUL, o que permanece como dado concreto são os cortes orçamentários das políticas de defesa dos países sul-atlânticos. Essa situação constitui-se num risco para um retorno à situação de dependência da capacitação naval das grandes potências. O risco, neste particular, se manifesta através das pressões feitas pelas potências extra-regionais, para que transformem suas forças navais em milícias armadas para combater o terrorismo, a pirataria e o narcotráfico. Esta pressão é ostensivamente defendida pelos Estados Unidos, sob alegação de que os países do Atlântico Sul não têm ameaças externas, o que induz a constatação de que sua defesa é garantida por eles (Vidigal, 1997:55).

A ZOPACAS poderia coordenar as políticas de defesa comum em ambas às margens da bacia, mas não dispõe de instrumentos jurídicos institucionais que dê conta da amplitude dos desafios estratégicos a que estão submetidos os países ribeirinhos. No caso africano a situação é mais dramática, sobretudo no eixo de Angola à Nigéria, no Golfo da Guiné, onde se localizam as grandes jazidas de petróleo exploradas

pelas corporações internacionais e bem posicionadas *vis-à-vis* ao Ocidente. Isso, de certo modo, abre margem para a presença das grandes potências, justificada pela necessidade de protegerem os seus interesses econômicos e garantir a segurança no provimento de recursos e das suas rotas de comunicação interoceânicas.

BIBLIOGRAFIA:

ALVAREZ, Gladys L. de. *Las relaciones Argentina-Sudafrica desde el proceso hasta Menen*. Rosario, Ediciones Cerir, 1995.

BENY, Eduardo**. "**A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné". Lisboa, Novo Imbondeiro ed., 2007.

CLINE, Ray**.** *Avaliação do poder mundial*. In: Revista Defesa Nacional, nº 688, mar/abr, 1980.

COUTAU-BEGARIE, Hervé: *Geoestratégie de L'Atlantique Sud*. Paris, PUF, 1985.

DODDS, Klaus**.** "Geógrafos del Atlántico Sur: el pensamiento geopolítico argentino y la política del tratado del Atlántico Sur (OTAS)". In: Geopolítica. Buenos Aires, El Ateneo, nº 52, ano XX, 1994 (30:41); e nº 53, ano XX, 1995 (22-32).

FOSTER. John B. "A warning to Africa: the new U.S. imperial grand strategy". In: monthly Review press, NY, vol. 58, nº 2, June 2006.

LHAVER, Maria Del Camen. *Atlântico Sur*. CEIIA, Buenos Aires, 1981. Titulación Especial.

MOURÃO, Fernando, A.A. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. In: Política e Estratégia, 1988.

_____, _____. *Perspectiva em relação ao continente africano*. In**:** II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília, Funag, 2008.

PENHA, Eli Alve**s.** *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador, EDUFBA, 2010. (no prelo).

PORTO DE OLIVEIRA, Amaury**.** *A política africana da China*. In: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília, Funag, 2008 (11:32).

VENTER, Denis. *South África, Brazil and South Atlantic security*. In: Seminário Brasil-África do Sul. Rio de Janeiro, 24-25 de setembro de 1996. Mimeo.

VIDIGAL, V. Alm. Armando. *Atlântico Sul: uma visão brasileira*. In: Revista da ESG, Rio de Janeiro, 1997.

O autor é professor e pesquisador da
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PSEUDOPOTÊNCIA

Luiz Eduardo Rocha Paiva

"Entre outros males, estar desarmado significa ser desprezível".

"O Príncipe" – Maquiavel

O desfecho da iniciativa diplomática brasileira no Oriente Médio demonstrou os limites do poder de um país cuja ação na cena internacional só é relevante nos temas da área econômica. Essa limitação revela uma fraqueza que será ainda mais evidente quando entrarem em choque interesses nacionais e os dos países que efetivamente conduzem os destinos do mundo, em função da projeção desses últimos, seja em nosso entorno estratégico, seja diretamente sobre o nosso patrimônio.

Somos uma potência com *pés de barro*, cuja expressão mundial depende principalmente da exportação de *commodities* com baixo valor agregado, da prestação de serviços por algumas empresas e instituições e do atrativo mercado interno. Relevância econômica, mas não militar. Há um desequilíbrio interno fruto da indigência bélica; da debilidade nas áreas de educação, indústrias de valor estratégico, ciência, tecnologia e inovação; da crise de valores morais; e da falta de civismo. Desse quadro, emergem graves vulnerabilidades para enfrentar os conflitos que se avizinham.

O mundo ficou pequeno e a América do Sul (AS) é um dos principais palcos de projeção da China, a ser seguida da Índia e da Rússia. O Brasil terá sua liderança regional ameaçada não só por esses novos competidores, pois os EUA intensificarão a presença na AS, a fim de não perder espaços estratégicos para poderosos rivais arrivistas. A China passa a ser diretamente interessada na exploração dos recursos da AS – agrícolas, minerais, hídricos, e outros – incluindo, logicamente, os da Amazônia. Será menos arriscado China, Rússia e Índia unirem-se aos EUA e UE para impor limites à soberania na Amazônia e em outras regiões, visando condições vantajosas no aproveitamento de seus recursos, do que entrarem em conflito entre si. Atrás da projeção

político-econômica virá a militar, inicialmente pela cooperação, evoluindo para dissuasão e, possivelmente, para o emprego direto quando os interesses se tornarem importantes ou vitais. O Brasil e os vizinhos são os atores mais fracos e é desse lado que a *corda arrebenta*. A história é uma sábia mestra e a da China no século XIX, fatiada em sua soberania e patrimônio e vilipendiada pelas potências da época, mostra o que pode acontecer aqui, pois a China era, então, a *nova fronteira* como hoje é a AS. Os "impérios" de ontem são as mesmas potências de hoje, com algumas novas presenças como a da Índia.

A perda do Acre, pela Bolívia, em 1903, é um alerta ao Brasil por sua política irresponsável na Amazônia, pois as semelhanças entre o evento do passado e o presente amazônico são preocupantes, particularmente no tocante às terras indígenas (TI). A Bolívia no Acre, por dificuldade, e o Brasil na Amazônia, por omissão, exemplificam vazios de poder pela fraca presença do Estado e de população nacional em regiões ricas e cobiçadas. O Acre, vazio de bolivianos, era povoado por seringalistas e seringueiros brasileiros, respectivamente líderes e liderados, sem nenhuma ligação afetiva com a Bolívia. No Brasil, ONGs internacionais lideram os indígenas e procuram conscientizá-los de serem povos e nações não brasileiras, no que contam com o apoio da comunidade mundial. Portanto, enquanto no século XIX uma crescente população brasileira estava segregada na Bolívia, hoje o mesmo acontece com a crescente população indígena do Brasil, ambas sob lideranças sem nenhum compromisso com os países hospedeiros e sim com atores externos. Ao delegarem autoridade e responsabilidades a ONGs ligadas a nações e atores alienígenas, os governos brasileiros autolimitaram sua soberania como fez a Bolívia ao arrendar o Acre ao *Bolivian Syndicate*. Décadas de erros estratégicos enfraqueceram a soberania boliviana no Acre, direito não consumado, pois aqueles brasileiros revoltaram-se e o separaram da Bolívia, que aceitou vendê-lo ao Brasil.

A Amazônia brasileira nos pertence por direito, mas só a ocupação e integração farão a posse efetiva. Em poucas décadas, haverá grandes populações indígenas desnacionalizadas e segregadas, ocupando imensas terras e dispostas a requerer autonomia com base na *Declaração de Direitos dos Povos Indígenas*, aprovada na ONU com apoio do Brasil. Se não atendidas, evocarão a Resolução que instituiu, em 2005, a

Responsabilidade de Proteger, nome novo do antigo *Dever de Ingerência*. Hoje, há uma forte pressão para transformar TIs em territórios administrados por índios, inclusive com *polícia indígena*, iniciativa que reúne atores externos e internos, estes uma *quinta coluna* cuja atuação atende a objetivos alienígenas. Um sem-número de TIs, com maior autonomia que os estados da Federação, comprometerão a governabilidade e a integridade territorial num país que, muitos não percebem, ainda está em formação, pois não foi totalmente integrado.

Não é que a história se repita, mas situações semelhantes em momentos distintos costumam ter desfechos parecidos, para o bem ou para o mal, se as decisões estratégicas adotadas forem similares. Do militar e do diplomata espera-se percepção estratégica capaz de identificar possíveis ameaças, embora longínquas no tempo, antes que se tornem prováveis, pois aí será tarde demais. Cabe a eles, também, a coragem de assessorar o Estado com franqueza, defendendo o interesse nacional mesmo com o risco de afrontar políticas imediatistas de governos de ocasião, que comprometam interesses vitais da Nação. Política exterior é diplomacia e defesa, e nenhuma das duas se improvisa.

No início dos anos 1990, quem alertou para a ameaça à soberania, quando a criação da reserva ianomâmi iniciou o processo de *balcanização* da Amazônia, foi considerado um visionário. Governos sem-visão prospectiva e aptidão para avaliar riscos desprezaram a ameaça e fizeram o jogo das grandes potências, aceitando imposições que vêm criando paulatinamente, por meio de uma exitosa estratégia de ações sucessivas, as condições objetivas para a perda de soberania. Por importantes que sejam outras ameaças internacionais, esta é a mais grave. O resultado será desonroso para o país se sua liderança continuar adotando decisões *utópico-internacionalistas-entreguistas,* calcadas num discurso *politicamente correto*, mas moralmente covarde, pois não confessa que se troca soberania por interesses imediatistas ou ideológicos apátridas, camuflados sob bandeiras como a defesa dos direitos de minorias e a preservação do meio ambiente.

Assim, não se trata apenas de fraqueza militar, mas, também, da ausência de lideranças competentes e de estadistas que tracem políticas e estratégias capazes de limitar ou neutralizar vulnerabilidades. Ao

contrário, vêm tomando decisões desastrosas, cujo resultado será a contestação e limitação de nossa soberania na Amazônia, pela via indireta, que dispensará ou reduzirá significativamente a necessidade de emprego do poder militar. Eis o resultado de não ocupar, não povoar, não desenvolver, não defender e não preservar a Amazônia, bem como de segregar ao invés de integrar o indígena aos seus irmãos brasileiros.

É lamentável a sociedade esclarecida, seus representantes e lideranças, em setores decisórios do Estado e em muitas de suas instituições, aceitarem passivamente ou reagirem timidamente à mutilação do país, avalizada por sucessivos governos. Convém ressaltar que esse cenário foi construído, desde o início dos anos 1990, a partir da ascensão ao poder da esquerda, cujos discursos demagógicos e ilusórios de defesa dos bens materiais da Nação, do meio ambiente e dos direitos humanos, de revisão da história e de mudança de valores escondem o propósito real de viabilizar a estratégia *gramcista* de tomada do poder, pela desagregação da sociedade nacional e o esfacelamento do Estado. É uma esquerda pseudonacionalista – internacionalista de fato – e pseudopatriota – populista de fato, que despreza a história, os feitos, as tradições e os verdadeiros heróis nacionais. Não ama a Nação, mas sim sua ideologia, e não tem uma Pátria, mas sim um partido.

Para merecer e manter um patrimônio imensamente rico como o brasileiro, onde se inclui a nossa Amazônia, é preciso não um pseudonacionalismo de bravatas, demagógico e xenófobo, mas um patriotismo real e sincero, respaldado numa vontade nacional firme, altiva e corajosa para assumir os riscos dos conflitos que virão e, ainda, lideranças legítimas, confiáveis e efetivamente comprometidas com a Nação. Sem tais atributos, países, ainda que sejam fortes e ricos, não passam de pseudopotências.

O autor é General-de-Brigada, professor emérito e ex-comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

A liberdade de ter a bomba

Daniel Aarão Reis

Voto não dá cobertor nem enche barriga de ninguém. Assim se expressou, em 1940, Getúlio Vargas, na época, ditador do país. A morte da democracia era então celebrada como algo necessário.

As sociedades, um pouco por toda a parte, arregimentavam-se em torno de lideranças carismáticas que prometiam prosperidade, eficiência, conquistas e segurança em troca do confisco das liberdades de pensar, de escrever, de falar, de se organizar e de votar nos próprios governantes.

Tempos sombrios.

Depois veio a II Guerra Mundial. Ameaçadas em sua sobrevivência, e em nome destas liberdades, diferentes potências esmagaram o nazifascismo. Assim, a partir de 1945, as liberdades readquiririam respeito público e prestígio. Podia-se pensar em matá-las, e matá-las mesmo, de fato, mas sempre em sua defesa, porque todos passaram a defendê-las com unhas e dentes.

Quando se desenhou a Guerra Fria, ainda fumegantes os escombros do conflito que terminara, todos se perfilaram em defesa das liberdades. A contenda era entre capitalismo e socialismo, mas os dois lados reivindicavam as liberdades. Pouco importava se o mundo capitalista, chefiado pelos EUA, travestido de "mundo livre", abrigasse ditaduras ferozes, praticando alegremente a tortura, como aqui mesmo, nas Américas: a de Baptista, em Cuba; a dos Somoza, na Nicarágua; a de Stroessner, no Paraguai. Detalhes. Porque anticomunistas, faziam parte do mundo livre. Do outro lado, o mundo socialista regia-se pela ordem ditatorial revolucionária, conquanto se autoproclamando democrático e popular, embora fosse, cada vez mais, antidemocrático e antipopular, e muitos de seus governos praticassem igualmente a tortura como política de Estado.

Na semântica em vigor, ditatoriais eram sempre os outros, os inimigos. Os comunistas bradavam contra as ditaduras aliadas dos EUA, mas silenciavam a respeito da ditadura na URSS e na China Popular.

Já os partidários do capitalismo execravam as ditaduras socialistas, mas silenciavam sobre os regimes ditatoriais que perseguiam e matavam os comunistas. De parte a parte, regimes de exceção eram admitidos como recursos extraordinários para salvar liberdades ameaçadas por inimigos perversos contra os quais valia tudo.

Aqui mesmo no Brasil ouvimos esta cantiga. Na época do Estado Novo, entre 1937 e 1945, a ditadura veio salvar o país da divisão e do caos. A partir de 1964, e até 1979, do comunismo e da corrupção.

Assim, os valores democráticos, incensados sempre na teoria e negados, em larga medida, na prática, foram construindo um caminho ziguezagueante, tortuoso, mas o fato mesmo de serem celebrados evidenciava a sua profunda popularidade — e legitimidade — em sociedades que se tornavam, cada vez mais, complexas e tendencialmente hostis a regimes centralizados, verticais, autoritários.

Situação semelhante ocorre com o debate atual a respeito de uma outra liberdade: a de ter a bomba atômica.

Quem pode ter a bomba? Os EUA a inventaram no apagar das luzes da Guerra Mundial, mas preferiram monopolizar a terrível fonte de energia. Suas lideranças imaginavam, com virtuosa sinceridade, que eram as únicas no mundo capazes de utilizá-la com critérios, digamos, civilizacionais. E o fizeram às custas dos japoneses, sem consultar sequer os aliados.

Erraram, porém, na avaliação de que rivais ou inimigos não pudessem desvendar também o segredo e reunissem meios de produzir igualmente o artefato. Erro crasso. Com o tempo, outros Estados passaram a possuí-lo. E mais outros. O clube atômico foi crescendo, fora do controle. E produzindo cada vez mais bombas de tal sorte que há muito, no estoque, já há suficientes para explodir o planeta várias vezes. Acaso isso garantia a segurança do mundo? Fez-se o espanto. Cresceu a inquietação.

Assim como antes se falava em liberdades e em democracia, agora, todos falam em segurança. É preciso preservar a segurança. Claro: só a ameaçam os inimigos. Mas quem são os inimigos? E de quem? Para os EUA, e para o seleto clube dos que têm a bomba, parece não haver dúvida: os inimigos são todos que dela ainda não dispõem. O problema

é que a folha corrida dos Estados atômicos não garante segurança nenhuma para ninguém. Todos já empreenderam guerras devastadoras e cometeram crimes atrozes contra a humanidade.

De sorte que, para haver algum diálogo sério a respeito do assunto, é preciso voltar à proposta de muitos dos cientistas que inventaram a geringonça mortal em 1945: desativar todas as bombas, compartilhando e regulamentando, sob controle da ONU, o maldito segredo. Fora isso, é tampar o sol com a peneira, esperar o planeta explodir e cultivar a hipocrisia que, na melhor das hipóteses, segundo os antigos, não passa de uma forma de o vício homenagear a virtude.

O autor é professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense.

Pierre Henri Clostermann

"Um aviador franco-brasileiro na 2ª Guerra Mundial"

Lauro Ney Menezes

Possivelmente, poucos brasileiros sabem que um compatriota – de família francesa – foi à Guerra Mundial **antes** que o contingente FEB-FAB o tivesse feito. Seu nome: Pierre Henri Clostermann, curitibano, nascido em 28 de Fevereiro de 1921. Filho do Cônsul de França em Curitiba realizou seus estudos primários e ginasiais no Brasil. Aos 16 anos de idade, já residindo no Rio de Janeiro, decidiu tornar-se Piloto Civil: matriculou-se no Aeroclube do Brasil (à época, instalado no Campo de Manguinhos, hoje Vila do João) e, ali, brevetou-se. Nesse período, conheceu Guilherme Bora, Piloto brasileiro na Luftwaffe, desertor do regime nacional – socialista alemão que, mais tarde, lutou ao lado de Clostermann na liberação da França.

Voltando a Paris e, após, P.C. segue para os Estados Unidos e, em 1940, formou-se em engenharia (Ryan College – CALTEC Inst USA) e lá residiu até a capitulação da França.

Nos USA é brevetado como Piloto Civil. Seu pai, excelso patriota, enviou telegrama a Pierre Clostermann dizendo: "junte-se a De Gaulle ou você não será mais meu filho!"

Como um bom pupilo (e um bom francês), Pierre Clostermann, carregando sua mochila de estudante, cruzou o Atlântico e aportou em Liverpool, Inglaterra em tempo de vê-la sendo bombardeada pela Luftwaffe.

Piloto brevetado no Brasil e USA, ofereceu seus serviços à Royal Air Force (RAF), que não o recebeu com o devido respeito. Insistente e convicto, Pierre Clostermann – finalmente – conseguiu realizar um voo de cheque e foi enviado a Cranwell (Escola de Formação de Pilotos da RAF). Ali recebeu seu "brevet" de Piloto Militar inglês no início de 1943 e foi incorporado ao "Esquadrão 341 ALSACE", das Forças Francesas Livres. Voava o avião SPITFIRE. Seu primeiro

Comandante foi o célebre Major RENÉ MOUCHOTTE, mito da Aviação Militar francesa da época. Já em agosto de 1943 obtêm suas duas primeiras vitórias em combate, abatendo duas aeronaves Fw 190 alemãs. P.C. foi abatido no Canal da Mancha e retorna ao combate em 13 de Maio de 1943.

Em 1944 é transferido, como Piloto da RAF, e passa a compor o "Esquadrão 602-City of Glasgow" onde reencontra seu fraternal amigo Jacques Remlinger, dos tempos de Cranwell. Com ele, cumpriria diversas missões em conjunto.

No seu antigo "Esquadrão 341-Alsace", voava o Spitfire MK IX: agora voava o mais antigo MK5. O "Esquadrão 602-City of Galsgow" tinha um efetivo misto de nacionalidade (belgas, escoseses, franceses, australianos, noruegueses, canadenses... e até ingleses!). Suas missões principais eram ataque ao solo e escolta dos caça-bombardeiros TYPHOON. Aqui ele cria seu famoso TEMPEST nominado "Le grand Charles", que o acompanhou durante toda a campanha aérea.

Em Janeiro de 1944, o "City of Glasgow" é transferido de sede e passa a ser baseado na Base Naval de Scapa Flow (Ilhas Orkney). Passa a voar os Spitfire MK VIII para voos de grande altitude. Em Março do mesmo ano, o Esquadrão retorna à Inglaterra onde continua cumprindo missões de ataque ao solo na preparação do desembarque do dia "D" – Normandia.

Em um momento de raro acontecimento, pousa (em formação com Jaques Remlinger) em solo pátrio francês, sendo o primeiro Piloto a realizar esse feito após a ocupação do território francês pelos alemães.

O "stress de combate" agride nosso às e o Serviço Médico o retira da linha de frente apesar de, antes disso, PC haver abatido três aeronaves inimigas em um mesmo dia. Por esse feito recebeu a DISTINGUISHED FLYING CROSS (DFC). Pierre Clostermann foi lotado no Estado-Maior. Inconformado, requer seu retorno a linha de frente e, apesar de contrariar os Comandantes franceses, retorna à atividade aérea pela intervenção pessoal do Gen. De Gaulle.

Como Membro do ´Esquadrão 602 – City of Glasgow - Pierre Clostermann abateu 11 (onze) aviões inimigos além de dois (2) prováveis e 7 (sete) danificados. Sua pontaria era certeira...".

Em Janeiro de 1945 juntou-se ao "Esquadrão 274 (operando TEMPEST V) na Holanda. Foi um período extenuante, pois, após dois meses de operação apenas Clostermann e mais dois Pilotos sobreviveram aos combates. À época, a Flak alemã era muito eficiente e mortal...".

Em Maio de 1944 foi designado Comandante da Ala (Wing) 122 e recebeu uma "barra" na sua DFC.

Ao final da Guerra, Clostermann havia marcado no "capot" de seu avião, 33 vitórias confirmadas, 6 compartilhadas e 2 prováveis. Recebeu as medalhas DISTINGUISED SERVICE ORDER (DSO), a DFC com barra, além de condecorações francesas, belgas e americanas e passou a representar o protótipo do Piloto de Caça bem sucedido das hostes aliadas.

Realizou 420 missões de Guerra, abateu 33 aeronaves inimigas e tornou-se o maior ás francês e o Piloto mais condecorado na II Guerra Mundial.

Escreveu um livro famoso (Le Grand Cirque) e, nele mostrou-se, além de ser um bravo combatente, um poeta - aviador:

"Sobre minhas asas, estava à escuridão: estou sozinho sob a luz do sol. Tudo é meu: as nuvens, a luz, o sol. Tudo isso brilha para mim...".

"... perpétuer la mémoire des aviateurs de Forces Aériennes Françaises Libres qui ont donné leur jeunesse, et souvent leur vie, pour la France...".

"O grande Circo partiu...". "Para nós, o armistício foi como uma porta que se fecha".

Lança, também, com o mesmo sucesso, o livro "Feu du ciel". Ambos plenos de profunda filosofia.

"A vós todos, a quem tanto devemos e sobre os quais o esquecimento cai tão depressa, dedico afetuosamente estas páginas vividas...".

"Devemos nos esquecer que, entre as ferragens carbonizadas e retorcidas dos aviões, era a carne de homens que ardia?"

Após a Guerra Pierre Clostermann é eleito Deputado do Parlamento francês. Participa, ainda, da Guerra da libertação da Argélia e, com isso, voa 116 missões de observação e guiagem de Caça. Dessa experiência nasce a obra literária "Appui-feu sur l'oued Hallaïl".

Retira-se do serviço ativo como Coronel Aviador.

Homem de Aviação trabalhou com a Cessna Aviation (USA), Marcel Dassault e é designado PDG da Reims Aviation. O conheci pessoalmente quando visitou o Brasil em 1951 e deixou seu autógrafo na parede do 1º Grupo de Caça, Base Aérea de Santa Cruz. Sorridente, faiscantes olhos azuis, galante "chévalier" a imitar: "um chasseur pur...". Fluente em português, com um charmoso sotaque francês, PC foi o maior às da aviação de caça francesa na 2ª Guerra Mundial. Foi, também, engenheiro, político e escritor. Seu livro "Le Grand Cirque" foi traduzido em trinta línguas e vendeu mais de 3 milhões de exemplares.

Pierre Henri Clostermann, um franco-brasileiro na 2ª Guerra Mundial..., figura legendária das Forças Aérea Francesas Livres. Jamais esqueceu o Brasil, seu País de nascimento nem sua língua materna. Tornou-se, também, mito dos Aviadores de Caça do Brasil.

Pierre Clostermann faleceu em 22 de Março de 2006.

"À la chasse!"

O autor é Major-Brigadeiro-do-Ar; ex-presidente da INFRAERO e da TASA. Atualmente, é presidente da Associação Brasileira de Pilotos de Caça.

O Atlântico Sul no contexto sul-americano de Segurança e Defesa

Eduardo Italo Pesce

O Atlântico Sul já foi rota marítima obrigatória rumo ao Índico e ao Pacífico, até que a abertura dos canais de Suez (1869) e do Panamá (1914) concentrasse o fluxo do comércio marítimo ocidental no Mediterrâneo e no Atlântico Norte. Durante o Século XX, o Atlântico Sul permaneceu como "o mais pacífico dos oceanos", apesar de algumas ações isoladas de superfície, nas 1ª e 2ª guerras mundiais, e da campanha submarina do Eixo, na 2ª Guerra Mundial.

O Atlântico Sul voltou a ganhar certa importância na época dos "super-petroleiros", durante os anos 70 do século passado, em função da primeira crise do petróleo e da interrupção temporária do tráfego de navios pelo Canal de Suez. Entre abril e junho de 1982, tornou-se cenário de um conflito armado entre Argentina e Reino Unido, pela posse das ilhas Malvinas (Falklands). É provável que o longo isolamento geopolítico deste oceano esteja chegando ao fim.

O incremento da produção petrolífera das reservas localizadas nas bacias sedimentares dos litorais da América do Sul e da África Ocidental pode aumentar a importância estratégica do Atlântico Sul, contribuindo para a redução da dependência dos Estados Unidos e demais países ocidentais em relação ao petróleo do Oriente Médio.

Sem incluir o potencial do pré-sal brasileiro, a produção diária de petróleo no mar na América do Sul pode crescer de 2,5 milhões de barris em 2005 para 6,1 milhões de barris até 2030 (crescimento de 144%). No mesmo período, a produção no litoral da África pode passar de 4,9 a 12,4 milhões de barris por dia (crescimento de 153%).

O aumento do comércio internacional, cada vez mais dependente do transporte marítimo, levou à estruturação de um sistema fortemente globalizado e essencialmente transnacional de uso econômico dos mares. O símbolo de tal sistema é o "contêiner" de dimensões padronizadas, empregado quase universalmente no transporte de cargas dos mais diferentes tipos.

Qualquer que seja sua bandeira, o navio mercante frequentemente é propriedade de um conglomerado multinacional, enquanto que a carga pertence a outro e o seguro é feito por um terceiro. A tripulação geralmente procede de diversos países. A qual país caberia dar proteção ao navio e sua carga, assim como à tripulação, contra possíveis ameaças?

A complexidade da tarefa de garantir a segurança do tráfego marítimo e das atividades ligadas ao uso econômico do mar, em escala global, sugere a adoção de soluções cooperativas. Isto se justifica, pois a segurança de cada nação está cada vez mais ligada à segurança do sistema internacional e pode ser afetada por qualquer ameaça ao uso dos mares.

Atualmente, mais de dois bilhões de pessoas vivem a distâncias de até 100 km de uma linha costeira. Pelos mares circulam aproximadamente 50 mil navios de porte oceânico, que transportam 80% do comércio mundial. Todos os anos, quase dois bilhões de toneladas de petróleo (60% de todo o petróleo produzido) são transportados por via marítima.

As rotas marítimas de interesse imediato para o Brasil incluem a da América do Sul, com ramificações para o Pacífico, a América do Norte e a Europa, e as da África Ocidental e do Cabo da Boa Esperança. Contudo, nossos interesses comerciais estão se deslocando para a Ásia e passando a incluir países como China, Japão, Índia, Coréia do Sul e Indonésia.

Os interesses marítimos do Brasil não estão limitados à área vital, constituída pela "Amazônia Azul". A área primária de influência do Poder Naval brasileiro abrange todo o Atlântico Sul, entre a América do Sul e a África, bem como parte do Oceano Antártico. A área secundária inclui o Mar do Caribe e parte do Pacífico Sul, nas proximidades do litoral sul-americano.

O Brasil necessita de uma Marinha oceânica, capaz de operar em toda a extensão do Atlântico Sul, contando para isso com os meios e a capacidade de apoio logístico necessários. É essencial que o Brasil disponha de meios diversificados, para exercer a vigilância e a defesa das águas sob jurisdição nacional, bem como manter a segurança das linhas de comunicação marítima.

A pirataria é uma grave ameaça ao uso pacífico dos mares, que pode tornar necessário o emprego de forças navais. No Atlântico Sul, até hoje só foram confirmados ataques a navios no litoral de países africanos situados no Golfo da Guiné. Nos últimos anos, a maioria dos casos tem ocorrido na região conhecida como "Chifre da África" (Golfo de Áden e litoral da Somália).

A proteção das atividades marítimas em escala global excede a capacidade de um só país, mesmo se for uma superpotência. Por isso, a Marinha dos EUA lançou, em 2005, a iniciativa denominada Parceria Marítima Global (mais conhecida como "A Marinha dos mil navios"), confirmada pela nova Estratégia Marítima norte-americana em 2007.

A interrupção de atividades marítimas vitais pode causar sérios danos à economia do Brasil. Além de incrementar a cooperação com a Parceria Marítima Global, é de extrema relevância para nosso País envidar esforços em favor da constituição de uma "Parceria Marítima Regional do Atlântico Sul", envolvendo as Marinhas de ambos os lados deste oceano.

O Poder Marítimo de uma nação pode ser definido como a capacidade que esta tem de utilizar o mar em benefício de sua soberania e de seus interesses nacionais. Ao Poder Naval, componente militar do Poder Marítimo, compete prover a segurança dos demais componentes deste poder, em tempo de paz ou de guerra.

A natureza do Poder Naval é dupla, pois este é também o componente marítimo do Poder Militar. No Brasil, país-continente que tem pouca mentalidade marítima, embora tenha amplos interesses marítimos a defender, é comum o erro de considerar a Marinha de Guerra apenas como parte das Forças Armadas.

O Brasil deve desenvolver uma estratégia marítima de âmbito mundial, capaz de viabilizar um ciclo sustentado de crescimento econômico e desenvolvimento social. Em tal contexto, caberá ao Poder Naval, revitalizado e fortalecido, garantir a segurança dos demais componentes do Poder Marítimo brasileiro.

O autor é Especialista em Relações Internacionais, professor no Cepuerj, colaborador permanente do CEPE/Escola de Guerra Naval e colaborador do Nest/Universidade Federal Fluminense.

Centro de Formação de Pilotos Militares

Clovis de Athayde Bohrer

O Centro de Formação de Pilotos Militares (CFPM), dada sua curta existência - 4 anos, é uma Organização pouco conhecida das novas gerações de oficiais da Força Aérea Brasileira.

Ela foi, de 1970 a 1973, a Unidade que teve por missão a formação de pilotos militares - da ativa e da reserva, para a Aeronáutica.

A ideia da sua criação foi consequência dos estudos desenvolvidos no âmbito do Ministério da Aeronáutica que levaram à conclusão de que o período para a formação do oficial-aviador deveria passar de três para quatro anos e que a instrução Técnico-Especializada indispensável deveria preceder a instrução Científica.

Esse fato determinou sua inclusão na Estrutura Básica do Ministério da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 60.251 de 31 de março de 1967.

Apesar da data em que foi estabelecida sua criação, somente em 1968 foi dado início às providências para o seu funcionamento, com a criação, pelo Decreto nº 62.988 de 15 de julho de 1968, do Núcleo do CFPM que teria como missão "promover, dentro do prazo fixado pelo Ministério da Aeronáutica, as medidas indispensáveis para a ativação do referido Centro". O mesmo Decreto estabelecia que o Chefe do Núcleo seria "oficial-general do quadro de Oficiais Aviadores, com o posto de Brigadeiro, designado por decreto".

Somente um ano mais tarde, no entanto, o referido Núcleo foi ativado, o que se deu através da Portaria nº 048-GM7 de 18 de junho de1969. Dois meses depois, a Portaria nº 065-GM7, de 14 de agosto de1969, estabeleceu que a nova Unidade ficaria sediada em Natal, Rio Grande do Norte e seria subordinada ao Núcleo do Comando de Formação e Aperfeiçoamento, Unidade, igualmente, recém-criada.

A escolha da cidade de Natal para sede do CFPM foi consequência, particularmente, de três fatores:

1º - a existência de instalações, no lado oeste da Base, na ocasião desocupadas, que, com pequenas adaptações, se tornariam perfeitamente adequadas para funcionar como sede do Corpo de Alunos da nova Organização;

2º- o clima da região altamente favorável ao desenvolvimento da atividade aérea; e

3º- o reduzido tráfego aéreo comercial na área.

Através do mesmo ato, foi determinado ao Comandante Geral do Pessoal e ao Comandante Geral do Ar que tomassem as indispensáveis providências para que o CFPM estivesse em condições de iniciar a instrução em 15 de março de 1970. O Curso de Piloto Militar teria a duração de 10 meses e as aeronaves a serem utilizadas seriam o T-23, para Estágio Primário e o T-37, para o Estágio Avançado.

A partir daí, por determinação expressa do Ministro da Aeronáutica Ten Brig Ar Márcio de Souza e Mello, o assunto passou a ser prioritário no âmbito do Ministério da Aeronáutica, tendo sido nomeado Chefe do Núcleo o Brig Ar Esron Pires que iniciou os trabalhos em instalações provisórias no prédio do Ministério da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, os quais ali se desenvolveram até a transferência efetiva do Núcleo para Natal.

Durante sua permanência no Rio de Janeiro, as atividades referentes à previsão e provisão dos meios materiais indispensáveis ao funcionamento da nova Organização contaram com a valiosa participação de elementos da Diretoria de Intendência, o que muito contribuiu para que os prazos estabelecidos pudessem ser cumpridos. A parte referente às obras que se faziam necessárias na Base Aérea de Natal ficou a cargo do Serviço de Engenharia da 2ª Zona Aérea, sediada em Recife.

Por razões administrativas, em dezembro de 1969, o Brig Ar Esron Pires foi exonerado da Chefia do Núcleo do CFPM, tendo sido nomeado para substituí-lo o Brig Ar Ismael da Motta Paes.

Em janeiro de 1970 o Núcleo teve concretizada sua transferência para Natal, tendo a Base Aérea de Natal, a partir do dia 29 daquele mês, ficado a ele subordinada.

A fim de proporcionar ao CFPM as condições indispensáveis ao seu funcionamento, através do Decreto nº 66.123 de 27 de janeiro de 1970, foi aprovado o respectivo Regulamento que, em seu artigo 1º estabelecia: "O Centro de Formação de Pilotos Militares (CFPM), previsto no artigo 39 do Decreto nº 60.521 de 1967, é a Unidade incumbida da Formação de Pilotos Militares para a Aeronáutica". Em outra parte das Instruções – art.13, estava estabelecido que o "aluno que concluir com aproveitamento o curso do Centro de Formação de Pilotos Militares e não for matriculado na Academia da Força Aérea, será incluído na Reserva da Aeronáutica, sujeito à convocação, de acordo com a legislação em vigor, por um período mínimo de dois anos".

Em 24 de fevereiro de 1970, através da Portaria nº 016-GM7, a Base Aérea de Natal e o Núcleo do CFPM foram desativados, tendo sido ativados, pelo mesmo documento, o Centro de Formação de Pilotos Militares, para o qual foram transferidas "a responsabilidade e a gestão do pessoal, do material, do numerário, das instalações e do arquivo da Base Aérea de Natal".

Na mesma data, por Decreto Presidencial, o Brig Ar Ismael da Motta Paes foi exonerado do cargo de Chefe do Núcleo do CFPM e nomeado Comandante do Centro de Formação de Pilotos Militares, cargo que assumiu na mesma ocasião. Igualmente em 24 de fevereiro de 1970, pela Portaria Ministerial GMPE, o Cel Av Clovis de Athayde Bohrer e o Ten Cel Av Monclar Luiz de Miranda foram designados Subcomandante e Chefe do Departamento de Ensino do CFPM, respectivamente, cargos que assumiram na mesma data.

Em 02 de março de 1970, pelo Decreto nº 66.288, foi extinto o Núcleo do CFPM, que, em documento anterior, fora desativado.

No dia 10 de março de 1970, em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 065-GM7 de 14 de agosto de 1969, teve início o ano letivo. Na mesma data chegaram a Natal as primeiras aeronaves T-23, Uirapuru, que seriam utilizadas na Instrução Primária.

A 16 de março teve início a Instrução Aérea, marco inicial de um período que, sem dúvida, trouxe grandes e significativos benefícios à Força Aérea Brasileira.

A instrução no CFPM, em seu primeiro ano de funcionamento, enfrentou algumas dificuldades, particularmente para a execução do programa de instrução aérea. Isto porque, as aeronaves T-23 que originalmente seriam aeronaves destinadas a voos de turismo ou desportivos, para utilização em atividade de instrução, tiveram que sofrer modificações em seu projeto, o que atrasou sua entrega pela fábrica. Este fato levou as autoridades da Força Aérea Brasileira a buscar uma alternativa que permitisse que não houvesse atraso na instrução. A solução encontrada foi adiar a desativação das aeronaves Fokker que estavam em uso na AFA e nelas realizar o Estágio Primário de 50% dos Alunos que seriam matriculados no CFPM. Desta forma, enquanto 116 Alunos voariam o T-23 em Natal, os restantes realizariam o Estágio Primário na AFA, após o que se deslocariam para Natal, onde se juntariam aos que lá estavam para realizar o Estágio Avançado em aeronaves T-37.

Para se ter uma ideia das consequências decorrentes do atraso na entrega dos T-23, é oportuno mencionar que todas as aeronaves, após terem sofrido as modificações estabelecidas, deveriam ser testadas em manobras de parafuso, antes de serem disponibilizadas para a instrução aérea, exigência que, no dia da ativação da Unidade, apenas algumas delas haviam cumprido.

A fim de que esse fato não comprometesse o cumprimento do programa de instrução do CFPM, ficou estabelecido que o referido teste seria realizado em Natal, para onde se deslocariam as aeronaves e o piloto de provas da fábrica. Isto foi feito e as aeronaves, à medida que eram liberadas, entravam imediatamente na instrução. Esse procedimento e a divisão dos Alunos em dois grupos apresentaram os resultados esperados e, no fim do mês de maio, todos estavam em Natal, em condições de prosseguirem seu Curso.

As demais dificuldades foram de menor vulto e, pelos setores atingidos, não chegaram a prejudicar a atividade fim da Unidade.

Deve ser ressaltado que os obstáculos no início enfrentados, longe de abater instrutores e alunos, mais os estimulavam a ultrapassá-los.

Pode-se dizer que para os integrantes da Unidade, eles representavam metas a serem vencidas e, quando isto ocorria, o fato era considerado como mais uma vitória conquistada.

A fim de que fossem normatizadas as condições para ingresso no CFPM, em 17 de abril de 1970, através da Portaria nº 065/EMGEP do Comandante Geral do Pessoal, foram aprovadas as "Instruções Reguladoras para o Curso de Formação de Piloto Militar" que entraram em vigor na data da sua publicação. Com esse documento, praticamente se completou a legislação que permitiria ao CFPM desincumbir-se de sua missão.

É oportuno enfatizar que a partir da ativação do respectivo Núcleo, em 1969, a Organização passou a merecer uma atenção especial do Ministro da Aeronáutica, Ten Brig Ar Márcio de Sousa e Mello que se empenhou pessoalmente na sua concretização, proporcionando total e irrestrito apoio para que ela se tornasse realidade.

Ao final do ano letivo, face aos resultados obtidos pela Unidade, fez ele questão de tornar público seu agradecimento e seu louvor ao Comandante e demais integrantes do CFPM pelo trabalho desenvolvido em seu primeiro ano de funcionamento. Para isto, escolheu a Ordem do Dia alusiva à formatura, cuja confecção avocou a si, mensagem que foi lida na respectiva cerimônia.

Já com a Unidade perfeitamente consolidada em sua organização, o 2º semestre de 1970 e os três anos que se seguiram até sua desativação, transcorreram sem qualquer anormalidade.

Em 1971, face aos trabalhos desenvolvidos pelo Estado-Maior da Aeronáutica, "tendo em vista a necessidade inadiável de aumentar o efetivo de alunos do Centro de Formação de Pilotos Militares em 1972", o Ministro da Aeronáutica, através do Aviso nº R-033/GM4 de 22 de novembro de 1971, dirigido aos Comandantes Gerais do Pessoal e de Apoio e ao Comandante do Centro de Formação de Pilotos Militares, informou que recomendara ao DEPED que "todas as aeronaves T-23, Uirapuru, adquiridas pelo Ministério da Aeronáutica, com exceção de uma, que deverá permanecer no CTA para voos de teste, sejam distribuídas e entregues, com a urgência possível, ao CFPM em Natal". A recomendação foi cumprida e o CFPM contou,

a partir de janeiro de 1972, com um substancial reforço de meios aéreos, o que muito contribuiu para que a instrução aérea se desenvolvesse sem maiores dificuldades.

Em dezembro do mesmo ano, depois de dois anos de comando, o Brig Ar Ismael da Motta Paes foi exonerado do cargo de Comandante do CFPM, tendo sido substituído pelo Brig Ar Everaldo Breves que assumiu no dia 09 daquele mês.

No ano de 1973, considerando que a construção de novas instalações e outros itens de infraestrutura ocorrida, recentemente, na Academia da Força Aérea, em Pirassununga, permitiam que ela passasse a se incumbir das atividades que desde 1970 eram desenvolvidas no CFPM, bem como a conveniência de se concentrar em um só lugar toda a atividade relativa à formação dos Oficiais Aviadores da Força Aérea Brasileira, decidiu o Ministério da Aeronáutica que a partir do ano de 1974 o CFPM seria desativado e que suas atribuições seriam absorvidas pela Academia da Força Aérea. Em consequência, em junho de 1973, o Ministro da Aeronáutica expediu o Aviso nº 010-GM3 dirigido ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, ao Inspetor Geral da Aeronáutica, aos Comandantes Gerais e aos Diretores Gerais de Departamentos, no qual fixava a seguinte Linha de Ação:

> "....
>
> 1 – atribuir à Academia da Força Aérea (AFA) a instrução completa do Cadete da Aeronáutica, devendo a Instrução Técnico-Especializada suceder à formação científica;
>
> 2 – desativar o Centro de Formação de Pilotos Militares (CFPM)".
>
> O mesmo Aviso estabelecia que a partir de 1974 fossem promovidas, entre outras, as seguintes medidas:
>
> ".....;
>
> 4 – seja desativado o Centro de Formação de Pilotos Militares (CFPM) e criado e ativado, em Natal, o Centro de Aplicações Táticas e Recompletamento de Equipagens".

Determinava, ainda, o mesmo documento, que os Órgãos competentes estabelecessem a indispensável coordenação, a fim de que "fosse transferido, o que couber, do acervo em material e pessoal do Centro de Formação de Pilotos Militares".

A transformação do CFPM em CATRE tornou-se efetiva através do Decreto nº 73.233 de 29 de novembro de 1973 que estabeleceu a data de 1º de janeiro de 1974 para sua concretização.

Desta forma, com a diplomação da 4ª Turma de Pilotos Militares, ocorrida em 04 de dezembro de 1973, o CFPM praticamente encerrou suas atividades.

Apesar de sua curta existência, o CFPM deixou extraordinário legado à Força Aérea Brasileira, traduzido não apenas pelas centenas de Pilotos Militares que formou, em uma atividade que exigiu a realização de 98.605 horas de voo, como, e principalmente, pelo espírito de corpo e amor à Organização que ali se forjou entre os Alunos, bem como a identificação que existiu entre seus integrantes – instrutores e alunos, chefes e subordinados, fatos até hoje lembrados e citados pelos oficiais que por ele passaram. Como exemplo da forma como essa identificação marcou suas vidas, pode ser citada a Reunião que houve no corrente ano, em Natal, para comemorar os 40 anos da ativação do CFPM e da formatura da 1ª Turma de Pilotos Militares por ele diplomados, em um ato a que estiveram presentes instrutores e alunos daquela época, em uma confraternização que deixou evidente o quanto aquela Unidade marcou as gerações que por ela passaram.

Os dados, a seguir mencionados, mostram o trabalho desenvolvido pelo CFPM durante os quatro anos de sua existência.

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E FORMADOS E DESTINO

ANO	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS	Nº DE ALUNOS FORMADOS	AFA	ASPIRANTES A OF. DA RESERVA	ESTRANGEIROS
1970	223	133	126	06	01
1971	219	155	145	06	04
1972	289	181	148	12	21
1973	294	202	170	12	10
TOTAL	**1025**	**671**	**589**	**36**	**36**

NÚMERO DE HORAS VOADAS

ANO	AERONAVE	HORAS VOADAS
1970	T-23	11691
1970	T-37	7716
1971	T-23	15621
1971	T-37	12288
1972	T-23	16314
1972	T-37	13098
1973	T-23	14933
1973	T-25	6944
TOTAL		**98605**

O autor é Brigadeiro-do-Ar; integrou o Núcleo do Centro de Formação de Pilotos Militares (CFPM) e foi Subcomandante da Unidade, no período de 1970 a 1973.

A percepção brasileira do Mundo[1]

Marcos Henrique Camillo Côrtes

A noção de "percepção" acarreta, por si só, um vasto leque de dificuldades. Assim sendo, considero indispensável estabelecer *ab initio* os elementos com que orientarei minha exposição do tema.

Introdução

Evidentemente, antes de buscar perceber o mundo, o observador precisa perceber a si mesmo. Ora, de modo geral, os brasileiros não se preocupam em fazer o seu autorretrato, pois desfrutam da felicidade de não terem dúvidas sobre sua identidade nacional. O Diplomata brasileiro, porém, sem pretender desenvolver complexas teses sociológicas, precisa empreender esse trabalho de exegese da "brasilianidade" para tentar ajudar estrangeiros a melhor se entenderem conosco. Rebuscando prazerosamente na memória esses esforços a que a profissão me obrigava, vou ousar apresentar algumas idéias sobre esse tema desafiante.

Premissas conceituais

Biologicamente o ser humano é um "predador" e, por essa circunstância, guarda uma tendência atávica a atribuir um valor positivo ou negativo a tudo que é diferente. O analista do cenário internacional, entre outros, necessita conter essa tendência através de um esforço consciente de condicionamento intelectual para perceber o que é diferente como apenas isto: ser diferente. Por princípio, ele deverá abster-se de fazer aquele instintivo juízo de valor nesse estágio inicial de percepção. A avaliação qualitativa do diferente terá de aguardar uma etapa posterior da análise.

Este artigo se baseia na palestra que proferi em 15/JUN/2010, no Clube da Aeronáutica, a convite do seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista.

Penso que, antes de formar uma percepção do mundo, o indivíduo – e, por extensão, o grupo social (a "maioria") – terá como base, ainda que subconscientemente, a percepção de si próprio, que se pode considerar como a identidade coletiva (ou nacional, tratando-se do país todo). Evidentemente, essa autopercepção resultará de uma soma algébrica de fatores "genéticos" e de fatores "ambientais". Em outras palavras, trata-se das percepções herdadas e daquelas adquiridas no processo de crescimento e amadurecimento naturais no meio social.

Além disso, quem busca identificar a percepção brasileira do Mundo tenderá naturalmente a dar-lhe a sua interpretação pessoal. Ou seja, deverá dizer que "esta é a minha percepção da percepção brasileira". Talvez fosse mais acertado fazer um esforço de pesquisa objetiva para tentar chegar à percepção da maioria da Sociedade brasileira. Finalmente, é preciso, para completar o levantamento, tratar de identificar a percepção do que se pode denominar de "minoria intelectualizada", entendendo-se por esse rótulo a categoria de cidadãos que – por diversos motivos – busca de forma deliberada colher e analisar informação sobre o "mundo".

Quando se atingir a fase de buscar definir a percepção do mundo, será necessário levar em conta as dimensões desse "mundo" ao longo do tempo. Essas molduras cronológicas asseguram uma avaliação mais adequada aos respectivos contextos históricos. Dentro de cada uma dessas etapas, será também indispensável considerar os âmbitos geográfico, geopolítico e geoestratégico que delimitaram nesses espaços físicos o "mundo" percebido.

A percepção está, inevitavelmente, sujeita a diversos vetores de influência, que podem atuar de forma automática ou serem adrede direcionados. Sem pretender exaurir a lista desses vetores, considero que os principais são: o meio social, tanto o de origem, como outros por que se tenha passado até chegar ao atual; a formação em todos os níveis de ensino; o(s) ambiente(s) profissional(is) em que se tenha trabalhado; a dimensão de conhecimentos adquiridos ou absorvidos fora do contexto de ensino e de trabalho; a chamada "mídia", acrescentando-se aqui o cinema; a Internet, nas suas múltiplas variedades de acesso a informações e de veiculação de notícias, dados e opiniões.

Prefiro separar o Governo desse elenco de vetores de influência porque, naturalmente, ele tem uma dupla função, tanto numa sociedade autenticamente democrática como num regime ostensiva ou dissimuladamente autocrático.

A primeira é de buscar ser o intérprete objetivo da percepção predominante, bem como da minoria "intelectualizada". O governante pode empenhar-se nesse sentido por um louvável espírito de bem servir à Nação ou simplesmente por uma necessidade de autopreservação no poder.

A segunda é de indutor criativo da Vontade Nacional. Essa função, na realidade, se segue à primeira. Num contexto desejável, o governo, consciente dos autênticos Objetivos Nacionais, cuida de a eles adequar os seus próprios Objetivos de Governo. Se, ao interpretar as idéias generalizadas na Sociedade que o elegeu, constata que elas não contribuem para a consecução daqueles Objetivos, procura promover a formação de uma percepção coletiva que facilite a tarefa governamental. Num sentido negativo, mormente quando se trata de governo autocrático, o governo procura egoisticamente levar a Vontade Nacional a apoiar seus objetivos próprios, mesmo que eles não se coadunem com os Objetivos Nacionais.

A percepção da Sociedade, inevitavelmente, é alvo de diversas influências exógenas. A atuação dos governos de outros países afetará essa percepção, positiva ou negativamente. O mesmo pode ser dito de empresas estrangeiras que tenham interesses diretos no país ou que desejem evitar reflexos negativos para seus interesses alhures. Num terceiro nível, há uma variedade de entidades internacionais – desde ONGs a organismos multilaterais – que influirão na percepção do mundo exterior.

Finalmente, é preciso considerar os seis Fundamentos do Relacionamento Internacional, a saber: o Espaço Geopolítico, o Espaço Geoestratégico, o Poder Nacional, os Objetivos Nacionais, o Substrato Moral e a Expectativa Cominatória. De todos eles, estes dois últimos são os que mais diretamente incidem sobre a maneira como a Sociedade percebe o resto do mundo.

O Substrato Moral é o conjunto de concepções filosóficas, crenças, costumes e tradições que se foram desenvolvendo desde o surgimento

da Nação e que a induz a adotar, muitas vezes de forma subconsciente, certo tipo de conduta no Campo Externo. Em outras palavras, ele constitui o que se poderia comparar à personalidade de um indivíduo, abrangendo seus valores, suas crenças, suas preferências, suas aspirações e seu modo de se relacionar com os demais.

A Expectativa Cominatória é a percepção que a Nação tem dos ônus de todo tipo com que terá de arcar no Campo Externo para a busca, a consecução e a manutenção de seus Objetivos. Ressalte-se que a palavra-chave nessa definição é *percepção*. É ela que distingue a Expectativa Cominatória do conceito mais conhecido de custo-benefício, porque este é resultado de um cálculo baseado em dados concretos, enquanto aquela depende de uma avaliação que, esteja certa ou equivocada em relação à realidade, vai induzir a Nação a determinada conduta.

Evolução histórica

Partindo dessas premissas, pode-se acompanhar a evolução da postura geopolítica do Brasil dos tempos coloniais até hoje e, através dela, das percepções "naturais" e "induzidas" da Sociedade brasileira sobre o "mundo". De modo esquemático, essa evolução pode ser sintetizada nas etapas abaixo. Em cada uma delas está indicada a percepção "favorável" ou "hostil" em relação a países e/ou regiões mais relevantes. Porém, é preciso ressaltar que nem sempre essa qualificação se aplica a toda a etapa respectiva e que, em algumas delas, o mesmo país terá sido percebido – sucessiva ou simultaneamente – de modo hostil e/ou favorável. Além disso, a menção a uma região ou grupo de países pode ser feita com exclusão de um ou mais países, que devem ser colocados na outra categoria.

1ª. etapa: Expansão ultramarina portuguesa [Séc. XVI]

- Interesse territorial muito limitado.
- Miscigenação "induzida".
- Busca de autossustentação econômica.

PERCEPÇÃO:

favorável – Portugal / "Índias"

hostil – Espanha / França

2ª. etapa: Início da colonização [Sécs. XVI - XVIII]

- Ciclos econômicos de auto-sustentação, evoluindo para fonte adicional de receita da metrópole.

- Expansão territorial requerida pelo objetivo precedente.

- Ampliação da capacidade defensiva local.

PERCEPÇÃO:

favorável – Portugal / "Índias" / "África"

hostil – Espanha (América espanhola) / França / Holanda / Inglaterra

3ª. etapa: Corte Temporária / Reino Unido [1808 - 1822]

- Vinculação econômica do Brasil com a Europa Ocidental.

- Aliança defensiva com potência européia ocidental.

PERCEPÇÃO:

favorável – Portugal / "África" / Áustria / EUA / Inglaterra

hostil – Espanha (América espanhola) / França

4ª. etapa: Monarquia / "I República" [1822 -1930]

- Consolidação física e jurídica das fronteiras [ação do Itamaraty: Duarte da Ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza, Joaquim Caetano da Silva, Visconde do Rio Branco e, em especial, Barão do Rio Branco].

- Desinteresse hemisférico [exceto na defesa da integridade territorial – guerras subregionais].

- "Aliança militar tácita" com grande potência européia.

- Programa de "relação especial" com os EUA.

- Maiores vínculos econômicos com a Europa Ocidental.

PERCEPÇÃO:

favorável – Portugal / Áustria / "África" / EUA / Inglaterra / França / Japão / Alemanha / Itália

hostil – Repúblicas hispano-americanas / EUA / Inglaterra

5ª. etapa: "II República" [1930 - 45]

- Vinculação econômica com os EUA.
- Aliança militar formal com os EUA (II Guerra Mundial).
- Ampliação do interesse "diplomático" pelo hemisfério.

PERCEPÇÃO:

favorável – EUA / França / Inglaterra / Repúblicas hispano-americanas

hostil – Argentina / Alemanha / Itália / Japão

6ª. etapa: "III República" [1945 - 1964]

- "Aliança semiformal" com os EUA [ameaças da Guerra Fria]
- Vinculação econômica com os EUA.
- Restabelecimento da vinculação econômica com a Europa Ocidental.
- Ampliação e diversificação do "interesse diplomático" por outras áreas do mundo.
- Perspectivas de "hegemonia tácita" na América do Sul e na América Latina.

PERCEPÇÃO:

favorável – EUA / Europa Ocidental / Oceania / Ásia Oriental / Repúblicas hispano-americanas

hostil – Argentina / Bloco soviético (Cuba) / China

7ª. etapa: "IV República" [1964 - 1988]

- Vinculação econômica com EUA, Europa Ocidental e Japão.
- Gradual abandono de quaisquer alianças "semiformais" ou "tácitas".
- Maior desenvoltura na atuação diplomática.
- Altos e baixos na "preeminência" regional.

PERCEPÇÃO:

favorável – EUA / Europa Ocidental / Japão / Repúblicas hispano-americanas / Oceania

hostil – Argentina / Bloco soviético (Cuba) / China

8ª. etapa (em andamento): "V República" [1988 - ...]

- Globalização e Regionalização.
- 3ª e 4ª "Revoluções Industriais" / Internet.
- Fim da Guerra Fria / A Superpotência e os CPEs.
- Proliferação de conflitos armados.
- O "complicador" islâmico.
- Crescente "esquerdização" política. Novas "alianças".
- Gramscismo e Bolivarianismo.

PERCEPÇÃO:

favorável – (ver adiante)

hostil – (ver adiante)

A atual percepção brasileira do Brasil e do Mundo

Não creio que seja possível identificar com razoável grau de precisão qual é, atualmente, a percepção que a Sociedade brasileira tem do seu próprio país e menos ainda do mundo em seu conjunto.

Assim sendo, passarei a expor a *minha* percepção de qual deveria ser a atual percepção brasileira. Acredito que essa percepção é compartilhada por muitos compatriotas e será contestada por outros. De qualquer modo, o importante é que essas idéias sejam orientadas pela maior objetividade possível e tenham sempre como finalidade o bem do Brasil.

Nas apreciações que se seguem terei como pressuposto básico que, no relacionamento internacional, não há amigos nem inimigos; existem apenas – e sempre – interesses conciliáveis ou conflituosos.

A conjuntura mundial que se inicia com o encerramento da Guerra Fria tem algumas características novas:

1. Nova estrutura mundial de Poder, com uma Superpotência (EUA) e duas Megapotências (União Européia e Japão), que são, além disso, os três principais Centros de Poder Econômico.
2. O "complicador" islâmico, expressão que reflete as dificuldades que o mundo muçulmano apresenta à análise prospectiva do relacionamento internacional.

3. A "Terceira Revolução Industrial", iniciada antes mesmo do fim da Guerra Fria, e a "Quarta Revolução Industrial", com desdobramentos revolucionários no campo da ciência aplicada.

4. A dinâmica econômica mundial, tumultuada por comportamentos inusitados de diversos países, pela ineficácia dos mecanismos supostamente criados para promover a liberalização do comércio internacional e pelas crises que expõem as vulnerabilidades dos sistemas financeiros de vários países.

5. O multilateralismo desvirtuado, com os principais organismos internacionais deixando de efetivar os seus objetivos declarados, e a crescente proliferação de agentes peculiares, em especial as organizações não governamentais (ONGs).

6. A prática exacerbada da "diplomacia presidencial", impedindo que a formulação e a execução da atuação externa de muitos países sejam – como deveriam sempre ser – conduzidas de modo profissional pelos respectivos serviços diplomáticos. Um dos maiores malefícios dessa prática é a primazia dos objetivos pessoais e político-partidários desses dirigentes sobre os objetivos nacionais.

7. O deplorável crepúsculo jurídico e diplomático, com inúmeros exemplos de desrespeito a princípios consagrados do Direito Internacional Público.

8. A proliferação de conflitos armados decorrente do desaparecimento dos controles exercidos pelos dois grandes blocos contrapostos no contexto da Guerra Fria.

9. A Revolução em Assuntos Militares (RAM) e o Pós-Modernismo Militar (PMM) dela surgido, induzindo à tendência do emprego de meios bélicos para a resolução de conflitos e contribuindo para substituir, no âmbito internacional, a força da Lei pela lei da Força.

10. O crescimento da "Ação Terrorista Internacional", rótulo com que de forma generalizada se consideram as atividades de grupos e de indivíduos que recorrem ao terrorismo como instrumento válido para atingir seus objetivos.

11. As redes de narcotráfico, de lavagem de dinheiro e outras formas criminosas de enriquecimento fabuloso em escala global.

12. A "Crise" de 2008/2009, que abalou os sistemas financeiros de numerosos países em todo o mundo, com desdobramentos assimétricos e cuja superação ainda não é previsível.

Para completar esse quadro ameaçador, convém mencionar as áreas críticas da insegurança mundial, a saber:

- Iraque
- Afeganistão
- Israel X Palestina
- Paquistão / Índia – neonucleares
- Coréia do Norte (em processo de obter armas nucleares e - vetores de lançamento).
- Irã (em processo de obter armas nucleares e vetores de lançamento)
- O "cinturão de segurança" da Rússia: Europa Oriental, Cáucaso e Ásia Central.
- África subsaariana: violência generalizada
- América Latina: crescimento do neopopulismo, do gramscismo e do bolivarianismo.

Uma análise objetiva da história recente de nossa região revela a circunstância – pouco apreciada – de que, no decurso do século XX e especialmente em comparação com o resto do mundo, foi na América do Sul que houve a menor incidência de conflitos armados entre países lindeiros. Não é fácil encontrar explicação convincente para esse fato insólito, pois o principal fator desse ambiente predominante de paz é, por sua natureza, muito pouco perceptível: a tradicional atuação do Itamaraty, profissionalmente discreta e silenciosa. Esse desempenho pode ser emblematicamente representado pela figura extraordinária do Barão do Rio Branco e por aquele que, na minha opinião profissional, foi o mais notável de todos os seus sucessores: o Embaixador Mario Gibson Barboza, Chanceler de 1969 a 1974.

Infelizmente, ao longo dos últimos vinte anos, a prática crescente da chamada "diplomacia presidencial" pelos governantes brasileiros impediu que o Itamaraty continuasse a desempenhar aquele papel eficiente. Em conseqüência, numerosos fatores vêm aumentando

consideravelmente o risco de conflitos armados na região, como se constata numa lista sucinta e não exaustiva:

- Erosão da autoridade nacional + banditismo organizado (Peru / Colômbia / Bolívia / Equador / Guiana / Suriname).
- Caudilhismo crescente (Venezuela / Bolívia / Equador).
- Linhas de fracionamento nacional por motivação racial (Bolívia / Equador / Peru).
- Expansionismo "ideológico" (Venezuela).
- Reivindicações territoriais (quase todos).
- Armamentismo, em diferentes graus (exceto Guiana, Suriname e Uruguai).
- Crescentes desprezo pelo Direito Internacional e desrespeito a Tratados e contratos (quase todos).

Graças à secular atuação do Itamaraty, que soube assimilar e modernizar a habilidade da diplomacia portuguesa, culminando com a obra gigantesca do Barão do Rio Branco, desde 1909 o Brasil tem todas as suas fronteiras jurídicas solidamente definidas através da negociação bilateral ou pela via do laudo arbitral. Com base no princípio de *pacta sunt servanda* (os tratados têm de ser respeitados), pode-se afirmar que o Brasil não tem quaisquer questões NA fronteira, mas pode ter – tem e terá – problemas DE fronteira.

Dentre esses, convém assinalar como possíveis fontes de problemas as reivindicações territoriais entre vários dos demais países sul-americanos, que podem ter implicações para a política externa do Brasil na sua região próxima.

Parece-me válido considerar que nosso país não se defronta com ameaça militar imediata, embora seja preocupante a grande defasagem em termos de equipamento de nossas forças armadas.

Por outro lado, é inegável que existe uma ameaça armada decorrente de atividades subversivas em áreas de nossa vizinhança, bem como da intensa atuação criminosa de grupos dedicados à produção e ao tráfico internacional de drogas.

Por fim, cumpre mencionar diversas modalidades de atividades ilícitas que violam nossas fronteiras jurídicas, tais como o contrabando, a imigração ilegal e a pesca não autorizada.

Quando se trata da tipologia de fronteiras, a percepção comum se limita à concepção jurídica, segundo a qual a fronteira nacional é o limite legal entre as jurisdições soberanas de dois Estados.

Entretanto, existe uma outra tipificação, pouco conhecida e estudada: a concepção metafísica, segundo a qual a fronteira nacional é a linha de defrontação entre interesses de dois Estados. Essa modalidade é extremamente importante, sobretudo porque geralmente não é percebida pela maioria da Nação.

Há várias fronteiras metafísicas, inclusive algumas em âmbitos nos quais prevalece a noção de total inexistência de fronteiras, como a espacial e a cibernética, de grande significação para o Brasil.

Na atual conjuntura, porém, duas fronteiras metafísicas merecem atenção prioritária: a Extralimites e a Institucional.

A Fronteira Extralimites é aquela em que os direitos de cidadãos, empresas e/ou investimentos de um Estado no território de outro Estado são diretamente afetados por ação ilegítima ou ilegal deste Estado. Por conseguinte, embora essas violações ocorram fora do espaço em que o Estado afetado exerce plenamente sua autoridade, pode-se considerar que elas de fato ferem sua soberania.

Nos últimos oito anos, ocorreram graves danos e surgiram novas ameaças a interesses do Brasil em fronteiras extralimites (metafísicas). Basta recordar medidas, que se encaixam na definição acima, adotadas nesse período pelos governos da Venezuela, da Bolívia, do Equador e do Paraguai.

A Fronteira Institucional (*metafísica*) é aquela em que, por qualquer tipo de pressão, coação ou indução ilegítima ou ilegal – por desvio ideológico ou com origem em outro Estado – adotam-se decisões executivas, acordos internacionais e/ou legislação, altamente lesivos ao Estado afetado. Caso se deseje situar geograficamente o *locus* dessa fronteira, ele estará na capital desse Estado.

No caso do nosso país, nos últimos vinte anos, a maior vulnerabilidade do Brasil esteve e persiste na Fronteira Institucional, obviamente situada em Brasília. Nela já se registraram grandes perdas e existem numerosas ameaças aos lídimos interesses nacionais, como a adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, a assinatura da Declaração das

Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas e as demarcações (várias em áreas contínuas) das chamadas "terras indígenas", inclusive em numerosas faixas da nossa fronteira terrestre.

Conclusão

A análise do Substrato Moral de uma Nação é uma tarefa diplomática necessária e sempre difícil. Caso se procurasse identificar o Substrato Moral da Nação brasileira o texto resultante provavelmente se estenderia por duas centenas de páginas ou mais. Assim sendo, transcrevo a seguir, sob a forma de itens sintéticos, o que seria um pequeníssimo extrato exemplificativo de tal estudo:

(…)

- nacionalismo sem arroubos e desprovido de xenofobia
- desinteresse por liderança ou primazia (exceto futebol, voleibol etc.)
- sensação de inexistência de reais ameaças externas
- aversão ao emprego da força nas questões internacionais
- busca da solução diplomática das controvérsias (o "legado de Rio Branco")
- crença no papel dos Organismos Internacionais

(…)

Em complemento da identificação do Substrato Moral, para que possa ter uma percepção correta do país e do mundo, a Sociedade brasileira não pode deixar de levar em consideração, entre outros, os seguintes Fatores negativos que incidem sobre o Poder Nacional:

- Inexistência de verdadeiro Plano Nacional de Governo.
- "*Política Externa*" dissociada dos Objetivos Nacionais, servindo a desígnios partidários e ideológicos.
- Perdas e ameaças crescentes no Campo Externo.
- Desnacionalização de setores estratégicos da economia e investimentos estrangeiros que não criam riqueza real (serviços e especulação em Bolsa).
- Comprometimento da integridade territorial e da soberania nacional (segurança e desenvolvimento).

- Degradação continuada das instituições nacionais (civis e militares) nos últimos vinte anos.
- Sistema de ensino insuficiente em todos os níveis.
- Infraestrutura deficiente e em deterioração continuada.
- Descrédito crescente quanto às classes dirigentes (políticos, magistrados, professores etc) e à mídia.
- Impunidade ostensiva, agravando a perda e a deturpação de valores éticos, tanto cívicos como familiares ["ética da corrupção"].

Contudo, esse quadro extremamente nocivo pode ser invertido pela própria Sociedade brasileira, pois nela continuam existindo importantes Fatores positivos:

- Amplos recursos naturais, vastidão territorial, e grande contingente populacional.
- Índole da sociedade brasileira.
- Coesão nacional (inclusive sem preconceitos raciais ou antagonismos regionais).
- Dinamismo do setor produtivo nacional.
- Instituições nacionais historicamente respeitadas, "resgatáveis".
- "Janela de oportunidade" geoestratégica (na atualidade).

Para encerrar esta exposição, considero de extrema relevância recordar uma máxima que deve sempre orientar o pensamento predominante da Sociedade:

"A Nação que não traçar seu próprio rumo o terá traçado por outra."

O autor é Embaixador.

Passagem de direção do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Juniti Saito

A história é um mestre implacável. Por meio do testemunho do passado, ela justifica os acontecimentos presentes, sinalizando as inevitáveis consequências futuras.

Deixar de ouvir a sua sábia voz é assegurar um futuro incerto, justificar o presente modesto e ignorar as experiências vividas.

Preservar a história significa legar às gerações futuras a oportunidade de reverenciar as realizações de outrora, buscando nos ensinamentos deixados a fecunda inspiração para a continuidade das obras.

Sob esta ótica, o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica vem cumprindo magistralmente, no transcurso dos seus vinte e quatro anos de existência, sua nobre e relevante missão:

"Registrar, pesquisar e escrever a história da Aeronáutica Brasileira, sempre calcado nos princípios da verdade e da continuidade, que constituem a filosofia do instituto e inspiração para suas atividades."

Esse legítimo celeiro da memória e manancial da cultura Aeronáutica Brasileira, emoldurado pelo seu notável capital intelectual,teve a singular oportunidade de desfrutar da portentosa liderança do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Octávio Júlio Moreira Lima.

Consciente da importância do culto ao passado na construção do amanhã, ainda como Ministro da Aeronáutica, acolheu sabiamente o projeto idealizado pelo Tenente-Brigadeiro-do-Ar Deoclécio Lima de Siqueira, apresentando-o ao então Presidente da República, José Sarney, que culminou na criação, em 27 de junho de 1986, do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Mais tarde, findo o profícuo período frente ao Ministério da Aeronáutica, iniciou sua indelével jornada, de quase dezoito anos, na direção do INCAER.

A experiência adquirida nos relevantes papéis desempenhados na alta administração, o incondicional amor e a motivação sem par com que sempre exerceu suas atividades, asseguraram as exuberantes conquistas desta instituição, compartilhadas com a Família Aeronáutica, tais como:

- A ativação da revista – Ideias em Destaque – prestigiosa publicação que interage com os meios acadêmico, empresarial, militar e cultural, contemplando temas diversos, ligados à historiografia aeronáutica mundial;

- A criação do alvissareiro – Projeto Memória – com o objetivo de colher o depoimento de destacadas personalidades de nossa aeronáutica, que prontamente aceitaram transmitir os vastos e profícuos conhecimentos adquiridos durante suas pródigas passagens pela Força Aérea, perpetuando, de forma ativa e fecunda, a nossa rica e pujante história;

- Além das participações em palestras e conferências, da colaboração com jornais e renomadas publicações. Esses são alguns exemplos, em meio à miríade de ações do INCAER, brilhantemente norteadas por seu – insigne diretor.

Um homem à frente de seu tempo, paradigma de sinceridade, reserva moral e honestidade, que aliado a um coração terno e generoso, outorgam-lhe uma personalidade ímpar, plasmada no amor e dedicação ao trabalho.

Sua produtiva gestão como Ministro da Aeronáutica é sobejamente admirada, servindo de exemplo edificante e farol orientador a todos os seus pósteros, pois conseguiu comandar com o olhar de um resoluto líder e o coração de um jovem oficial.

Soube ser cidadão e ser soldado, tendo a sabedoria de uní-los em uma só pessoa, demonstrando inteligência, parcimônia e preocupação com o bem comum.

Ministro Moreira Lima,

O momento que ora temos o privilégio de presenciar, reveste-se de significado que transcende a possibilidade da sua tradução em simples palavras.

É a inquestionável consagração de um profissional que emprestou à Força Aérea Brasileira suas melhores virtudes e dotes morais, ao longo de 67 anos de devotado amor às instituições e invulgar patriotismo.

É a vã tentativa de desvincular a imagem do INCAER do seu eterno diretor – Tenente-Brigadeiro Moreira Lima – história viva do instituto, amado e respeitado por todos aqueles que tiveram o privilégio de compartilhar da sua marcante personalidade.

Reunidos, somos hoje afortunados por presenciar um capítulo tão significativo para um homem que escreveu sua biografia com a pena da honra e da inaudita competência.

Em nome de todos os integrantes da Força Aérea, que vossa excelência ajudou a edificar, externo os mais sinceros e efusivos agradecimentos, extensivos à estimada família – a querida esposa Ana Guasque, seus filhos, netos e bisnetos, formulando votos de que seus caminhos continuem a receber as bençãos dos céus.

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho,

Em meu discurso, por ocasião da sua despedida do serviço ativo, em 28 de agosto do ano passado, afirmei que um amplo horizonte, repleto de oportunidades e de instigantes e convidativos caminhos o aguardava.

Ei-lo aqui, assumindo, com a valentia que lhe é peculiar, o grande desafio de dar continuidade à obra do eminente Brigadeiro Moreira Lima.

Que a versatilidade, o espírito criativo e a desenvoltura, características marcantes de sua personalidade, o guiem pela trilha do sucesso nessa nova e estimulante jornada que se configura na condução dos destinos do INCAER.

Brigadeiro Moreira Lima;

Brigadeiro Vilarinho,

Tenham a certeza de que, a incontida emoção ao presidir esta cerimônia em que um oficial que, durante toda a minha carreira, admirei e em que me espelhei, passa a direção de uma inestimável organização a outro, com igual potencial e dedicação ao trabalho e um amigo de longa data, jamais sairá do convívio de minhas mais felizes lembranças.

Que Deus ilumine os seus dias e estenda o manto protetor sobre suas famílias, abençoando-os com muita saúde, paz e harmonia.

Sejam muito felizes.

Obrigado a todos.

O autor é Comandante da Aeronáutica.

COLEÇÃO AERONÁUTICA DO INCAER

SÉRIE

HISTÓRIA GERAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA

VOL. 1 – Dos Primórdios até 1920.
VOL. 2 – De 1921 às Vésperas da Criação do Ministério da Aeronáutica.
VOL. 3 – Da Criação do Ministério da Aeronáutica ao Final da Segunda Guerra Mundial.
VOL. 4 – Janeiro de 1946 a Janeiro de 1956 – Após o Término da Segunda Guerra Mundial até a Posse do Dr. Juscelino Kubitschek como Presidente da República.

SÉRIE

HISTÓRIA SETORIAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA

1 – Santos-Dumont e a Conquista do Ar - Aluízio Napoleão
2 – Santos-Dumont and the Conquest of the Air - Aluízio Napoleão
3 – Senta a Pua! - Rui Moreira Lima
4 – Santos-Dumont – História e Iconografia - Fernando Hippólyto da Costa
5 – Com a 1ª ELO na Itália - Fausto Vasques Villanova
6 – Força Aérea Brasileira 1941-1961 – Como eu a vi - J. E. Magalhães Motta
7 – A Última Guerra Romântica – Memórias de um Piloto de Patrulha - Ivo Gastaldoni
8 – Asas ao Vento - Newton Braga
9 – Os Bombardeiros A-20 no Brasil - Gustavo Wetsch
10 – História do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - Flávio José Martins
11 – Ministros da Aeronáutica 1941-1985 - João Vieira de Sousa
12 – P-47 B4 – O Avião do Dorneles - J. E. Magalhães Motta
13 – Os Primeiros Anos do 1º/14 GAv - Marion de Oliveira Peixoto
14 – Alberto Santos-Dumont - Oscar Fernández Brital
15 – Translado de Aeronaves Militares - J. E. Magalhães Motta
16 – Lockheed PV-1 “Ventura” - J. E. Magalhães Motta
17 – O Esquadrão Pelicano em Cumbica – 2º/10º GAv - Adéele Migon
18 – Base Aérea do Recife – Primórdios e Envolvimento na 2ª Guerra Mundial - Fernando Hippólyto da Costa
19 – Gaviões de Penacho - Lysias Rodrigues
20 – CESSNA AT-17 - J. E. Magalhães Motta
21 – A Pata-Choca - José de Carvalho
22 – Os Primórdios da Atividade Espacial na Aeronáutica - Ivan Janvrot Miranda
23 – Aviação Embarcada - José de Carvalho
24 – O P-16 Tracker e a Aviação Embarcada - Laércio Becker

SÉRIE

ARTE MILITAR E PODER AEROESPACIAL

1 – A Vitória pela Força Aérea - A. P. Seversky
2 – O Domínio do Ar - Giulio Douhet
3 – A Evolução do Poder Aéreo - Murillo Santos
4 – Aeroportos e Desenvolvimento - Adyr da Silva
5 – O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas - Murillo Santos
6 – A Psicologia e um novo Conceito de Guerra - Nelson de Abreu O' de Almeida
7 – Emprego Estratégico do Poder Aéreo - J. E. Magalhães Motta
8 – Da Estratégia – O Patamar do Triunfo - Ivan Zanoni Hausen

SÉRIE

CULTURA GERAL E TEMAS DO INTERESSE DA AERONÁUTICA

1 – A Linha, de Mermoz, Guillaumet, Saint-Exupéry e dos seus companheiros de Epopéia - Jean-Gérard Fleury
2 – Memórias de um Piloto de Linha - Coriolano Luiz Tenan
3 – Ases ou Loucos? - Geraldo Guimarães Guerra
4 – De Voos e de Sonhos - Marina Frazão
5 – Anesia - Augusto Lima Neto
6 – Aviação de Outrora - Coriolano Luiz Tenan
7 – O Vermelhinho – O Pequeno Avião que Desbravou o Brasil -Ricardo Nicoll
8 – Eu vi, vivi ou me contaram - Carlos P. Aché Assumpção
9 – Síntese Cronológica da Aeronáutica Brasileira (1685-1941) - Fernando Hippólyto da Costa
10 – O Roteiro do Tocantins - Lysias A. Rodrigues
11 – Crônicas... no Topo - João Soares Nunes
12 – Piloto de Jato - L. S. Pinto e Geraldo Souza Pinto
13 – Voos da Alma - Ivan Reis Guimarães
14 – Voando com o Destino - Ronald Eduardo Jaeckel

Pedidos ao:
INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
Praça Marechal Âncora, 15-A, Centro - Rio de Janeiro - RJ
Cep: 20021-200 - Tel: (21) 2101-4966 / 2101-6125
Internet: www.incaer.aer.mil.br e-mail: incaer@incaer.aer.mil.br

Brigadeiro-do-Ar Nero Moura
Centenário de Nascimento do Patrono da Aviação de Caça
1910
2010

INCAER